

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
Centro de Humanidades
Departamento de História
Programa de Mestrado em História Social

**TEMPOS VERDES EM FORTALEZA: EXPERIÊNCIAS DO MOVIMENTO
AMBIENTALISTA (1976-1992)**

Patrícia Carvalho Nottingham
Fortaleza
Fevereiro/2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
Centro de Humanidades
Departamento de História
Programa de Mestrado em História Social

**TEMPOS VERDES EM FORTALEZA: EXPERIÊNCIAS
DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA
(1976-1992)**

Patricia Carvalho Nottingham

Dissertação de Mestrado à Coordenação
do Curso de Mestrado em História Social
do Departamento de História da
Universidade Federal do Ceará, como
requisito parcial da obtenção do Grau de
Mestre em História

Prof. Orientador: Dr. Eurípedes Antônio Funes
Fortaleza
Fevereiro/2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
Centro de Humanidades
Departamento de História
Programa de Mestrado em História Social

**TEMPOS VERDES EM FORTALEZA: EXPERIÊNCIAS
DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA
(1976-1992)**

Patrícia Carvalho Nottingham

Dissertação julgada e aprovada, na forma final, pelo Orientador e Membros da Banca Examinadora, composta pelos professores:

Professor Eurípedes Antônio Funes, Dr.
Orientador

Kênia de Sousa Rios. Dra.

Gisafran N. Mota Jucá, Dr.
UECE

Ficha Catalográfica

N796t Nottingham, Patrícia Carvalho

Tempos Verdes em Fortaleza: experiências do movimento ambientalista (1976-1992) / Patrícia Carvalho Nottingham. – 2006.

210 p. : il.: 30 cm

Dissertação (mestrado) em História Social. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2006.

Eurípedes Antônio Funes (orientador)

1. História – Ambientalismo 2. Cidade – Meio ambiente 3. Fortaleza – Movimentos Sociais 4. Política Ambiental. Mestrado em História Social I. Título

Ao Joaquim Feitosa
(*in memoriam*)

Agradecimentos:

À Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa - FUNCAP, pelo suporte financeiro concedido.

À minha família, em especial minha mãe, pelo apoio incondicional.

Ao Koba e seu modo especial de instigar coragem e segurança para seguir trilhando caminhos.

Ao prezado e querido amigo Romeu Duarte por suas palavras de carinho, estímulo e confiança.

Aos companheiros do movimento ambientalista e ao amigo Pedro Ivo Batista, pelo exemplo de militância ecossocialista.

A todas as pessoas entrevistadas, que com simpatia e disposição falaram sobre suas experiências essenciais para a construção desse trabalho.

À Marília Brandão e João Saraiva, pelo acesso aos seus arquivos particulares.

Agradecimento especial ao meu orientador Eurípedes, pela dedicação e paciência.

Os fatos nos lembram a todo instante que nós não reinamos sobre a natureza do mesmo modo que um colonizador reina sobre um povo estrangeiro, como alguém que está fora da natureza, mas que nós lhe pertencemos com nossa carne, nosso sangue, nosso cérebro, que nós estamos em seu seio e que toda a nossa dominação sobre ela reside na vantagem que levamos sobre o conjunto das outras criaturas por conhecer suas leis e por podermos nos servir dela judiciosamente.

Engels, 1968.

Resumo

O presente estudo sobre o movimento ambientalista em Fortaleza faz uma análise de sua organização, da inserção das questões ambientais nos debates políticos e nos movimentos sociais no contexto das décadas de 1970 e 1980. Pela análise das falas, dos panfletos, manifestos e artigos de jornais, foi possível compreender o processo histórico do movimento, suas contradições, seus limites, potencialidades e práticas sociais. Um dos momentos significativos para os ambientalistas foi a luta vitoriosa pelo Parque do Cocó que configurou na legitimação deste movimento, tornando-se referência para as lutas posteriores num processo de politização da ecologia, num novo contexto onde a SOCEMA sede lugar para as ONGs.

Palavras chaves: Ambientalismo, Política Ambiental, Cidade, Meio Ambiente, Movimentos Sociais.

Abstract

The present study on the environmentalist movement in Fortaleza analyzes its organization, the insertion of environmental issues in the political debates and in the social movements in the contexts of the 70's and 80's. Through the analysis of oral narratives, pamphlets, manifestos and newspaper articles, it was possible to understand the historical process of this movement, its contradictions, limits, potentialities and social practices. One of the most significant moments for the environmentalists was the victorious struggle for the Cocó Park, which represented the legitimacy of this movement, becoming a reference for the subsequent fights in the ecology politicization process, in a new context where SOCEMA yields place to NGOs.

Words keys: Environmentalism, Environmental Politics, City, Environment Social Movements.

SUMÁRIO

Introdução	11
1 Capítulo I	
Fortaleza entre o desenvolvimento e a degradação	32
1.1 Emergência do ambientalismo em Fortaleza	38
1.2 <i>SOCEMA danada</i> , memórias de um tempo de lutas	51
1.2.1 Campanha contra a Capinação Química e a Monsanto Chemical	60
1.2.2 Em defesa dos coqueiros da Beira Mar	73
1.2.3 Frutos do mar ao molho OPEP	75
1.2.4 Combate à poluição industrial	81
2 Capítulo II	
Parque Ecológico do Cocó: a marca de uma conquista	83
2.1 O piquenique ecológico	95
2.2 SOS Cocó: uma luta pela vida	112
3 Capítulo III	
Novos atores, outras estratégias, velhos problemas	133
3.1 SOCEMA deixa de existir na Semana do Meio Ambiente	140
3.2 Correntes de pensamento ambientalista	149
3.3 De onde vêm os ambientalistas	153
3.4 O significado da luta ambientalista em Fortaleza	167
Considerações Finais	186
Fontes	192
Bibliografia	194

INTRODUÇÃO

O interesse pelo estudo sobre a trajetória do ambientalismo em Fortaleza surgiu a partir da participação no movimento, o que despertou a necessidade de compreender seu significado, contradições e contribuições, no sentido de buscar solução para os problemas ambientais locais. As questões levantadas pelos ambientalistas revelam formas equivocadas de intervenção no ambiente urbano, que, além de causar impactos negativos sobre a natureza, atingem as condições de vida de parte da população da cidade, principalmente as comunidades de baixa renda, das zonas periféricas ou em áreas de preservação. O trabalho no Instituto Terrazul, instituição de caráter ecossocialista de Fortaleza, resultou em questionamentos sobre o processo de atuação do movimento ambientalista em Fortaleza, por tratar das incertezas da crise social, procurando observar e analisar a ação desse movimento, diante de impasses relacionados às questões ecológicas.

Destaco o compromisso da produção de conhecimento em história com a prática social, que por isto não podem ficar reduzidos à simples história dos acontecimentos, resultado da visão cristalizada de passado. Como enfatizou a historiadora Dea Ribeiro Fenelon, o propósito da história não é *desencavar o passado*, mas pensando nas inquietações do presente *refletir sobre a prática social relacionada às transformações do presente*¹.

A atenção desta análise concentra-se entre o período de nascimento das primeiras ações enquanto movimento social em 1976, a partir da fundação da primeira entidade ambientalista em Fortaleza, a Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente – SOCEMA, até meados dos anos 1990, período em que foi instituído o Conselho Estadual de Meio Ambiente – COEMA.

O recorte temporal tem como marco as ações do grupo que, em 1976, chamou a atenção do público sobre problemas de degradação ambiental em Fortaleza, fundou a primeira instituição para trabalhar questões relacionadas ao meio urbano. Nos anos 1980, o Governo Brasileiro iniciou o processo de reforma e ampliação de instituições públicas federais e estaduais, ligadas ao

¹ FENELON, Dea Ribeiro. *O Historiador e a Cultura Popular: história de classe ou história do povo?* In História e Perspectiva. nº 6. Uberlândia, 1992. p. 3.

meio ambiente. A criação dessas instâncias está relacionada com a formulação de políticas ambientais do Brasil, como a Lei de Política Nacional de Meio Ambiente², através da qual foram criados o Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, que estabeleceu as diretrizes para elaboração dos conselhos estaduais e o Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA.

O processo de institucionalização resultou em mudança com relação ao espaço de atuação do movimento, quando os ambientalistas começaram a atuar nos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, onde as questões começaram a ser discutidas de forma mais sistemática, entre os membros representantes de diversas entidades civis, públicas e privadas, porém não mais levadas às manifestações públicas. Em Fortaleza, entre 1986 e 1988, ambientalistas e fundadores do movimento se envolveram no processo de criação do órgão ambiental do Estado, a Superintendência de Meio Ambiente do Ceará – SEMACE, participando nas reuniões da Assembléia Legislativa do Ceará onde foi discutida a elaboração da legislação do Conselho Estadual de Meio Ambiente - COEMA.

O envolvimento e participação de ambientalistas, no período de criação das entidades governamentais, mostraram a influência de seu papel no debate político, sobre as questões ecológicas, entretanto a criação das instituições também está relacionada a novas formas de intervir na população e de buscar meios para garantir o atendimento de reivindicações sociais como, por exemplo, os protestos pela criação da política ambiental brasileira, contra a exploração estrangeira com relação às riquezas naturais do país. Em virtude da internacionalização das nações desenvolvidas, o Governo Brasileiro teve que ceder às condições impostas pelos investimentos estrangeiros, que atendiam as exigências do ambientalismo internacional por medidas de preservação da natureza. Neste sentido, a Política Nacional de Meio Ambiente orientou a criação de órgãos ambientais governamentais e, no processo, o Governo utilizou a estratégia de envolver os ambientalistas para fazer parte das instituições. A partir da criação dos órgãos ambientais, os militantes distanciaram-se de sua atuação nas ruas e começaram a agir em parceria com

² Lei nº 6938, de 31 de agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto nº 88251/83. A Lei foi a primeira a definir o conceito de meio ambiente e marcou a primeira tentativa de sistematização da gestão integrada dos recursos naturais.

os Governos, no tratamento dado às questões ambientais. Vale ressaltar que, mesmo tendo concordado em fazer parte das instituições governamentais, em diversas situações, o movimento não perdeu o caráter de oposição e crítica às ações de degradação promovidas em prol do modelo de desenvolvimento capitalista adotado pelo Estado do Ceará.

No final dos anos 1980, o Movimento Ambientalista vivenciou rico processo de articulação e de ampliação como movimento social. A organização do Fórum Global Paralelo pelas instituições marcou o início do processo de transformações do perfil de atuação ambiental no Brasil e no mundo. Foram criadas inúmeras Organizações Não Governamentais – ONGs, ligadas às questões ambientais e ecológicas, que começaram a desenvolver projetos de desenvolvimento locais e ligados ao meio ambiente. Os ambientalistas assumiram outro papel na sociedade quando iniciaram a atuação, de forma profissionalizada, em busca do atendimento aos interesses da sociedade civil. Com o surgimento das ONGs, houve a profissionalização de outros atores ambientalistas que, ao invés de exercer a militância nas ruas, promovendo manifestações públicas, começaram a desenvolver trabalhos específicos nas comunidades, ligados às atividades de desenvolvimento sustentável. Além das organizações da sociedade civil, no final dos anos 1980, os partidos de esquerda iniciaram o processo de incorporação das questões ambientais, inserindo nos discursos, princípios e conceitos debatidos pelos ambientalistas.

Abordagem do objeto

Este estudo enfoca a atuação do movimento e possíveis transformações sociais conseqüentes de suas manifestações. Na perspectiva historiográfica, é importante observar os caminhos encontrados pelos ambientalistas para inserir, na cidade, as concepções dos problemas ecológicos, e, partindo de suas memórias, tentar construir uma interpretação sobre os acontecimentos passados, para recompor fragmentos “guardados”, atualizados e recriados na memória de sujeitos que viveram as situações. Como escreveu Pierre Nora, a

história faz uma *reconstrução sempre incompleta do que não existe mais*³, através de elementos de memória, fazendo um elo entre o que ainda é mantido no presente pelos sujeitos e o que passou. Portanto a *necessidade de memória é uma necessidade da história*⁴, mas não uma memória arquivista, sem significado no presente.

Dessa forma, não se pretende elaborar uma explicação única sobre os acontecimentos e sobre a “origem” de um movimento, pois, conforme destacou François Dosse⁵, sobre a prevalência da história interpretativa, definida por Pierre Nora:

O que está em jogo não são os acontecimentos por si sós, mas suas significações; não o passado como aconteceu, mas seus sucessivos reempregos; não a tradição, mas a maneira como ela se constituiu e se transmitiu.

Neste estudo, foram analisados documentos de ambientalistas, cartas, manifestos, pareceres técnicos e matérias publicadas em jornais sobre o tema em estudo. Além de fontes escritas, a documentação oral foi utilizada como uma maneira de abrir portas para adentrar no universo dos atores que construíram o ambientalismo e perceber o significado do movimento ambientalista para eles e assim compreender as formas pelas quais o movimento buscou novos espaços políticos. As narrativas possibilitam perceber como os atores, integrantes de parcela da sociedade, fizeram emergir aspectos de uma versão da realidade social arquivada apenas na memória de cada um dos sujeitos militantes do movimento social.

Ao projetarem memórias e percepções sobre o que viveram e sobre a realidade historicamente situada, os militantes o fazem partindo do processo de significações que atribuem sentido ao passado, em lugar de apenas relatar os fatos. Nesse sentido, as fontes orais possibilitaram a investigação sobre a dinâmica social e sua complexidade, ao mostrar a subjetividade do narrador, quando, ao falar dos acontecimentos, expõe o que fizeram ou o que gostariam

³ NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. In: Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. n.º 10. São Paulo, 1993. p. 9.

⁴ *Ibidem*. p. 14.

⁵ DOSSE, François. *História e Ciências Sociais*. São Paulo: Edusc, 2004. p. 108.

de ter feito, o que sentiram e em que acreditavam. Alessandro Portelli ressalta que a história oral *fala menos sobre eventos do que sobre seus significados*⁶.

As falas dos militantes responsáveis pelo nascimento do Movimento Ambientalista em Fortaleza trazem, à tona, aspectos de experiência antes não contada, arquivada apenas na memória de cada um dos militantes do movimento. Um grupo lutou por novos espaços de diálogo entre a população e o Estado e questionou as condições de vida, em Fortaleza, apresentando novas formas de atuação, tornando públicas algumas preocupações com relação ao ambiente urbano e às condições de vida da população.

De início, foram selecionados alguns membros ainda atuantes no ambientalismo, e, através das falas, outros participantes foram indicados pela atuação e referência com relação às ações, no período de surgimento do movimento, em 1976, durante os anos 1980 até meados da década de 1990. A colônia de entrevistados, ao relatar os acontecimentos que deram destaque às questões ambientais em Fortaleza, falou sobre os significados do movimento.

Dentre os entrevistados estão Flávio Torres, Marília Brandão e Marcus Vale⁷, fundadores da Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente – SOCEMA, a primeira instituição ambientalista da cidade, fundada em 1976. Destaca-se, entre os membros da SOCEMA, a valiosa contribuição de Marília Brandão que possibilitou a pesquisa de significativas fontes, imprescindíveis para a análise da trajetória do movimento em Fortaleza.

Dentre representantes da AGB-CE, foram entrevistadas Vanda Claudino Sales, forte referência para os ambientalistas até os dias atuais e professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará. Clélia Lustosa, professora do Departamento de Geografia da UFC⁸. Entre os arquitetos,

⁶ PORTELLI, Alessandro. *Forma e Significado na História Oral: a pesquisa como um experimento em igualdade*. In Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. Nº 14. São Paulo, 1997. p. 31.

⁷ Francisco Flávio Torres de Araújo, PhD em Física, professor do Departamento de Física da Universidade Federal do Ceará, hoje aposentado; Marília Lopes Brandão, Bióloga, Mestre em Bioquímica, professora do Departamento de Biologia da UFC, hoje aposentada, foi coordenadora do grupo do Plano de Educação do Ceará – PEACE, elaborado pela Superintendência Estadual de Meio Ambiente - SEMACE; Raimundo Marcus Vale, Farmacêutico Bioquímico, Doutor em Bioquímica, professor do Departamento de Medicina da UFC, atualmente Diretor da *Seara da Ciência*.

⁸ Vanda Claudino Sales, Doutora em Geografia, Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará – UFC, foi diretora da AGB nos anos de 1982, 1986, 1992,

Antônio Carlos Campelo Costa e Joaquim Cartaxo, que tiveram participação expressiva nos movimentos do início dos anos 1980⁹.

Foram entrevistados ainda fundadores do Partido Verde – PV: João Saraiva, Sílvio Gurjão e Rômulo de Castro Costa Lima. João Saraiva é uma forte referência no movimento ambientalista em Fortaleza por sua intensa atuação e por ter a imagem vinculada às causas ecológicas e ao Partido Verde, do qual foi presidente entre os anos 1990 e 1999, candidato a prefeito de Fortaleza em 1996¹⁰.

Foi entrevistada a senhora Maria Guimarães, moradora do Parque do Cocó, onde ainda reside, que participou das manifestações em 1976. Ela fala do significado da criação do parque para a população local e mostra o ponto de vista do público com relação ao papel dos ambientalistas, nas ações em defesa do primeiro parque ecológico da cidade.

O estudo sobre o movimento ambientalista em Fortaleza, ao destacar aspectos da experiência dos sujeitos, enquanto atores sociais, aborda o processo de construção de temas ligados à ecologia e sua incorporação pela sociedade. A fundamentação teórica buscou diálogo com historiadores que pesquisaram temas relacionados à história e meio ambiente e movimentos sociais, abordando diversos aspectos que interferem no processo de mudança da sociedade e sua relação com a natureza, como regras de organização

1998 e 2000 e Maria Clélia Lustosa, Mestre e doutoranda em Geografia, professora do Departamento de Geografia da UFC e membro da diretoria da AGB – CE.

⁹ Antônio Carlos Campelo Costa foi presidente do IAB – CE entre 1976 e 1978 e presidente do IAB Nacional em 1983 e 1985, coordenador regional do Programa de Desenvolvimento Urbano do BNH de 1977 a 1986 e Secretário de Urbanismo e Obras do Município de Fortaleza – SUOP entre os anos de 1987 a 1988. Joaquim Cartaxo Filho foi presidente do IAB – CE entre os anos de 1996 a 1999, secretário do IAB Nacional em 1994 e 1995, foi ainda Secretário de Planejamento de Fortaleza nos anos de 1986 a 1988, Assessor parlamentar de políticas urbanas de meio ambiente em Fortaleza, e participou da equipe de elaboração de planos diretores no Ceará entre os anos de 1998 a 2000 e foi coordenador técnico da revisão do Plano Diretor de Fortaleza no período de 2003 e 2004.

¹⁰ João Saraiva, formado em Economia, com especialização em Gestão Ambiental, foi fundador do Fórum Cearense de Meio Ambiente criado no início dos anos 1990, assessor de Meio Ambiente na Prefeitura Municipal de Maranguape, de 2001 a 2004 e hoje, na atual administração da Prefeita Luizianne Lins, assumiu papel importante na Secretaria de Meio Ambiente e Controle Urbano – SEMAM, além de ministrar aulas no curso de especialização em Gestão Ambiental da Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Rômulo de Castro Costa Lima, Engenheiro de Pesca, com especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, na área ambiental e Pós-Graduado em Qualidade Ambiental, foi fundador do Partido Verde, é membro fundador do Projeto Parque Vivo, um projeto desenvolvido pela Universidade Federal do Ceará, no Parque Adahil Barreto, onde foi coordenador o período de 1993 a 2005, além de membro fundador do Comitê Gestor do Rio do Cocó. Sílvio Ricardo Lira Távora Gurjão, arquiteto, dramaturgo e poeta, foi também fundador do Partido Verde.

cultural, privilegiando as formas de poder político e ideológico por entender que sociedade e natureza se inter-relacionam.

A história ambiental lança questões para melhor compreensão da relação das culturas materiais humanas com a natureza, sob a influência do pensamento ecológico, em que o equilíbrio do ecossistema sofre interferências, dependente do funcionamento de todas as partes, em que cada componente possui seu papel, também afetado pelo todo. Historiadores têm refletido a respeito da relação entre cultura e natureza buscando analisar até que ponto é possível conceituar a cultura humana como parte integrante da natureza ou como elemento que separa os seres humanos da natureza e os coloca exteriores a ela.

Como fundamentação teórico-central, a abordagem da história ambiental possibilita pensar as mudanças espaciais e ecológicas da cidade relacionando-as aos fatores culturais da vida cotidiana que revelam inúmeros aspectos da complexa relação. Ao mesmo tempo, considera que os fenômenos estão interligados em complexa teia de relações, diante da qual o campo de conhecimento tem como desafio procurar compreender o sentido do complexo funcionamento das relações entre cultura humana e meio ambiente natural. Donald Worster¹¹, um dos mais respeitados historiadores ambientais, ressalta o interesse da área em que pesquisa acontecimentos históricos contextualizando os diversos componentes da realidade histórica que compõem o universo das relações sociais, incluindo as formas de relação entre sociedade e meio ambiente. As pesquisas buscam explicar e atribuir sentido aos elementos envolvidos, nos fatos acontecidos, e não enfatizar os acontecimentos, com o objetivo de explicar as causas originais, de forma fragmentada, como sugeria a prática historiográfica, com orientações mecanicistas e neopositivistas.

Os estudos de História Ambiental têm início na década de 1970, nos Estados Unidos e França, resultado do projeto de historiadores, que, influenciados pelas conferências iniciadas na década, sobre as crises globais, e pelo fortalecimento do movimento ambientalista, começaram a questionar a relevância dos aspectos da natureza da cultura humana. Historiadores, como Donald Worster (University of Kansas), William Cronon (Yale University), Alfred

¹¹ WORSTER, Donald. *Para Fazer História Ambiental*. Tradução José Augusto Drummond. In Estudos Históricos. vol.4, n.8. Rio de Janeiro: Cpdoc/FGV, 1991. p. 198-215.

Crosby (University of Texas) e John Opie (New Jersey Institute of Technology), que fundou, em 1976, a associação profissional American Society for Environmental History¹².

Pelas reflexões dos autores citados, houve mudança de paradigma, no sentido da atribuição de valores culturais à natureza, ao meio ambiente e aos seres vivos e não vivos. A história ambiental *procura combinar a história natural com a social* e partindo dessa perspectiva passa a conceituar a sociedade como parte integrante dos ecossistemas. Segundo José Augusto Drummond¹³, sua originalidade está na *disposição de colocar a sociedade na natureza e no equilíbrio com que busca a interação, a influência mútua entre sociedade e natureza*.

Iniciou-se, nos anos 1970, um processo de mudança, com enfoque na relação homem/natureza, sugerida por historiadores e cientistas sociais, influenciados por geógrafos, físicos e biólogos, passaram a valorizar as relações entre as sociedades e seu ambiente e a se preocupar também com as conseqüências ecológicas das intervenções humanas sobre a natureza. Como resposta ao desafio dos movimentos sociais, sociólogos, antropólogos e historiadores promoveram mudança do ponto de vista estritamente “humanista”, que privilegia a cultura humana como determinante das demais sociedades, e supera seu paradigma inserindo o componente ecológico na compreensão da sociedade e da cultura.

O historiador José Augusto Drummond relatou que, a partir da década de 1970, começou a surgir, no mundo, a reavaliação e a reforma cultural, em diversas áreas do conhecimento, e comentou que esse campo de conhecimento surgiu inicialmente partindo de fortes compromissos políticos, depois, aprofundando teoricamente os estudos históricos com reflexões a respeito da relação entre cultura e natureza. A certa altura, pergunta: “*as culturas e as sociedades que as criam devem ser vistas também na perspectiva dupla dos ecossistemas, influenciando e sofrendo influências? Ou as sociedades têm seu próprio tipo de “sistemas culturais” que se interligam com ecossistemas apenas em casos muito raros e isolados?*”. Drummond

¹² DRUMMOND, José Augusto. *A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*. In Revista Estudos Históricos, v. 8. Rio de Janeiro: Cpdoc/FGV, 1991. p. 185-187.

¹³ Ibidem. p. 181.

destacou ainda o objetivo do conhecimento, “*de aprofundar o entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e inversamente, como eles afetaram esse ambiente*”¹⁴.

Em escala macro, os historiadores José Augusto Pádua e Keith Thomas mostram que as preocupações com os problemas do meio ambiente são anteriores ao século XX. Keith Thomas, em *O Homem e o Mundo Natural*, faz a análise do paradoxo entre a cisão promovida pela modernidade entre o ser humano e o meio natural, ao mesmo tempo em que ocorre mudança de comportamento, na qual os ingleses, do século 1500 a 1800, começam a mostrar preocupações com a natureza e a buscar atitudes *menos rudes* na maneira de tratar o meio natural. Keith Thomas diz que *o relacionamento do homem com outras espécies foi redefinido e seu direito de explorar essas espécies em benefício próprio se viu fortemente contestado*¹⁵. O autor escreveu que a mudança de comportamento foi influenciada pelo desenvolvimento da história natural e pelos estudos científicos de animais e plantas.

O interesse pelo ambiente natural e as preocupações com a relação entre o homem e as outras espécies costumam ser vistos como fenômenos recentes. Lord Ashby, por exemplo, salienta que a atitude do homem frente à natureza modificou-se imperceptivelmente através dos últimos cem anos, enquanto outro observador a denomina “a mais importante revolução na sensibilidade desde a Segunda Guerra Mundial”. Hoje em dia, não se pode abrir um jornal sem se encontrar alguma discussão exaltada sobre o abate de focas cinzentas, o corte de árvores, ou a salvação de animais selvagens ameaçados.

(...)

Foi das pessoas que estudavam aves por passatempo ou curiosidade que surgiu a campanha pela preservação; e foram os naturalistas que pressionaram para se aprovar uma série de atos

¹⁴ Ibidem. p. 182.

¹⁵ THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais, 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 332

*legislativos que, a partir de 1869, proporcionaram nível cada vez maior de proteção legal às aves selvagens.*¹⁶

José Augusto Pádua, no artigo *Natureza e Projeto Nacional: nascimento do ambientalismo brasileiro (1820-1920)*¹⁷, reporta-se aos séculos XVIII e XIX destacando fatores que explicam o interesse pela preservação natural no Brasil, ligados a aspectos ecológicos e políticos. O autor afirma que as preocupações com o meio ambiente, no Brasil, se caracterizam por possuir, desde o início, a preocupação política com a relação entre os problemas ecológicos, com problemas sociais e com o futuro da sociedade. Esses aspectos foram analisados pelo autor, sobre o pensamento ambiental do Brasil escravista, entre os anos 1786 e 1888, no qual destaca importantes intelectuais e cientistas brasileiros levantando reflexões que abordavam preocupações semelhantes às discutidas, no século XX, como, por exemplo, a relação estabelecida entre a necessidade de preservação das matas e as alterações climáticas, como na citação de José Bonifácio.

*Nossas preciosas matas vão desaparecendo, vítimas do fogo e do machado destruidor da ignorância e do egoísmo. Nossos montes e encostas vão-se escalvando diariamente, e com o andar do tempo faltarão as chuvas fecundantes que favoreçam a vegetação e alimentem nossas fontes e rios, se o que o nosso belo Brasil, em menos de dois séculos, ficará reduzido aos páramos e desertos áridos da Líbia.*¹⁸

Ou ainda:

Como, pois, se atreve o homem a destruir, em um momento e sem reflexão, a obra que a natureza formou em séculos, dirigida pelo melhor conselho? Quem o autorizou a tantos e tão importantes benefícios? A ignorância, sem dúvida. (...) Que defesa

¹⁶ Idem. p.18.

¹⁷ PÁDUA, José Augusto. *Natureza e Projeto Nacional: nascimento do ambientalismo brasileiro (1820-1920)*. In: SVIRSKY, Enrique, CAPOBIANCO, João Paulo R. Orgs. *Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: Instituto Sócioambiental / Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo, 1997. p.14.

¹⁸ José Bonifácio de Andrada e Silva, 1823. In PÁDUA, José Augusto. *Um Sopro de Destruição. Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p. 3.

*produziremos no tribunal da Razão, quando os nossos netos nos acusarem de fatos tão culposos? Já nós com justificada causa argüimos os passados dos crimes a esse respeito cometidos.*¹⁹

Os interesses dos intelectuais, nos anos de 1800, baseavam-se na necessidade de construção da nacionalidade, relacionada à idéia de proteção ao patrimônio natural brasileiro, além da crítica ao modelo de exploração colonial escravista das grandes monoculturas de cana-de-açúcar, do café e do algodão. Reflexões sobre a relação entre a escravidão e a destruição ambiental são observadas nas citações de Joaquim Nabuco e Nicolau Moreira, respectivamente:

*Os sofrimentos, as maldições, as interrogações mudas a Deus, do escravo, condenado ao nascer a galés perpétuas, criança desfigurada pela ambição do dinheiro, não se extinguem de todo com ele, mas espalham nesse vale de lágrimas da escravidão, em que ele viveu, um fluido pesado, fatal ao homem e à natureza.*²⁰

*E assim como o escravo tem que desaparecer da lavoura do Brasil, para dar lugar ao trabalho livre, a derrubada, o fogo, a encoivaração hão de ser substituídas pelo arado e pela grade; a incineração resultante da queima por outros meios de estrumar a terra: a lavoura extensiva pela intensiva; a grande pela pequena propriedade.*²¹

Havia, por outro lado, nesse período, o interesse pela preservação natural do Brasil, com base na perspectiva da natureza vista como fonte de recurso e, de acordo com essa visão, intelectuais da época começaram a incentivar a pesquisa científica das plantas nativas que poderiam abrir novas possibilidades econômicas para o país. Voltando o enfoque para o Nordeste,

¹⁹ Idem. p. 129.

²⁰ NABUCO, Joaquim. O Abolicionismo. Vozes. Petrópolis, 1988. In: PÁDUA, José Augusto. *Um Sopro de Destruição. Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p. 227.

²¹ MOREIRA, Nicolau Joaquim. Breve notícia sobre a cultura do algodão na província do Maranhão, 1884. RAIIFA, vol.15, nº 1, 1884. In: PÁDUA, José Augusto. *Um Sopro de Destruição. Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p. 227.

José Augusto Pádua escreveu sobre a preocupação pela má utilização da carnaúba, cuja cera era de grande valor econômico, por aqueles que, *sem atenderem a preciosidade de sua resina, as derribam sem piedade*²². A preocupação apareceu no relatório *Ofício sobre a Almécega e a Carnaúba*, de Arruda Câmara, de 1809, segundo o qual:

*(...) os rústicos, ou por não ponderarem que cortando essas árvores podem vir a faltar, ou por se fiarem na grande quantidade delas, as derribam sem conta. Seria necessário proibir-se as derrubadas, principalmente para fazerem currais e cercados, em que gastam muitas (...) Para tirar as folhas e frutos, ademais, não era necessário cortar as árvores, como eles praticam.*²³

No Brasil, historiadores têm pesquisado os discursos sobre a preservação da natureza, anteriores à década de 1970, e iniciativas de discussão sobre questões como, por exemplo, a *Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza*, em 1934, no Rio de Janeiro. Segundo José Luiz de Andrade Franco, em artigo na Revista *Varia História*²⁴, a Conferência, organizada pela Sociedade dos Amigos das Árvores, contou com forte apoio do Museu Nacional, de associações da sociedade e com o patrocínio do Chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas. O autor comentou a presença do nacionalismo somado ao desejo de modernização da sociedade, no ambiente político-intelectual brasileiro nas décadas de 1930 e 1940.

À vista de interesses pelo conhecimento das riquezas do território brasileiro, veio ao Ceará, em 1859, a Comissão Científica, organizada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que realizou expedição ao Norte do país, com o objetivo de conhecer o interior, promover pesquisa científica e coletar material para o Museu Nacional. José Augusto Pádua faz observações sobre o fato significativo da escolha do Ceará, dentre as províncias que iriam

²² CÂMARA, Manuel Arruda. Obras Reunidas de Manuel Arruda Câmara. In PÁDUA, José Augusto. *Um Sopro de Destruição. Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p. 91

²³ Idem. p. 92

²⁴ FRANCO, José Luiz de Andrade. *A Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza e a questão da Identidade Nacional*. In *Varia História*, nº 26. Revista do Departamento de História. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

receber a visita da primeira comissão oficial promovida pelo Estado. Segundo o autor, as instruções preliminares da Comissão ressaltavam a possibilidade de existência de minerais preciosos na província, e não mostrava interesse pelo estudo do fenômeno da seca, que deveria ser o enfoque de exploração da pesquisa científica.

Mesmo considerando a falta de compromisso imperial pela solução de problemas da seca, historiadores, como José Augusto Pádua e a antropóloga Sylvia Porto Alegre, ressaltam a importância da expedição no *momento importante de transição e revelador das inquietações nacionalistas, no período de consolidação do Estado Imperial*,²⁵ e ainda para divulgação do Ceará com os resultados da pesquisa, no que diz respeito ao levantamento das espécies da flora cearense registrados no Relatório da Sessão Botânica²⁶, de Freire Alemão²⁷.

A presença da Comissão, conforme José Augusto Pádua, estimulou o diálogo entre os intelectuais locais e provocou reações como os artigos publicados por Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, no jornal *O Cearense*, a respeito do problema da destruição das matas, intensificando o problema das secas. Observa-se nas citações de Thomaz Pompeu, em 1859, preocupações semelhantes às dos dias atuais, partindo de uma perspectiva ampla da inter-relação entre os fenômenos da natureza e as conseqüências destes para as gerações vindouras.

²⁵ PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Comissão das Borboletas: a ciência do império entre o Ceará e a Corte (1856-1827). Coleção Outras Histórias. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura do Estado, 2003.

²⁶ Idem. p. 73,74,75. *Entre os papéis da expedição ao Ceará, predominam os trabalhos de autoria do próprio Freire Alemão, incluindo seu diário de viagem, uma série de notas e mais de 900 itens documentais distribuídos em 10 séries temáticas, além de desenhos. (...) O desempenho de Freire Alemão fez que o rendimento da seção botânica fosse muito superior ao das demais áreas pesquisadas. (...) Além das anotações sobre botânica, Freire Alemão registrou dados obtidos de vários informantes e anotou observações sobre a geografia, a paisagem e o clima, tecendo comentários sobre assuntos tão variados como as famílias dos fazendeiros e dos trabalhadores, os tipos físico-raciais, a história do Ceará, o povoamento, a arquitetura, as cidades, as vilas, os costumes do sertão, as espécies vegetais e animais, a agricultura, conceitos populares, agrupamentos indígenas e até as opiniões a respeito do caráter dos membros da expedição.*

²⁷ Francisco Freire Alemão, médico e botânico, formado em 1828 pela Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, doutorado na Faculdade de Medicina de Paris, em 1831. A Coleção de manuscritos Francisco Freire Alemão, inclui os Estudos Botânicos (1834-1866) em 17 volumes, a Flora Cearense (1859-1861), em 9 volumes, e os papéis da expedição ao Ceará e pertencem à Biblioteca Nacional.

Por vezes temos chamado a atenção dos habitantes desta província, e dos poderes públicos, para os terríveis efeitos da devastação de nossas matas, que a ignorância e, sobretudo o egoísmo e a indiferença para com as gerações futuras vão todos os dias reduzindo e quasi aniquilando.

*Inútil Cassandra! De balde havemos demonstrado com os princípios da sciencia, com a authoridade dos sábios, com a experiência d'outros países, e até com a nossa própria, que o pernicioso systema de roteamento das matas, o incêndio dos campos no sertão, apressarão o termo de completa ruína de nossa terra, e deixarão a nossos vindouros solidões, e ruínas e uma maldição eterna à nossa memória. Semilhantes aos Israelitas no deserto, cuidamos somente do dia de hoje, amanhã cairá o maná do céu.*²⁸

Thomaz Pompeu fala ainda da importância de sensibilizar as pessoas para os perigos da exploração desmedida com a destruição das matas e da necessidade de pensar em reflorestamento para as áreas desertificadas:

*Continuemos com o nosso estudo authorisando com o testemunho dos sábios que fallão com a sciencia, e com a experiência, para fazermos mais sensível o perigo à que estamos expondo o futuro da nossa bella província com o systema irracional do roteamento das matas, e incêndio dos nossos campos pelo sertão; e para mostrarmos a conveniência, não só de fazer parar o abuso, como de ensaiar a arborização em algumas partes ajudando a natureza.*²⁹

(...)

²⁸ BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. *Sobre a Conservação das Matas, e a arboricultura como meio de melhorar o clima da Província do Ceará*. Typographia Brasileira, de Paiva e Companhia. Fortaleza, 1859. Ed. Fac-simp. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997. p.5.

²⁹ Idem. p.10.

A destruição das matas nas serras, que occultão as fontes, donde descem os nossos ribeiros, traz ainda outros males alem da extinção dos mananciais.³⁰

(...)

Mas uma vez escalvado o monte, posto o solo em contacto immediato dos raios do sol, e das chuvas torrencias, a terra resseca-se, as águas torrencias sulcão as encostas, abrindo profundos regos, arrancão o húmus vegetal (...).

É este o resultado, que talvez 50 annos mais tarde, aguardão infalivelmente as nossas bellas serras de Maranguape, Baturité etc. Se nossos agricultores não mudarem o systema.³¹

Observa-se a seriedade com a qual Thomaz Pompeu referia-se aos problemas ambientais, sob a perspectiva política, crítica, a respeito de um sistema maior, sobre a *imprudência humana*, sobre o modelo de desenvolvimento que desconsiderava as características da região semi-árida e as condições de sobrevivência dos habitantes e estimulava a degradação ambiental, potencializando os efeitos da seca no Nordeste.

Outro importante intelectual do Ceará, Rodolfo Teófilo chamava atenção sobre os aspectos políticos da permanência dos problemas conseqüentes da seca que somados à falta de prioridade do Governo Federal em solucionar os problemas de forma efetiva vem desenhando, conforme frisou o autor, *a história das secas no Ceará, ou melhor, no Nordeste Brasileiro como uma triste expressão de sofrimentos inenarráveis, de grandes prejuízos materiais e morais, de fatos e circunstâncias que transcendem à capacidade dominadora do homem civilizado³².*

Pois as secas oferecem uma face física e outra humana que se entrosam mais ou menos intimamente, produzindo efeitos de ordem social (...).

Não podemos, à nossa vontade, no momento oportuno, engendrar uma ambiência meteorológica favorável anos nossos desígnios. Podemos, porém prever, esperar e prevenir os efeitos

³⁰ Idem. Ibidem.

³¹ Idem. p.11.

³² TEÓFILO, Rodolfo Marcos. *História da Seca do Ceará (século XX)*. Fortaleza: Editora A. Batista Fontenele, 1953. p. 3.

*perniciosos da falta, da deficiência ou da irregularidade da queda pluvial.*³³

É interessante considerar os debates, em contexto mais amplo, com relação às preocupações relacionadas às condições e características do meio ambiente local. Os debates travados, no passado, não atingiam o espaço das discussões políticas e, mesmo que os ambientalistas locais não tenham os intelectuais como referência, na construção dos discursos ambientalistas, dos anos 1970, vale considerá-los no processo de investigação sobre particularidades nacionais e locais e problemas específicos de Fortaleza e do Ceará, tendo em vista as condições do lugar e do tempo.

Se em tempos anteriores, destacaram-se preocupações evidentes com o fenômeno das secas, nos discursos ecológicos do século XX, é interessante observar que o movimento ambientalista traz, para o debate local, problemas característicos das grandes cidades industrializadas e modernizadas. Entretanto, nos anos 1970, Fortaleza mantinha traços característicos de cidades que não condiziam com as características de metrópole moderna, de avançado grau de desenvolvimento e conseqüentes problemas resultantes da poluição industrial do ar e dos rios, como em Cubatão e em São Paulo.

Diante de particularidades locais, é interessante observar que o ambientalismo, ao ressaltar problemas de degradação e manifestar as necessidades de preservação ambiental, em Fortaleza, afirmava, contraditoriamente, que a cidade estava tomando formas de metrópole desenvolvida, pois a degradação da natureza é conseqüência do processo de industrialização e de modernização.

O ambientalismo surgiu em Fortaleza, chamando a atenção para problemas de poluição e degradação que prejudiciais à vida e à saúde dos moradores, mas os sujeitos do movimento trouxeram, além de preocupações com a discussão pública, as disputas e interesses pela ocupação dos espaços, de forma a levantar questões sobre interesses e prioridades da sociedade e a forma como vem tratando o ambiente urbano.

³³ Idem. Ibidem.

As falas revelam a dimensão subjetiva em que afloram conflitos, contradições e a unicidade de opiniões e interpretações dos fatos. As contradições ou as recorrências de temas e opiniões oferecem a diversidade de elementos para a compreensão e interpretação da complexidade da realidade.

Yara Khoury³⁴ comenta orientações necessárias à reflexão detalhada com relação aos significados e análise mais ampla das narrativas, de forma a envolver as dimensões do contexto dos sujeitos. A primeira se refere ao tratamento de elementos de subjetividade e de objetividade que deve considerá-los componentes intrinsecamente ligados, e não estanques. A narrativa oral não pode ser desvinculada do sujeito que a constrói, pois não se trata de sujeito abstrato, mas construído de acordo com a realidade histórica e cultural, de onde emergem as preocupações com o meio ambiente, considerando o cotidiano como espaço de manifestação.

É preciso estar atento à posição social dos entrevistados na sociedade para compreender sua postura diante das questões e com relação às ações políticas, aos significados que atribuem aos fatos e às perspectivas futuras. Pois as falas tratam da realidade e também dos modos como as dimensões, presentes, passadas e futuras, se cruzam, mostrando a memória e a consciência dos sujeitos. As falas podem facilitar a percepção de expectativas, propostas e desejos relacionados aos *indícios de possibilidades* para a realidade social.

Yara Khoury diz que é importante compreender a experiência do outro e incorporar a diferença como *elemento constitutivo dos processos sociais*, e que, apesar de ser um exercício difícil ao pesquisador, *é no próprio exercício da pesquisa com história oral que vamos desenvolvendo habilidades para melhor captar, nos significados dos enredos, modos peculiares de ser e de viver, tensões e conflitos, resistências e transgressões, sujeições e*

³⁴ KHOURY, Yara Aun. *Narrativas Oraís na Investigação da História Social*. In Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: Educ, 2001.

*acomodações, vividos e narrados pelos sujeitos como sonhos, expectativas e projetos, valores, costumes, tradições, fabulações*³⁵.

O trabalho de pesquisa oral traz a memória dos sujeitos como processo vivo e totalmente interligado à realidade histórica e social das problemáticas vivenciadas. A atenção para com as lembranças e memórias de vivências na cidade de Fortaleza, sobre a forma como os sujeitos ocuparam os espaços, nas atuações políticas, nas entrevistas, é referência para a elaboração da análise da trajetória do Movimento Ambientalista.

Os lugares trazidos pela memória dos militantes se referem às conquistas, vitórias e derrotas do ambientalismo em Fortaleza. A forma de ocupação dos espaços traduz as relações simbólicas dos sujeitos, desejos e sentimentos em relação aos espaços. Outro aspecto importante de análise dos relatos aparece na forma pela qual os sujeitos narram sua vivência, e as memórias dos lugares revelam a diversidade de significados da luta ambiental para os militantes.

O estudo histórico da atuação do Movimento Ambientalista e a construção das idéias ambientais, em Fortaleza, pressupõe o cruzamento de memórias como fenômeno individual, narrado pelos atores sociais, como fenômeno coletivo, pois é a ação conjunta das pessoas que constrói o movimento social. Maria Stella Bresciane comenta que *as memórias, tanto históricas como pessoais, compõem o tecido de nossas relações com o espaço e, portanto compõem a realidade da cidade*³⁶. É fundamental, para a pesquisa histórica, refletir sobre os elementos que constituem a memória individual e coletiva, pelo cruzamento das fontes orais com as documentais produzidas pelo movimento, por instituições ligadas às questões ambientais e aos arquivos jornalísticos, com registros das ações do Movimento na cidade.

Ao analisar os relatos sobre o envolvimento e participação dos militantes é possível elaborar a reflexão na qual as informações de diversas procedências se cruzam, aprofundando e ampliando a análise do contexto histórico.

³⁵ KHOURY, Yara Aun. *Narrativas Oraís na Investigação da História Social*. In Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: Educ, 2001.p. 87.

³⁶ BRESCIANI, Maria Stella M. *Cidades: espaço e memória*. In PEREIRA CUNHA. Maria Clementina (Org.). O direito a memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992.

Associados ao lugar de cada sujeito, é importante observar não só elementos recorrentes, como também as diferenças e contradições explicitadas. Alessandro Portelli, por exemplo, aborda a importância do *papel da igualdade e da diferença*, no campo da pesquisa, ressaltando que a igualdade torna a entrevista aceitável, mas é a diferença que a torna relevante.

Contradições, informações e opiniões diversas tornam os relatos diferentes e demonstram que existem variadas visões sobre o mesmo tema ou problema, o que possibilita compreender tensões e conflitos da trajetória do movimento ambientalista. O cruzamento entre os pontos recorrentes e as contradições põe em dúvida conclusões e opiniões óbvias sobre os eventos e contribui para enriquecer a análise e interpretação das fontes orais.

Tomando como referência perspectivas da História Social, o estudo não se propõe a fazer o levantamento cronológico, muito menos fazer o “resgate” de um passado, de forma saudosista, lembrando os “atos heróicos verdes” que ficaram para trás e não voltam. Busca, pela preocupação central em refletir sobre o que está nas “entrelinhas” da emergência das ações do movimento ambientalista, reconstruir a memória do movimento, fazendo uma reflexão sobre a relação do movimento ambientalista com o contexto social e o caminho tomado pelos ambientalistas, observando no percurso, que fatores demonstram significado histórico para a reformulação ou reafirmação dos direitos cidadãos nesta realidade. Pela memória dos sujeitos sobre a trajetória do ambientalismo, em Fortaleza, entre 1976 e 1992, procuro destacar os fatos relevantes que falam das formas de mobilização e manifestações utilizadas para tratar de problemas que afetavam a vida da cidade, não priorizados pelo Poder Público e demonstram como o movimento inseriu as questões ambientais em debate político mais amplo.

O primeiro capítulo aborda o nascimento do movimento ambientalista, situando-o no contexto social e político, procurando analisar o que significou o ambientalismo dos anos 1970 e o que trouxe de novo para a sociedade da época. Os ambientalistas trouxeram, à tona, questões do planejamento urbano e abordaram as conseqüências de intervenções que priorizaram o desenvolvimento da cidade, sem levar em consideração a preocupação em manter as áreas verdes, rios, riachos, lagoas e dunas. É importante traçar o perfil histórico da política de intervenções urbanas da cidade ocupada de forma

desordenada, privilegiando áreas nobres, habitadas pelas classes média e alta, excluindo a periferia e os bairros pobres das condições básicas de infraestrutura.

Com base na análise das primeiras ações, foi possível conhecer a importância do grupo da SOCEMA, instituição criada pelo grupo que organizou as primeiras manifestações de caráter ambientalista, na cidade, que influenciaram a trajetória dos ambientalistas, nos anos 1980. Foram destacados temas e conceitos, criados a partir da década de 70, tentando mostrar como as discussões e reflexões foram sendo articuladas e aprofundadas pelo movimento e como historicamente o movimento inseriu as preocupações com o meio ambiente no debate público.

As ações do movimento, nos anos 1980, presentes no segundo capítulo, destacam as grandes manifestações relatadas pelos entrevistados, período de significativa memória para os militantes, que revelaram importantes aspectos do processo de legitimação e seu papel na cidade. Para os ambientalistas a década de 1980 foi marcada pela luta em defesa da criação do Parque do Cocó. Na narração dos acontecimentos, em oito anos de luta pela criação efetiva do Parque do Cocó, os sujeitos falam sobre as memórias das lutas e as marcas deixadas, revelando o significado do movimento para eles. Pela observação das fontes, que mostram os fatos, ao longo do tempo, foi possível perceber a dinâmica do movimento, limitações e potencialidades, os conflitos entre os militantes por divergências políticas e a repercussão consequente da ação do movimento. Foi possível ainda verificar como o movimento foi recebido pelas autoridades, das esferas pública e privada, que estavam no alvo das reivindicações, pela reação dos Governos e de grupos empresariais que tentavam meios para descaracterizar e minimizar os apelos dos ambientalistas diante da sociedade.

No terceiro capítulo, pela análise dos desdobramentos consequentes de sua atuação, nos anos 1980, período de profundas transformações no caráter e papel do movimento ambientalista, no Brasil e em Fortaleza, faz-se a interpretação da historicidade do movimento, a dinâmica de atuação e o processo de legitimação. Com o cruzamento de acontecimentos locais, nacionais e mundiais, entre os anos do final da década de 1980 e início de 1990, que influenciaram a mudança na abordagem dos problemas ecológicos,

vê-se que questões deixaram de ser analisadas de forma reduzida, sob ponto de vista meramente técnico e pontual, e começaram a ser tratados por teóricos que defendiam a abordagem integral da questão ecológica, adotando análises dos aspectos social, cultural e político. Por exemplo, os conceitos e usos da *ecologia*, *questões ecológicas* e sua substituição por *problemática ambiental*, o conceito de desenvolvimento sustentável e suas metas e, posteriormente, o debate sobre a necessidade pela busca da *sustentabilidade* no planeta.

A análise da experiência do movimento ambientalista, em meados dos anos 1990, busca observar os desdobramentos das ações e a contradição entre o aumento da divulgação dos problemas do meio ambiente, na década de 1980, ao mesmo tempo em que continua a potencialização e agravamento da crise ecológica. As reflexões sobre tais questões procuram responder as questões levantadas no início do estudo dos objetivos e estratégias dos ambientalistas, destacando os focos das reivindicações e desdobramentos das ações e, dessa forma, compreender a capacidade política e as contribuições do movimento, em Fortaleza, entre 1976 e 1992.

CAPÍTULO 1 - Fortaleza entre o desenvolvimento e a degradação

O movimento ambientalista, que provocou reflexões sobre a degradação do ambiente urbano, leva a aspectos da realidade da cidade e das transformações do espaço urbano relacionadas à forma de gestão. Para compreender as formas de inserção dos militantes do ambientalismo, no final dos anos 70 e na década de 80, é importante traçar breve perfil das características locais de prática política e fatores econômicos, associados ao processo de modernização e ao padrão de crescimento urbano desordenado com formação de várias favelas.

Historicamente, o modelo de gestão do Ceará e de Fortaleza tem apresentado forte expressão de grupos políticos que detem o poder e que têm utilizado o espaço público para exercer ações paternalistas e de clientelismo. Os dirigentes tratavam, e tratam as questões urbanas, desde os anos 1960, de acordo com a influência de grupos empresariais e interesses especulativos, que direcionam a política urbana, bem como o planejamento de obras e as leis de uso e de ocupação do solo, definidas de acordo com os interesses destes, demonstrando a utilização dos espaços das instituições como espaços privados de poder.

O controle do poder por grupos particulares restringia o reconhecimento de sujeitos sociais e, desta forma, os cidadãos comuns não tinham direito ao espaço de diálogo porque não possuíam interlocutores para expressar sua opinião, defender os direitos, as necessidades e os conflitos, que eram ocultados pela forma assistencialista de administração pública. As instituições de articulação entre o Estado e a população utilizavam a caridade como forma de fazer política e sustentavam a cultura do conformismo social fortalecendo a relação baseada nos favores e na dívida social. Para ilustrar a cultura política, há o exemplo do Programa de Assistência aos Favelados – PROAFA, criado para gerir os planos nacionais ou locais de habitação, efetivados no primeiro Governo de Virgílio Távora, entre 1962 e 1966.

Historicamente, a exclusão social faz-se pela segregação espacial evidenciada, principalmente por ações políticas que priorizam investimentos nas áreas ocupadas pela elite local e evidenciadas nos planos de modernização, sem levar em conta a preocupação com a demanda por

moradia da população que aportava na capital, principalmente, o contingente que sofrendo os efeitos da seca no período de 1877 a 1879, ou de períodos posteriores, como em 1932, quando significativo contingente de retirantes transferiu-se para a Capital, em busca de emprego e de melhores condições de vida³⁷.

As formas de ocupação e de crescimento de cidades da região nordeste do país, particularmente de Fortaleza³⁸, tem sido marcadas pelo processo de desigualdade. O processo leva à reflexão a respeito da configuração de cidades dentro do mesmo espaço urbano. Uma cidade moderna, “belle époque” e cidade dos pobres, trabalhadores, considerados classes perigosas. É a cidade que deve ser vigiada, controlada do ponto de vista social, mas é também a cidade que os planos de modernização não alcançam, de acordo com a lógica decorrente do desenvolvimento da sociedade capitalista, onde, conforme escreveu José Borzacchiello, *o espaço geográfico por ela produzido são frutos dos conflitos interclasses que produzem aquele espaço e estruturam aquela sociedade. O espaço geográfico contém em si esses antagonismos e estes, por sua vez, são evidenciados através de um conjunto de espaços desiguais, que constituem uma totalidade diferenciada*³⁹.

Os problemas da desigualdade de renda já existiam no século XIX. Na década de 1840, o setor comercial teve expansão fortalecendo conseqüentemente a classe de comerciantes que, com poder aquisitivo mais elevado, incentivou a construção e instalação de grandes casas de comércio, de residências e sobrados, ampliando o centro da cidade.

Alterações marcantes aconteceram a partir dos anos 1860, resultantes da instalação da estrada de ferro de Baturité e da construção do Porto do Mucuripe, obras que geraram transformações importantes. Os investimentos nas obras são decorrentes da ascensão do Ceará no comércio e cultivo do

³⁷ RIOS, Kênia Sousa. *Campo de Concentração no Ceará: Isolamento e poder na seca de 1932*. Fortaleza: Museu do Ceará/ SECULT, 2001.

³⁸ Fortaleza é uma cidade plana, com pouquíssimas elevações, estando assentada sobre uma planície plio-pleistocênica, que contém duas grandes bacias hidrográficas, as do Cocó e do Maranguapinho-Ceará, além de outras secundárias formadas por riachos ou córregos de pequeno porte como o Pajeú (em cuja margem esquerda, próximo à sua foz, se instalou a cidade definitivamente) e o Maceió. (SILVA, José Borzacchiello da. *Quando os Incomodados não se Retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza*. p. 46).

³⁹ SILVA, José Borzacchiello da. *Quando os Incomodados não se Retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza*. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992. p. 71.

algodão, o que privilegiou *Fortaleza como importante porto algodoeiro e grande centro coletor e beneficiador da produção interior*⁴⁰.

Com o crescimento do setor comercial e a concentração no centro da cidade, a elite, incomodada pelo adensamento daquele espaço, começou a buscar outras regiões para moradia, em lugar mais tranquilo. Nesse período, a partir de 1915, surgiram as primeiras residências luxuosas, nos bairros de Jacarecanga, Benfica e Praia de Iracema. A arquitetura da cidade começou a remodelar-se, com a preocupação política de fazer a sistematização da estrutura urbana, o que resultou na necessidade de reestruturar e expandir o Plano da Cidade, que contava com o último plano, elaborado em 1875, pelo engenheiro da Província do Ceará e da Câmara Municipal de Fortaleza Adolfo Herbster⁴¹.

A estrutura urbana transforma-se, tendo como ponto de partida dois aspectos principais - de um lado, o crescimento do setor comercial, que atraía *as elites comerciais, industriais e agrárias e os setores médios, formadas por profissionais liberais, comerciários e funcionários públicos*⁴² e que necessitava de canais de escoamento para a produção do algodão. De outro, a proliferação das camadas mais pobres, compostas pela população vinda do interior do Estado, agravando o processo de adensamento populacional da Capital, sem a menor preocupação dos gestores em acolher e propiciar condições de moradia e de emprego para a população que se instalava, de forma desordenada, em áreas periféricas, gerando o aparecimento de favelas. De 1930 a 1950, além das favelas do Pirambu e do Mucuripe, havia o Cercado do Zé Padre, o Lagamar, o Morro do Ouro, Meireles, Papoquinho, a da Estrada de Ferro e o Morro do Moinho⁴³.

No período de crescimento das favelas é retratada por Francisco Moreira, a questão, nas décadas subseqüentes do século XX.

Nas décadas de 60 e 70, a população da Capital cearense atingiu níveis excepcionais de crescimento, colocando seus

⁴⁰ Ibidem p. 48.

⁴¹ PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf, 1993. p. 62.

⁴² PONTE, Sebastião Rogério e SOUZA, Simone, Orgs. *Fortaleza: a gestão da cidade (uma história político-administrativa)*. Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Núcleo de Documentação Cultural. Fundação Cultural de Fortaleza. Fortaleza, 1994. p. 37.

⁴³ JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *Verso e Reverso do Perfil Urbano de Fortaleza*. São Paulo: Annablume, 2003. p. 48.

*administradores diante de um problema recorrente: as sucessivas migrações internas acarretaram o aceleração do processo de favelização da cidade como o Pirambu, Lagamar e Verdes Mares, além da ocupação, por pessoas sem teto, de terrenos em quase toda a periferia da cidade.*⁴⁴

A continuidade do acentuado crescimento demográfico urbano pode ser verificado na tabela⁴⁵ abaixo, que mostra a migração como principal fator da expansão, ultrapassando 60% do crescimento do município, com diminuição do percentual entre as décadas de 1970 e 1980, diante do crescimento vegetativo da população:

Crescimento Demográfico de Fortaleza – 1940 a 1980

Período	Incremento		Saldo		Crescimento	
	total		migratório	%	Vegetativo	%
					Increm.	
					Parc.	
1940/1950	89.984		56.904	62,24	33.080	36,76
1950/1960	244.649		158.629	64,84	86.020	35,12
1960/1970	355.915		222.796	62,25	135.119	37,65
1970/1980*	1.307.611		629.155	48,03	678.453	51,88

Fonte: PLANDIRF - 1972: * FIBGE/DIPED-CE - 1991

Vale ressaltar que, nos anos de 1940, Fortaleza passou por outra fase de expansão espacial quando a classe alta, dos bairros Jacarecanga e Benfica, deslocou-se à ala leste da cidade, mais distante do comércio, das indústrias e da presença dos trabalhadores concentrados nos arredores do centro. Os bairros, em formação, começaram a ser projetados visando melhor infraestrutura de serviços urbanos e equipamentos públicos. Gisafran Jucá registra:

⁴⁴ RIBEIRO, Francisco Moreira. In: PONTE, Sebastião Rogério e SOUZA, Simone, Orgs. *Fortaleza: a gestão da cidade (uma história político-administrativa)*. Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Núcleo de Documentação Cultural. Fortaleza: Fundação Cultural de Fortaleza, 1994. p. 77.

⁴⁵ Fonte: *Diagnóstico Sócio-Ambiental do Estado do Ceará: o olhar da sociedade civil*. Fórum da Sociedade Civil Cearense sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1993. p. 73.

*A Aldeota consolidava-se como reduto da burguesia, que exercia a sua hegemonia nos diferentes setores da vida urbana. A cidade passou a ser dirigida pelo modo de vida oriundo da cultura das elites, que exerciam um controle sobre a vida urbana.*⁴⁶

O surgimento da Aldeota, *bairro chique* da cidade, marca o início da expansão urbana em direção ao leste, com o surgimento, nas adjacências, dos bairros Papicú, Meireles e outros, demonstrando rápido crescimento, inclusive vertical, nos últimos 30 anos. O desenvolvimento, nessa época, potencializou a segregação das classes média e alta, pois a classe média se concentrou na região leste da cidade, e a classe trabalhadora na zona oeste e periferia da cidade que, em contraste com as características dos bairros da burguesia, apresentavam péssimas condições de moradia⁴⁷. Apesar da caracterização do leste como área de “bairros chiques”, encontram-se, favelas e aglomerados de comunidades de baixa renda também nessa região.

O desenvolvimento urbano caracteriza-se, de um lado, pela concentração de investimentos em prol da modernização dos bairros nobres e, de outro, pelo descaso dos governantes em implementar melhorias na infraestrutura das regiões da população pobre, que não possui rede de esgoto sanitário, abastecimento de água e coleta de lixo e outros serviços urbanos⁴⁸.

Irllys Alencar Barreira destacou como fator de agravamento do quadro de segregação espacial da cidade, a penetração do capital comercial, bancário e imobiliário na Região Metropolitana de Fortaleza, que tinha interesse na especulação e incentivou a concentração de investimentos públicos em determinadas regiões⁴⁹. O crescimento da cidade, em face do incentivo do turismo, estabeleceu um padrão de beleza de pontos privilegiados, em contraste com as deficiências de infra-estrutura básica, em bairros mais afastados. A supervalorização de algumas áreas resultou, nos anos 1970, em mudanças no uso e ocupação dos terrenos, pois, à proporção que os lotes ficavam mais caros e aumentava a demanda, construíam-se grandes edifícios

⁴⁶ BARREIRA, Irllys Alencar Firmino. *O Reverso das Vitrines: conflitos urbanos e cultura política em construção*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992. p. 42.

⁴⁷ SILVA, José Borzacchiello da. *Quando os Incomodados não se Retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza*. p. 50.

⁴⁸ SILVA FILHO, Antônio Luiz Macedo. *Paisagens do Consumo*. Fortaleza: Museu do Ceará/SECULT, 2003.

⁴⁹ BARREIRA, Irllys Alencar Firmino. *O Reverso das Vitrines: conflitos urbanos e cultura política em construção*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992. p. 44.

residenciais, prédios comerciais, no processo de verticalização dos bairros - Aldeota e Meireles.

Essa breve exposição de aspectos das transformações da cidade, entre 1970 e 1980, demonstra o desenvolvimento e o planejamento urbano fundamentados nas diretrizes do modelo de desenvolvimento capitalista. Frutos dessa lógica, os Governos vêm implementando a política neoliberal, sem interesse na solução dos problemas sociais gerados pelo modelo, que concentra riquezas nas mãos de poucos e potencializa o quadro de desigualdade e de exclusão social. A falta de interesse, em elaborar e implementar políticas públicas para absorver a maioria da população, gerou, conseqüentemente, um dos mais graves problemas do processo de crescimento de Fortaleza: a ocupação e o adensamento da população de baixa renda em áreas não apropriadas à construção de moradias: encostas de dunas, margens dos rios e lagoas, lugares que apresentam risco de inundação em períodos de chuva e de desabamento, além de insalubres pela falta de saneamento básico necessário.

Pelos aspectos das transformações urbanas, pode-se analisar o panorama dos problemas sociais e ambientais: de um lado a especulação imobiliária, em áreas próximas aos rios, lagoas e dunas; instalação de fábricas e construção de obras públicas, responsáveis pela poluição e destruição do patrimônio ambiental da cidade e, de outro, o adensamento em áreas de preservação, que, sem condições básicas para habitação, contribui para a degradação dos recursos hídricos e do ambiente urbano.

Os contrastes e as desigualdades entre uma Fortaleza bonita, moderna e uma cidade sem condições de infra-estrutura básica, para atender a maioria da população, compõem o quadro de conflitos sociais motivadores de articulações da população que se sentia, cada vez mais, excluída. O sentimento de exclusão gerou, dialeticamente, a pressão social motivou a organização dos moradores de bairros, que começaram a denunciar as precárias condições de habitação. As favelas passaram a ser palco de lutas sociais e espaço de resistência. Dessa forma, moradia e cotidiano foram transformados em foco de reivindicações da população.

No final de 1970 e meados dos anos 1980 surgiram formas de ação coletiva, práticas de organização social, chamadas pelas Ciências Sociais de

Novos Movimentos Sociais que compreendem os movimentos urbanos: comunidades eclesiais de base, comunidades em luta pela posse das terras, por moradia, movimento de mulheres, movimentos de defesa dos direitos humanos, os movimentos ecologistas, dentre outros.

Autores que estudam os novos elementos do movimentos dos anos 1970 ressaltam, como importante contribuição para a sociedade, o papel que exerceram em promover uma redefinição de cidadania e contribuição para a criação de novo modelo cultural de revalorização de práticas sociais do cotidiano popular, adormecidas pela forma dominante de fazer política. A atuação dos novos sujeitos sociais e a busca de ampliação dos direitos dos cidadãos foram resposta à necessidade de luta, de mobilização e de ação diante da postura centralizadora do Estado. A população organizou-se e reagiu ao sentimento de exclusão econômica, política e cultural, que a sufocou, principalmente durante o regime militar. Neste sentido, *A ação transformadora da sociedade civil sobre si mesma, através da ação dos movimentos sociais tem sido considerada uma possibilidade histórica para a sociedade contemporânea*⁵⁰.

Nesse contexto, as questões ecológicas começaram a ocupar espaço de discussão em escala mundial, abrindo-se a possibilidade de olhar diferente de intelectuais e cientistas, do início do século, e, em séculos anteriores, a respeito da inserção do meio ambiente na sociedade. As conseqüências dos desastres ecológicos despertaram a preocupação com a garantia de existência do ser humano no planeta e começa a gerar-se uma vertente social e política, , perspectiva inovadora das lutas sociais até o momento.

1.1 Emergência do ambientalismo em Fortaleza

O movimento ambientalista apresentou elementos comuns aos movimentos sociais, no que diz respeito à busca por novas formas de relações e abertura de espaços de diálogos, de expressão e propostas de transformações para a coletividade. Os novos sujeitos, ambientalistas,

⁵⁰ SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1993. p. 53.

ecologistas, preservacionistas, dentre outros, participaram do movimento, questionaram a lógica dominante, com inserção de novas noções de direito dos cidadãos ao ambiente ecologicamente equilibrado. Introduziram-se temas ambientais nos debates públicos, ligados a questões dos espaços das cidades e criaram-se novas formas de atuação para atingir a opinião pública e para pressionar os poderes constituídos a atenderem às suas demandas e, ao reivindicarem a importância do meio ambiente preservado para a população, introduziram novos campos de direitos, antes não contemplados, inserindo importantes ganhos para gerações futuras e a própria natureza. Desta forma, ampliou-se o campo da cidadania, a partir de uma *nova proposta de sociabilidade, que transcende a relação entre o Estado e o indivíduo, incluindo de modo privilegiado a própria sociedade civil*⁵¹.

O movimento ambientalista se caracteriza pela complexidade de trabalho com base na perspectiva realista-utópica pois, além de criticar a civilização urbano-industrial e seus impactos destrutivos, propõe repensar a relação sociedade e natureza. Por exemplo, em Fortaleza, os sujeitos que fizeram o ambientalismo tornaram públicas suas preocupações com problemas resultantes do processo de degradação ambiental, além de terem iniciado o debate sobre a necessidade de normas para limitar a expansão do planejamento urbano, questionando o modelo adotado.

A reflexão do movimento remete à realidade da cidade, à forma de gestão e às transformações do espaço que demonstram como se constituíam as relações de poder entre a classe dominante e a dominada, e como eram estabelecidos os limites das ações coletivas, em cenário onde o exercício da política se caracteriza pela prática tradicional de poder, com o controle de grupos fechados, os coronéis, que se alternavam como chefes políticos locais⁵². Há necessidade de se pensar as formas de intervenção em Fortaleza,

⁵¹ SANCHEZ, Solange Silva. *Cidadania Ambiental: novos direitos no Brasil*. Humanitas: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas, USP. São Paulo: AnnaBlume, 2000. p. 185.

⁵² Virgílio Távora, César Cals e Aduino Bezerra são representantes significativos dos coronéis que em um período da história política da cidade. Em 1962, Virgílio Távora assumiu o Governo do Estado, sendo substituído por Plácido Castelo em 1967. Após essa gestão, assumiu o poder César Cals (1967-1971) seguido por Aduino Bezerra (1972-1976), que antecedeu a volta de Virgílio (1977-1981). Em 1982 firmou-se o “acordo dos coronéis” com interferência na unidade partidária do PDS, com a indicação de um candidato único para governador, Gonzaga Mota. Virgílio Távora se candidatou a Senador, Aduino Bezerra para Vice-Governador e o filho de César Cals Neto, a Prefeito.

no final dos anos 70 e na década de 80, e como através das ações do movimento, os ambientalistas trouxeram a reflexão sobre a relação entre as transformações dos espaços da cidade com as questões ecológicas. Para entender como o movimento ambientalista construiu sua lógica histórica é importante traçar brevemente o contexto político e social da época em que a população começa a recriar formas de organização coletiva.

A partir de 1960, surgiram ações de resistência pela posse de terras, em favelas, mas, somente na década de 70 o movimento foi articulado de forma a integrar as ações de bairros e favelas, na busca de objetivos comuns, tais como: luta pela posse da terra, moradia, educação e saúde, unificação salarial e luta contra a carestia e desemprego. A partir de 1970, a organização de alguns movimentos marca um avanço com relação à visibilidade pública nos jornais, discursos partidários, discursos dos moradores que contribuiu na comunicação entre os bairros e diminuiu o isolamento.

Os movimentos de bairros configuraram segmento expressivo do movimento popular, conquistando espaço político significativo pelas lutas e presença constante nas praças e ruas, para reivindicar os direitos de cidadania de parcela da população que não conta com infra-estrutura básica (saneamento, rede elétrica, pavimentação, etc) nem serviços básicos como acesso à educação e lazer. As lutas dos bairros marcaram a “quebra de silêncio” de longos anos, pois os moradores tiveram a ousadia de enfrentar a polícia e a repressão da ditadura para reivindicar direitos. As práticas, como comentou Irllys Alencar, *não expressavam simplesmente a “revolta consciente” dos dominados; tampouco a exacerbação de condições insuportáveis de vida como pulsão mediadora do protesto social. Para além dessas dimensões mais radicais dos conflitos a cena cotidiana, costumeiramente mais pálida, reafirmava-se com vigor, mostrando modos de vida, percepção da realidade social e formas mobilizadoras de pressão política*⁵³.

Apoiados pela Igreja, pelas Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, os movimentos começaram a reclamar a condição desigual dos moradores de periferia, de favelas e de bairros pobres, antes sem visibilidade, mediante práticas coletivas de reivindicação de direitos como habitantes de metrópole.

⁵³ BARREIRA, Irllys Alencar Firmino. *O Reverso das Vitruvianas: conflitos urbanos e cultura política em construção*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992. p. 11,12.

Criaram-se associações com o propósito de congregação do movimento de bairros, por exemplo: Associação Interbairros, Federação de Bairros e Favelas, União das Comunidades, Bairros Independentes, Conselho Geral de Bairros. Em 1981, essas entidades realizaram o I Congresso de Bairros e Favelas de Fortaleza, com a participação de aproximadamente 800 pessoas e representação de 29 entidades de bairros. No II Congresso, em 1982, foi criada oficialmente a Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza, com eleição da primeira diretoria⁵⁴.

Os movimentos sociais acompanhavam os debates nacionais, de críticas sobre o funcionamento da sociedade, ao abordar problemas que afetavam a vida cotidiana, inclusive destacando conflitos e insatisfações com relação aos aspectos da constituição do espaço urbano. A possibilidade de pensar os elementos do cotidiano permitiu a atribuição da dimensão política ao vivenciado e gerou entre aqueles que acompanhavam as discussões políticas, principalmente no espaço acadêmico, o desejo de querer construir sua história, de deixar de ser sujeito passivo diante da postura repressora do Estado, no período do regime ditatorial, o que estimulou a redefinição do espaço de cidadania e a criação de novas práticas de contestação, em resposta às necessidades de expressão de direitos sociais.

No panorama político, ganham força, no final da década de 70, os movimentos de contestação, articulados no ambiente acadêmico, por professores, estudantes universitários e representantes dos partidos de esquerda. Destacaram-se o movimento pela anistia dos presos políticos, movimentos de mulheres, articulação dos povos indígenas do Ceará e o movimento ambientalista. Os sujeitos, na maioria, vindos da classe média, com engajamento anterior nos movimentos estudantis dos anos 60, além de apoiarem as reivindicações dos moradores dos bairros e favelas, apresentaram outras bandeiras de lutas sugerindo direcionar o olhar para outras dimensões da vida em sociedade, além das questões básicas de existência.

A insatisfação diante da repressão política e da exclusão social foram os primeiros focos de mobilização dos novos sujeitos, que enfatizaram as críticas

⁵⁴ SAMPAIO, Inês Vitoriano. *Participação, Autonomia e Representação: os dilemas da ação da esquerda no Movimento de bairros de Fortaleza*. Fortaleza: Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da UFC, 1987. Monografia em Ciências Sociais.

ao exercício do poder, buscando brechas⁵⁵ no espaço social para a rearticulação da prática coletiva de pressão por liberdade.

No mesmo período, nasceu o Movimento pela Anistia dos presos políticos, importante ponto de encontro das esquerdas do Ceará, a partir de 1975, e contribuiu para a rearticulação do movimento popular. O Movimento pela Anistia, pelo Comitê Feminino Pró-Anistia, realizou atividades de assistência aos presos políticos, contatos com parlamentares, debates e denúncias contra a usurpação dos direitos humanos pelo regime militar no Brasil. O movimento caracterizou-se pelo vínculo com o espaço acadêmico e intelectual, em que as pessoas se reuniam para discutir assuntos ligados aos problemas cotidianos, mediante novo olhar sobre questões de ordem prática e subjetiva, lutando em favor dos direitos sociais e outros problemas da a condição de vida da população de baixa renda e da classe média. O público acadêmico, vinculado aos segmentos sociais organizados, acompanhando os debates lançados no horizonte nacional, começaram a delinear o caminho de interferência na mudança de atitude social, relacionada com outras formas de fazer política, expressando críticas sobre o funcionamento da sociedade, aspectos do cotidiano, levantando elementos culturais relacionados ao espaço constituído, destacando conflitos e insatisfações e atribuíam uma dimensão política ao vivido.

Nesse contexto, em meio a outros movimentos sociais inovadores dos anos 1970, surgiu o movimento ambientalista, que trouxe, ao debate público, as contradições urbanas e as características de cidade segregada do ponto de vista social e espacial. As primeiras ações ambientalistas em Fortaleza foram inicialmente articuladas em 1976, por Flávio Torres, Marília Brandão e Marcus Vale, professores da Universidade Federal do Ceará das áreas de Física, Biologia e Química, respectivamente. Flávio Torres acabara de retornar da Inglaterra, onde teve contato com os debates levantados pelos movimentos ecológicos da Europa.

Vindos de experiência anterior de militância no movimento estudantil e no Movimento pela Anistia dos presos políticos da ditadura, no Brasil, em 1960, os professores revelaram que esta base política fomentou as primeiras

⁵⁵ A utilização deste termo relaciona-se ao sentido atribuído por Michel de Certeau que expressa a atitude dos sujeitos de encontrar formas para burlar a ordem estabelecida.

reuniões e ações em defesa do meio ambiente. Vale ressaltar que se destaca no ambientalismo do Brasil, característica distinta dos movimentos ecológicos dos países da Europa e Estados Unidos, pois, além das preocupações estritamente com a natureza, havia o desejo de expressar publicamente insatisfações da sociedade, reprimidas e ocultadas pelo regime político da Ditadura. É importante considerar o papel do movimento em período no qual o regime militar sufocava qualquer mobilização popular, quando o movimento apresentou a possibilidade de expressão de desejos e anseios da sociedade, além de ter contribuído no processo de reorganização social para a abertura política, nos anos de 1980.

Além de necessidade de expressão, houve influência dos fatos em âmbito internacional e nacional que, divulgados pela mídia, mostravam o despertar para problemas ecológicos, resultantes da poluição industrial e dos movimentos pacifistas contra as armas nucleares. As narrativas de Marília Brandão e de Marcus Vale demonstram a influência dos acontecimentos da época no grupo de articulação das ações em prol do meio ambiente. Marília Brandão ressaltou sua experiência política no movimento estudantil e o fato de ter acompanhado as discussões das ações em defesa da Amazônia, o que a incentivou a articular discussões sobre a preservação local.

Outro aspecto de interesse para os membros da SOCEMA era a preocupação em defender o patrimônio histórico e cultural da cidade. Por isso Marília Brandão insere a visão de meio ambiente, levando em consideração elementos naturais e construídos. Além da vivência política, ela apresenta elementos subjetivos, ao enfatizar ligação afetiva com a natureza como elemento componente dos motivos de sua preocupação com o meio ambiente:

E o que nos moveu, pessoalmente para mim seria a sensibilidade para a questão ambiental, que me vem desde criança, E que talvez tenha influenciado minha escolha pela Biologia, como profissão. Mas um sentimento pela defesa, a ligação com a natureza, a sensibilidade foi um fator que sempre existiu.

A outra coisa foi um espaço político que se mostrava pra mim muito claramente. Eu tinha já uma antiga participação em movimento estudantil, depois uma participação no Movimento pela

Anistia e uma participação no Movimento em Defesa da Amazônia. Que é anterior a SOCEMA.

Nós fizemos um movimento muito político, muito caracterizado por uma postura política em defesa da Amazônia. Então com essa história aí, eu passo a fazer parte desse movimento, a construir com um grupo da Universidade esse movimento com caráter mais de defesa do nosso patrimônio, de Fortaleza e do Ceará.

Então eu vejo alguns aspectos é... a sensibilidade, vejo uma válvula de escape para uma ação política sem muita repressão, quer dizer com possibilidade de organização. Uma vontade de ter um grupo, de participar desse grupo, de defender o patrimônio natural e histórico inclusive. Porque a gente tinha essa preocupação nessa época até com o patrimônio histórico. Esses dois elementos que me fizeram participar desse movimento: a sensibilidade e a preocupação política.

Marcus Vale, ao falar sobre os motivos que o levaram a participar das articulações, ressalta a necessidade, na época, de criação do espaço aberto para diálogo e trocas de idéias coletivamente:

Era falta de atividade política. Quando estudante, eu fui, participei ativamente do movimento Estudantil na época de 67 e 68, uma época muito quente. Eu era presidente do Diretório Acadêmico de Farmácia e, inclusive fui contemporâneo do DCE com Genuíno, João de Paula e alguns que foram mortos como Bérqson, da Química. Enfim, vivi um momento político, como estudante muito ativo. Depois que terminei a faculdade, fui fazer mestrado. Mas a ânsia política no país estava podada e qualquer chance que a gente tinha de fazer alguma discussão, pelo menos nesse nível, já satisfazia nossa necessidade.

Pela narrativa de Marcus Vale, vê-se que a possibilidade de organização do Movimento Ambientalista, no Ceará, foi alternativa às manifestações sociais da época e opção pela articulação em torno de problemas ambientais, destacada como motivação inicial e saída à repressão militar. As questões

ambientais foram combinadas em razão da necessidade de abertura de espaços democráticos para discussão das dimensões da vida cotidiana.

A relação com as atividades profissionais e o caráter acadêmico foram componentes marcantes de caracterização da construção do movimento ambientalista, porém esses aspectos não traduziram a composição dos elementos que resultaram no interesse dos sujeitos pelas causas ecológicas. As narrativas dos professores falam que o conhecimento científico com consciência política de busca por justiça social e com os elementos subjetivos de sensibilidade com relação à natureza compõem os aspectos fundamentais para a conscientização da importância da preservação ecológica do Ceará.

Além do enfoque acadêmico, outro elemento peculiar dos ambientalistas, nesse momento, foi a dimensão lúdica das ações como característica que tirava do movimento a identificação com radicalização, no sentido político da luta ambiental. Mas, ao contrário desta interpretação, ao observar detalhes em ações dos ambientalistas, segundo Marília Brandão, o aspecto lúdico dos eventos foi utilizado como forma reivindicação e como estratégia de mobilização popular, sem que ficasse clara a intenção de desobediência ao regime ditatorial. A característica estava nos shows artísticos e piqueniques organizados pelos ambientalistas.

Essa responsabilidade com a informação acho que é do movimento ecológico como um todo, o cientificismo é do movimento ecológico. Acho que aqui... talvez essa coisa do lúdico.

Foi uma coisa muito interessante porque a gente não era aquela esquerda fechada, sisuda. De jeito nenhum! Era uma coisa muito feliz, eram pessoas felizes que faziam as coisas para se divertir também. O ato lúdico estava presente em todo momento. Desde a amizade entre as pessoas.

Apesar da escolha dos ambientalistas de não reforçar o teor de crítica ao modelo social, nas manifestações e reivindicações ecológicas, pode-se perceber que, ao questionar os problemas ecológicos, o enfoque das lutas pela defesa da natureza evidenciava, mesmo de forma superficial, questões de ocupação dos espaços urbanos e impactos do modelo de desenvolvimento do meio ambiente. Como as questões ecológicas não estavam diretamente

associadas às reivindicações, características das ações subversivas, os ambientalistas conseguiram abrir espaços para veicular e expressar publicamente interesses coletivos.

Não havia discernimento do estado militarizado, sobre a possível vinculação entre os problemas ambientais e as diretrizes políticas, portanto as ações de ecologistas não estavam “enquadradas” como “ato subversivo” ao regime político. Observam-se, na fala de Flávio Torres, os aspectos relacionados ao vínculo dos ambientalistas com atividade política de esquerda e à necessidade de expressão da sociedade, quando ressalta que, pelas preocupações ecológicas, é possível iniciar a discussão coletiva, sem parecer afronta direta aos assuntos que incomodavam a ditadura militar.

(...) A outra coisa que eu acho que deve ser dita, é que todo mundo que participou da Socema, com raríssimas exceções, tinha um lastro no Movimento Estudantil e até em outras organizações clandestinas e nessa época isso tava bem reprimido. Então o meio ambiente era como se fosse uma válvula de escape.

Uma coisa que a gente podia se organizar e o General não poderia nos prender, porque a gente estava defendendo uma árvore, uma preservação e ninguém podia dizer que isso era comunista, que era subversivo ou um atentado a moral e cívica do país. Era um movimento muito político, mas não era considerado, não tinha o carimbo da esquerda.

Joaquim Cartaxo complementa a abertura de espaços utilizando a temática dos problemas ambientais como foco de organização coletiva.

Eu não recorro de ter havido repressão... mesmo porque as manifestações, como por exemplo no Cocó, em vez de ter uma barricada lá, foi feito um piquenique. Então eu acho que outra coisa importante é que o movimento ambientalista introduziu nos movimentos sociais outros mecanismos de agregação da população, que não as clássicas reivindicações das passeatas, do choque mais bruto com as forças repressoras.

O ambientalismo, em Fortaleza, chamou a atenção para questões da vida urbana, pela preocupação com a degradação do meio ambiente e os impactos na cidade e na população. Deve-se ressaltar que os problemas ambientais, na época, não eram considerados motivo de preocupação por parte dos movimentos sociais e o movimento ambientalista mostrou novo ângulo de observação para tratar dos problemas urbanos. O viés ambiental foi destacado por Campelo Costa, arquiteto, como novidade, “pensamento de vanguarda”, pois o grupo tomou a iniciativa de discutir sobre problemas de intervenção, no espaço urbano, que afetavam a vida da cidade, mas não prioridade diante dos problemas urgentes de pobreza, fome, falta de moradia, principalmente em época de repressão pelo regime da Ditadura Militar, quando não havia espaços em que a sociedade pudesse debater sobre suas necessidades.

A partir daí, do final dos anos 70, as coisas começaram a acontecer no IAB com relação à defesa do meio ambiente, ao espaço público, passou a insurgir contra os que prejudicavam o espaço público e as pessoas mais carentes. Era uma tentativa de inclusão das camadas subalternas no tecido do desenvolvimento da cidade. A defesa intransigente de alguns setores, e algumas invasões que ocorreram naquela época. Junto a luta pela redemocratização do país e, como consequência a criação do movimento pela anistia.

Por exemplo, como a gente trabalhava com a comunidade. Pra você vê; a gente tava a frente do tempo em função de que nós sabíamos que a sociedade não estava organizada e estava carente de algumas ações concretas. E naquele momento isso era uma vanguarda, só que a gente estava despreparado, mas a sociedade não correspondia.(...)No meio da ebulição de tudo isso, surgiu a SOCEMA, que foi esse grupo inicial que começou a discutir as questões da cidade, que não tinha parques, que não tinha defesa do rio, que a paisagem era uma coisa não levada em conta...

(...)

Acredito que houve a formação de uma liderança que tinha consequência e o suporte, que eu diria assim... que começou a

nascer o suporte da própria sociedade com relação a essas questões. Porque a questão do ambiente tava ligada também aos movimentos e tinha seus pés assentados numa visão mais ampla porque trabalhava-se com a questão da habitação do desenvolvimento urbano, com as questões da cidade, do planejamento urbano, que não havia... e essas coisas foram acontecendo e depois foram se criando instâncias onde essas questões foram acentuadamente apresentadas. Quer dizer, um esforço individual, depois coletivo.

Campelo Costa abordou ainda a inserção do ambientalismo, no período em que outros movimentos começavam a se fortalecer no País.

Naturalmente aí nasceram, na década de 70, algumas coisas muito boas. O interesse pelo meio ambiente, que dizer o interesse geral pela defesa do meio ambiente e todos os movimentos que acolheram as inquietações que as pessoas estavam vivendo aqui em Fortaleza.

No nosso caso, o abandono e a inexistência de políticas relacionadas a isso, nos fizeram ingressar em algumas atividades. Quer dizer como nos colheram de surpresa, nos fizeram congregar em articularmos pra poder difundir nossas idéias e acrescentar nossas experiências. Porque naquele momento também, a sociedade civil começava a se organizar de fato. Os movimento eclesiais de base, as associações de bairros e favelas, tudo isso não existia.

Outra motivação do grupo foi estar ligado às idéias dos movimentos pacifistas e antinucleares que se transformariam em movimento ecológico na Europa. Os debates ambientalistas surgiram da crítica ao mundo moderno e ciência, como consequência de desastres resultantes dos lançamentos norte-americanos das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, em 1945, e pelas catástrofes ecológicas do Japão, Baía de Minamata, provocadas pela contaminação de pescadores por mercúrio vertido pelas indústrias. Como reação ao desastre ecológico, a Suécia solicitou urgência em promover reunião entre países para discussão dos graves problemas ecológicos, alarmados pelo

encontro anterior do Clube de Roma 1972, que produziu o relatório *Limites ao Crescimento*. A reunião foi organizada pela ONU, Conferência de Estocolmo, em 1972, que contou com representantes de vários países, inclusive do Brasil.

Em conseqüência das mensagens alarmantes do Clube de Roma, no início da década de 70, e reflexos do primeiro encontro mundial para pensar o meio ambiente, em Estocolmo, em 1972, o *movimento verde* começou a divulgar, em escala global, a partir do final dos anos 1970, ações em defesa da natureza, na Inglaterra, França e Alemanha. Nesse período, o movimento surgido na Europa começava a chamar atenção sobre problemas ecológicos enfrentados pelos países, por exemplo, o Brasil, influenciando o surgimento de mobilizações como Movimento em Defesa da Amazônia, com representação no Ceará.

A Conferência de Estocolmo, em 1972, gerou repercussões no mundo, e resultou na criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA e da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD, composta por vinte e um países, que viria a produzir, em 1987, o Relatório *Nosso Futuro Comum* ou *Relatório Brundtland*, que propôs a Organização da Segunda Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro em 1992, a *Rio – 92* ou *Eco – 92*.

A divulgação de encontros internacionais contribuiu para motivar atores líderes do movimento ambientalista, em Fortaleza, e para informá-los sobre os enfoques das questões ambientais, por exemplo, os temas ligados à educação ambiental. Um dos fatos destacados pelos entrevistados foi a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental, em Tbilissi, Geórgia, ex URSS, em 1977. No encontro, discutiu-se o Programa Internacional de Educação Ambiental, elaborado em 1975, pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, e foram traçadas orientações a ações e metas de implementação da educação ambiental, em diversos países. No Brasil, a prática da Educação Ambiental foi exigência da Constituição de 1988, nas esferas - federal, estadual e municipal.

A influência dos movimentos ecológicos, nos anos 1970, na Europa e Estados Unidos, está nas narrativas dos ambientalistas de Fortaleza. Flávio Torres, por exemplo, falou sobre sua experiência na Inglaterra que despertou questionamentos sobre o meio ambiente.

Tem dois aspectos que eu queria falar. Primeiro falar da minha motivação para criar um movimento desse aqui, não é? Eu morei 4 anos na Inglaterra e voltei em 75. E na Europa já era um assunto do dia-a-dia, a questão da ecologia, da preservação da ecologia. Me espantava ver marreca em qualquer lago da cidade em que eu morava na Inglaterra. Você via uma vida selvagem muito maior do que aqui, na Lagoa de Messejana.

Aquilo me espantava muito, a preservação inglesa. Então isso me motivou muito. Primeiro que o Movimento Ecológico já tinha muita força na Europa, quando eu morava lá. Então como eles estavam na frente, eu cheguei um pouco adiantado quando voltei pra cá. Nessa época puxando as pessoas pra discutir isso. Não quer dizer que eu tenha sido o responsável, apenas me mobilizou a participar disso. Já havia no Brasil o professor José Lutzemburgue, que já era noticiário nos jornais, semanalmente com a Agapan, uma associação de meio ambiente Gaúcha. E o trouxemos aqui. Então já havia um exemplo nacional. Nos pegamos com eles o modelo de estatuto.

A contribuição de Flávio, nos primeiros momentos de articulação para a criação do movimento ambientalista em Fortaleza, é enfatizada por Marília Brandão, ao afirmar que:

(...) Um elemento muito importante nesse movimento foi a chegada do Flávio. O Flavio chega da Inglaterra com alguma influência do Partido Verde na Alemanha, a formação do partido. Com uma idéia muito clara da prática, que pra gente a coisa não tava no dia-a-dia, né? Então o grupo teve uma influência muito grande do Flávio e as idéias estavam sendo construídas na cidade. A idéia de um espaço mais equilibrado.

As falas mostraram que, no início do movimento, o conhecimento científico dos jovens professores da universidade foi elemento fundamental para o interesse do grupo na luta pelo meio ambiente, além da consciência

política em busca de justiça social e do fato de estarem preocupados com as formas de relacionamento com a natureza.

Para tornar públicas as denúncias de degradação ambiental e tentar convencer as pessoas sobre a necessidade de medidas de combate à destruição do patrimônio natural e cultural, os ambientalistas utilizaram a imprensa escrita como veículo de comunicação sobre os problemas detectados por eles. A utilização do jornal foi a forma de reapropriação de espaço comumente utilizado, para reforçar a ordem vigente, que serviu aos militantes como um meio para a formação da opinião pública a respeito dos problemas do meio ambiente, contribuindo para a mobilização e conseqüente pressão da sociedade sobre os governos para que tomassem atitudes para a solução dos problemas. Pelas manifestações, eles deixaram de ter postura de observadores passivos e introduziram novas formas de fazer com que determinadas questões adquirissem caráter público.

1.2 SOCEMA danada, memórias de um tempo de lutas

A suspensão do programa de capinação química da Prefeitura de Fortaleza e a mudança do projeto de instalação das tubulações, evitando a derrubada dos coqueiros da Beira Mar, foram as primeiras ações, com perspectiva ambiental, de abordagem indireta de interesses e direitos coletivos, com relação à preservação do meio ambiente. Foram realizadas sem o envolvimento direto da população, porém a estratégia dos ambientalistas de utilização dos jornais como veículo de informação demonstra preocupação em tornar públicos os problemas ambientais.

Com as falas dos ambientalistas, foram surgindo indicações de fontes, destacando artigos, matérias de jornais e documentos que demonstram fatos que levaram à organização do movimento. As falas trouxeram lembranças, significados e estratégias implementadas, nas primeiras ações de embate com o poder público. Flávio Torres, perguntado sobre o que lembravam as primeiras ações relacionadas à questão ambiental, levadas à discussão pública, afirmou:

Coisa de... 1975 eu cheguei da Inglaterra, 76 ou 77. É fácil localizar porque a Socema nasceu em cima de 2 focos de

discussão, digamos assim, sobre o meio ambiente de Fortaleza. O esgoto que ia ser feito na Beira Mar, chamado de interceptor oceânico, acho que o Governador nessa época era Adauto Bezerra, e que iria derrubar o coqueiral da Volta da Jurema. E no mesmo tempo veio a história da capinação química. A aplicação de um herbicida para retirar a tiririca e o capim de boi que nasce no meio fio. Essas 2 questões nós começamos a discutir em nome da cidade. E um grupo de pessoas resolveu criar uma sociedade, dentro desses 2 temas. Foram as primeiras atividades que a Socema trabalhou.

A Bióloga Marília Brandão confirma a concomitância de dois problemas apontados como marco das primeiras ações ambientalistas.

As primeiras ações do grupo aconteceram muito juntas e agora eu não lembro o que veio antes, o problema da capinação química e os coqueiros da Beira Mar, com o projeto do interceptor oceânico. Nesse movimento teve o IAB. O IAB teve uma expressão muito grande nesse movimento. Havia uma articulação natural entre as pessoas, por terem uma relação de amizade. Amigos que tinham uma relação com uma postura política, com o pessoal de esquerda, com o pensamento de esquerda. Então por isso era fácil a articulação entre o IAB e a gente.

Nesse contexto, nasceu a SOCEMA – Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente. Os fatos, em 1976, a luta contra o programa de capinação química e em defesa dos coqueiros não marcaram apenas o surgimento do ambientalismo em Fortaleza. A partir do momento em que começaram a se reunir para enfrentar o Programa de Capinação Química, os ambientalistas perceberam que havia interesse de parcela de pessoas da classe média: estudantes, professores universitários, artistas locais, em participar, em envolvimento com as ações de defesa do meio ambiente. Para tanto, reuniões quinzenais, abertas a interessados, foram organizadas na Casa Amarela da UFC, com o apoio do Diretor Eusélio Oliveira. Das ações surgiu a SOCEMA, primeira instituição civil com enfoque ambiental, no Ceará.

Marcus Vale retratou as primeiras reuniões e o momento em que se inseriu no grupo, que contava na época cerca de trinta pessoas⁵⁶. Segundo ele, a falta de diálogo sobre os problemas sociais da época o motivou e o levou a participar do grupo na universidade, que discutia questões do meio ambiente, que afetavam a vida da população.

Bom, eu já era professor da Universidade, do Departamento de Fisiologia e um belo dia, alguém do meu Departamento me falou que existia um grupo de pessoas tentando montar uma espécie de associação que pudesse discutir temas de meio ambiente. Eu achei interessante, até porque na época a repressão militar era muito forte e qualquer tipo de manifestação era sempre considerada subversiva e tal. Na própria Universidade acho que havia uma vontade das pessoas discutirem algumas coisas importantes para a vida do país. Eu achei interessante e fui.

Foi quando conheci Flávio Torres, que tava liderando esse movimento e a Marília Brandão. Eles estavam começando a chamar os amigos e professores pra começar a reunir.

Começamos realmente a nos conscientizar da grande problemática nacional, da preservação. Quer dizer, nós estávamos fazendo uma poluição total e a gente não se dava conta. Depois essa conscientização foi ficando mais forte, foi entrando na mídia através dos ambientalistas. Coisa que na Europa já era bem concreta, mas no Brasil ainda não.

O jornal O Povo, de 07 de novembro de 1976, anunciou a fundação da instituição em uma nota:

O problema dos dois herbicidas que serão utilizados pela Prefeitura no sistema de capinação das ruas foi novamente discutido na última reunião da Associação de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente, em fundação realizada ontem. Na ocasião, os médicos, bioquímicos, biólogos e outras pessoas interessadas na

⁵⁶ De acordo com os documentos da SOCEMA, uma lista de assinaturas de sócios, do dia 25 de março de 1977, mostrou a participação de 32 associados, em sua maioria professores e estudantes universitários.

preservação da natureza, decidiram continuar a advertir as autoridades e a população contra os perigos que poerão advir do emprego dos dois produtos.

A partir desse momento, as ações foram se concretizando, e, no jornal *O Povo*, de 14 de novembro de 1976, Flávio Torres e Marcus Vale falaram sobre os perigos de contato dos herbicidas para a saúde humana, para solicitar, da Prefeitura, explicações sobre a aplicação de herbicidas, a serem utilizados no programa de capinação química para erradicar as ervas daninhas das vias públicas.

Em entrevista ao jornal O Povo, o professor de Física, Flávio Torres de Araújo, explicou que o objetivo não é contestar a Secretaria de Serviços Urbanos, mas alerta-la sobre o uso de um produto novo, no caso o Glyphosate, lançado em 1972. “Ninguém até agora provou que este herbicida não oferece perigo. Estamos esperando que os técnicos encarregados pela Prefeitura façam isso. Por enquanto, vamos continuar nossa campanha contra o seu uso pela Prefeitura”, declarou.

A preocupação do grupo é porque vários herbicidas utilizados em larga escala há alguns anos são considerados, agora, como altamente prejudiciais ao meio ambiente e à saúde humana. Alguns chegam até a causar modificações genéticas que levam ao nascimento de crianças defeituosas.

No mesmo periódico, em 14 de novembro de 1976, uma nota ressaltou a competência profissional dos cientistas, membros da Sociedade, elogiando a *bela campanha* contra a capinação química e, ao final, convidou a sociedade, pessoas interessadas na preservação da cultura e do meio ambiente a participarem de reunião na Casa Amarela.

Realmente essa Sociedade de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente é uma danada!

Foi com grande competência profissional que os cientistas, membros da Sociedade, fizeram uma bela campanha contra o sistema de capinação química que iria ser aplicado em nossa

cidade. Dando continuidade à defesa do meio ambiente, seus membros convidam as pessoas interessadas pela preservação da cultura e do meio ambiente a participarem das reuniões que acontecem na Casa Amarela.

É importante ressaltar que, no período, o lugar proveniente dos ambientalistas foi fundamental para na consideração sobre o uso de substâncias tóxicas, nas ruas, pois por serem provenientes do meio intelectual acadêmico, os professores universitários, o que lhes permitiam o acesso e o contato com personalidades de referência da cidade, não só com os demais movimentos sociais, associações e outros segmentos organizados da sociedade.

Aspecto destacado na fala de Marília Brandão, sobre o respeito ao grupo, fator importante de contribuição para o reconhecimento público das ações.

As pessoas da SOCEMA tinham influência, aí era muito mais pelo Flavio do que por mim, porque ele era mais velho e tinha um conhecimento sobre a cidade e uma área de influência maior do que a minha. Além de uma inserção na área política, de esquerda e de influência de poder. Era um dos pontos fortes os contatos que fazíamos. Por exemplo, na época do problema dos herbicidas, o Flávio se comunica diretamente com um professor da USP, do Instituto Biológico de São Paulo. O professor do Instituto Biológico dá um laudo sobre o herbicida. Então o nosso respaldo científico era muito grande.

A competência acadêmica foi forte elemento para a conquista da confiança da sociedade de Fortaleza, que atribuiu legitimidade ao grupo, o que era necessário para o enfrentamento de interesses econômicos que ditavam as regras para o desenvolvimento urbano. Eram jovens profissionais acadêmicos com conhecimentos científicos a respeito de problemas ecológicos, informações técnicas do controle da degradação da natureza no desenvolvimento urbano, utilizando instrumentos e técnicas mais eficientes de exploração dos recursos naturais.

A fala de Marília Brandão sobre o discurso do Flávio Torres, na Assembléia Legislativa⁵⁷, demonstra quanto a atribuição do conhecimento científico e o lugar de onde falavam foram aspecto importante que conferia legitimidade aos primeiros ambientalistas para enfrentar e expor propostas contrárias às dos gestores de Fortaleza.

No discurso do Flávio, feito na Assembléia Legislativa, em defesa da área do manguezal do Cocó, que seria do BNB. Você pode analisar claramente, quando se diz assim: há uma tecnologia, essa tecnologia pode ser usada para o bem e para o mal. Quer dizer, do mesmo jeito que nós podemos desenvolver uma tecnologia grosseira, que vai degradar, nós podemos desenvolver uma tecnologia leve, que venha a estar em harmonia com os processos naturais. Então isso caracteriza qual o escopo teórico, no qual a SOCEMA fincou, e no qual aquele grupo acreditava.

O grupo, na audiência, identifica-se como representante da Universidade Federal – UFC e integrante da SOCEMA. Participaram do debate na Assembléia, Flávio Torres, representando o Departamento de Física da UFC, Homero Lans César, Marcus Raimundo Vale e Marília Lopes Brandão, dos Departamentos de Bioquímica e de Biologia.

Em sessão, na Câmara dos Vereadores, Flávio Torres⁵⁸ falou da utilização do conhecimento sobre a importância da manutenção de áreas verdes e do valor paisagístico do ecossistema do manguezal do Rio Cocó para Fortaleza. É interessante observar a forma como os professores se posicionaram com relação ao projeto de construção do BNB, em área destinada ao parque, demonstrando noções de preservação e urbanização, na época eram discutidas como tema de políticas públicas.

Estamos comparecendo a esta casa como representantes da SOCEMA para discutir a nossa posição diante da possibilidade do BNB vir a construir a sua sede administrativa em área tornada

⁵⁷ Palestra ministrada por Flávio Torres na Assembléia Legislativa, em Fortaleza, junho de 1977.

⁵⁸ Arquivo da SOCEMA. Discurso proferido por Flávio Torres na Câmara dos Vereadores de Fortaleza no ano de 1978, não tem referência ao dia.

de utilidade pública pela Prefeitura de Fortaleza para fins de preservação paisagística.

Tudo começou quando o senhor Prefeito, através do Decreto 4852 de 29/03/77, publicado no Diário Oficial do mesmo ano, tornou de utilidade pública uma área correspondente a 20 hectares, situada às margens do Rio Cocó. Com isso Fortaleza ganharia uma zona de lazer, um parque digno do nome. Trata-se de uma área de grande beleza natural e de um valor inestimável para a paisagem de Fortaleza. Uma zona de lazer, em uma cidade onde as pessoas possam ter algum contato com a natureza aberta, não é absolutamente um luxo, pelo contrário, representa uma grande necessidade.

Mais ou menos na mesma época em que começava a veicular a notícia de que o BNB estaria interessado no local e soubemos da existência de um novo decreto, também do Senhor Prefeito, modificando a destinação da área de preservação paisagística para urbanização. Que espécie de planejamento urbano é esse que em poucos meses modifica tão radicalmente os objetivos dos seus decretos? Aliás a palavra urbanização deixa as coisas vagas e indefinidas. Urbanização pode ser qualquer coisa, inclusive a criação de um parque urbano.

Ao nosso ver, a comunidade nada tem a ganhar com a nova proposição. Entre um parque e mais um aglomerado de construções, a comunidade prefere o parque. Disso nós temos certeza!

O corpo humano desenvolveu suas características dentro da natureza, como um elemento integrante dela, do próprio meio natural. Mas o advento das cidades grandes e o modo de vida moderno limitam as atividades do dia a dia a um mundo de concreto, provocando, por isso, transtornos à saúde da população, como: asma, úlcera, desajustes psicológicos como depressão. Daí por que dizer-se que uma cidade com parques é uma cidade menos doente.

Sem dúvida o desenvolvimento tecnológico dos meios de produção deu ao homem a capacidade de alterar violentamente os ecossistemas. Daí a conclusão óbvia de que a problemática do meio ambiente não deve ser preocupação somente dos conservacionistas, ecologistas, muitas vezes considerados os poetas da natureza. Esse problema, cada vez mais se amplia, exigindo de cada um e, principalmente daqueles que influem mais diretamente sobre a comunidade, posições firmes e decisivas no sentido de preservar a natureza e minimizar os efeitos destrutivos de exploração predatória dos recursos naturais.

O caráter científico dos do grupo de jovens docentes da UFC chamou a atenção de outros profissionais ligados à ecologia, como o Professor Joaquim de Castro Feitosa, que se tornou o primeiro presidente da SOCEMA e, como tal, permaneceu por vários anos. O interesse de outros professores da Universidade, renomados pela larga experiência profissional, demonstra o caráter heterogêneo dos membros da SOCEMA, pois os professores não tinham histórico de participação em militância política de esquerda ou sindicalista. A fala de Marília Brandão destaca a presença desses professores que, por respeitarem o teor de seriedade com o qual as questões do meio ambiente precisavam ser tratadas, demonstraram interesse em participar da instituição.

O grupo, se você quer caracterizar o grupo, era muito heterogêneo. Tinha essas pessoas com um histórico de movimento político, mas tinham pessoas que não viveram essa experiência, por exemplo, alguns professores da Universidade com caráter de direita, que iam porque achavam que era importante a preocupação com o meio ambiente da cidade... e toda quarta-feira ou sexta-feira, eles estavam lá discutindo com a gente e ba, ba, ba... E os mais velhos tinham com um respeito muito grande à SOCEMA.

Dr. Feitosa, conhecido por Feitosinha, fazia parte do quadro de professores reconhecidos, pois era, na época, cientista de renome nacional,

que abraçou a causa dos jovens ambientalistas. Agrônomo, pesquisador na área de arqueologia e paleontologia e estudioso do semi-árido, com interesse pela preservação do solo, demonstrava nos estudos, preocupações com técnicas de cultivo, nas quais prevalecia a monocultura de determinadas espécies. Sr. Feitosa exerceu consultorias em instituições governamentais, por exemplo, na Secretaria de Agricultura, e foi Prefeito de Tauá, onde nasceu, e criou a Fundação Bernardo Feitosa, voltada para estudos e preservação do semi-árido da região dos Inhamuns, bem como da memória e do patrimônio histórico e ambiental. Como afirma Marília Brandão, Dr. Feitosa *foi um homem à frente do nosso tempo*.

A presença do Doutor Feitosa atribuía, ao grupo de jovens professores, respaldo e seriedade profissional, ainda maior, para tratar dos problemas da degradação do meio ambiente e, ao mesmo tempo, garantia o respeito por parte dos governantes militares. Sua participação, como cientista, foi também uma estratégia, forma de proteção contra possíveis ações de repressão do Regime Militar às reivindicações manifestas do grupo da SOCEMA. Marcus Vale e Flávio Torres comentaram a importância do Dr. Feitosa como Presidente da instituição e ressaltaram seu interesse em participar das primeiras reuniões do grupo de professores e estudantes, para discussão dos problemas ambientais de Fortaleza.

Segundo Marcus Vale:

O Feitosa, que foi nosso presidente, porque Flávio achava que Feitosa tinha que ser o presidente, apesar dele Flávio ser o líder político era mais seguro politicamente por causa da representação política. Dava uma respeitabilidade maior, era uma pessoa conhecida. E realmente Feitosa abraçou a causa da SOCEMA de corpo e alma.

Para Flávio Torres,

O Feitosa era aquela pessoa respeitada, uma pessoa de mentalidade muito aberta e ensinou muito a gente. Eu, Marcus Vale e Marília éramos os burros de carga, quer dizer tocamos o dia a dia, aquela coisa que culmina com o piquenique ecológico, mas antes teve um monte de coisa, né? De articulação, de

amadurecimento, a ousadia de fazer a ecologia virar ação política e enfrentar os poderosos.

Todavia eram os “três burros de carga” que davam o tom ideológico à SOCEMA. Segundo Marília Brandão, entre eles havia os “quebra paus”, e eles não deixavam que as discussões fossem levadas a todos os participantes. Disse ela:

Não tinha essa competição pesada lá dentro. Tinha uma hegemonia muito grande porque a direção não brigava. As brigas mínimas que ocorriam entre a gente, eram metodológicas, por alguma coisa muito simples. E o que caracterizava mesmo era essa coisa, talvez muito mais do que os outros movimentos: nós éramos muito amigos. Um grupo de amigos que passou a se interessar pelo meio ambiente. E que tinha muito afeto, colocado no dia-a-dia, na maneira de se tratar, que era muito natural. E a SOCEMA sempre tinha a postura de levar a informação, manter um pouco de tranqüilidade. As brigas que aconteciam eram no grupo pequeno: eu, Marcus e Flávio. Não sobrava nem pro Feitosa.

O movimento ambientalista, ao direcionar o foco de reivindicações para os perigos da aplicação de produtos químicos em vias públicas, ao lutar pela preservação dos coqueiros da Beira Mar e limpeza da praia, mostrou que o meio ambiente e os espaços de convivência da população precisavam ser bem cuidados. Com isso eles chamaram a atenção para o ambiente urbano, fazendo deste espaço de disputas políticas e, desta forma, os ambientalistas da SOCEMA iniciaram debates sobre temas até então não inseridos nas políticas públicas.

Os questionamentos de concepções urbanísticas, de defesa da criação de áreas verdes, em lugar da construção de edifícios, de pontes e abertura de grandes avenidas, trouxeram, paralelamente, críticas a respeito da política local para o planejamento urbano. Eles tornaram, públicos, assuntos tratados nos

espaços institucionais do governo. Mostraram que havia *recantos da realidade não recobertos pelos discursos instituídos*⁵⁹.

1.2.1 Campanha contra a Capinação Química e a Monsanto Chemical

A primeira denúncia pública do grupo da SOCEMA atingiu diretamente setores de forte controle político e de poder econômico da sociedade, contrariando principalmente os interesses do Governo Municipal, e do setor empresarial internacional, marcado pela Indústria *Monsanto Chemical*.

Pela imprensa, como meio de divulgação de denúncias de ações de degradação, eles conseguiram pressionar o Poder Público a atender sua reivindicação. Segundo o arquiteto Joaquim Cartaxo:

Quando a Prefeitura de Fortaleza propõe erradicar a Tiririca, que é uma erva daninha que dá no meio fio das calçadas, ela propõe que essa erva daninha seja erradicada com uma substância chamada de agente laranja, que há toda uma denúncia de isso era algo parecido com o que era usado na Guerra do Vietnã. Então houve toda uma mobilização ta? E essa mobilização fez com que a Prefeitura abrisse mão e não colocasse em prática essa ação. Que seria uma ação danosa para a Cidade e não saberíamos como estaria uma parte da população hoje, se isso tivesse sido colocado em prática.

Esse foi outro fato que foi agregando e foi fazendo com que as pessoas começassem a perceber, a despertar para cuidar da questão do meio ambiente, que no caso de Fortaleza seria o ambiente urbano.

Ressalta-se que a indústria *Monsanto*, responsável pela fabricação e comercialização do herbicida *Roundup*, foi alvo de contestações de cientistas, na década de 1970. A multinacional vem sendo, até os dias atuais, alvo de fortes combates de cientistas e ambientalistas, em vários países, por estar

⁵⁹ SADER, Eder. *Quando Novos Personagens entraram em Cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 119.

diretamente relacionada ao problema dos alimentos transgênicos⁶⁰. Hoje é uma das principais empresas responsáveis pela produção de semente, que sofre alterações no código genético recebendo genes de outras espécies, inclusive de animais.

Em entrevista ao jornal *O Povo*, de 07 de novembro de 1976, Flávio Torres e Marcus Vale questionaram o Programa de Capinação, lançado pela Prefeitura de Fortaleza, e tornaram, públicos, os riscos da aplicação do produto *Roundup*, composto pela substância química *Glyphosate*, em herbicida, fabricado pela *Monsanto Chemical Company*, cujo princípio ativo é o N – (phosphonomethyl) glycine. As substâncias foram consideradas nocivas pelos estudos científicos, para utilização na agronomia, sem comprovação das conseqüências para uso urbano. Flávio Torres e Marcus ressaltaram que o objetivo da denúncia não era contestar a Secretaria de Serviços Urbanos, mas alertá-la sobre os perigos da aplicação do *Roundup*.

A Prefeitura Municipal de Fortaleza e a indústria química não demoraram em contra-argumentar, pela imprensa, as questões da SOCEMA, conforme matéria do *O Povo*, de 06 de novembro de 1976, sob o título *Quem está com a razão*. O professor da Escola de Agronomia da UFC, Pedro Henrique, e um professor da Universidade de São Paulo, Waldemar Almeida forneceram consulta à Secretaria de Serviços Urbanos de Fortaleza, garantiram que a substância era absorvida pelo solo e defendiam que o uso do herbicida na capinação química não traria efeito negativo para as pessoas.

Em contraposição às opiniões do Agrônomo, a SOCEMA alertava para os perigos da aplicação dos químicos para a saúde da população. A mesma matéria apresentava o *grupo formado por estudantes e professores de Física, Biologia e Química da UFC* e expunha advertências com relação à utilização das referidas substâncias químicas e o perigo do contato humano. Os membros que criaram a SOCEMA destacaram o princípio ativo do *Glyphosate*, o N -phosphonomethyl glycina, componente do herbicida, afirmando que o produto poderia provocar parada respiratória e atingir concentrações tóxicas no

⁶⁰ Dos organismos geneticamente modificados, os mais divulgados e utilizados no Brasil são os grãos de soja e de milho, que dão origem aos alimentos transgênicos. A produção e o consumo deste tipo de alimento vem causando sérias polêmicas devido aos impactos ambientais conseqüentes de sua produção, à não existência de estudos comprovados sobre os efeitos da ingestão destes alimentos para a saúde humana e ao monopólio da produção de sementes concentrado em poder das de grandes grupos empresariais.

organismo, mesmo quando usado em pequenas doses, dada sua capacidade cumulativa.

Desconsiderando as opiniões de alerta, a Prefeitura de Fortaleza anuncia no jornal *O Povo*, de 09 de novembro de 1976, que a Secretaria de Serviços Urbanos se preparava para iniciar o trabalho de capinação química na cidade. O Secretário de Serviços Urbanos, Suetônio Mota esperava relatório do Professor Waldemar de Almeida, do Instituto Biológico de São Paulo e outro relatório sobre o processo de capinação aplicado em São Paulo, apesar de não conhecer o resultado da ação do herbicida *Roundup* em áreas urbanas. No jornal *Tribuna do Ceará*, de 06 de novembro do mesmo ano, o Secretário de Serviços Urbanos reafirma que o método de capinação química a ser utilizado pelo Departamento de Limpeza Pública não trará perigo algum à população.

Enquanto o Secretário de Serviços Urbanos confirmava a aplicação do método, as críticas dos ambientalistas, pelos jornais provocavam as autoridades, como a matéria de 09 de novembro de 1976, na *Tribuna do Ceará*. Foi comentada a carta do grupo da SOCEMA, chamando atenção para a polêmica. Destaca-se pelos artigos dos jornais da época que, a partir desse momento, os membros fundadores da Associação de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente colocaram a instituição como interlocutora do processo e passaram a se apresentar como participantes de uma Associação preocupada com questões ambientais.

Os membros da SOCEMA utilizaram como estratégia mais incisiva, enviar carta ao Secretário dos Serviços Urbanos, Suetônio Mota, publicada no jornal *O Povo*, de 09 de novembro de 1976, que comentava o problema da aplicação dos herbicidas, além de levantar questionamentos sobre as contradições do modelo de desenvolvimento tecnológico-industrial. Eles relacionaram a tecnologia com a degradação da natureza, ao destacar que o *tão desejado* desenvolvimento tecnológico e a busca do progresso resultaram em desequilíbrios ecológicos, consideradas perdas irreparáveis à humanidade e ao planeta, introduzindo, ainda, contraposição à noção da exploração ilimitada das riquezas naturais. Vêm novos conceitos que na época, discutidos pelos cientistas da Europa, por exemplo, a utilização da palavra *biosfera* para definir a noção de relação entre os seres do Planeta Terra. O trecho da carta apresenta os temas comentados.

Em nome do progresso, da eficiência, da corrida tecnológica, pressionado pelo rápido crescimento populacional, o homem vem alterando a natureza de forma indiscriminada, com suas máquinas, seus processos industriais de produção em larga escala, com o uso nem sempre controlado de produtos sintetizados, inseticidas, desfolhamento, conservantes e aditivos químicos em geral. Entretanto, as transformações provocadas não podem ultrapassar certos limites sem ameaçar o equilíbrio dinâmico da biosfera. Os efeitos indesejáveis do próprio processo de desenvolvimento tem se convertido gradualmente em motivo de preocupação para o mundo em geral.

Havia ainda informações dos testes realizados em laboratório com o produto e solicitava a suspensão do método de capinação química:

Preocupados com as conseqüências da utilização do citado herbicida e tendo em vista os estudos realizados, vimos, por meio desta encaminhar estes subsídios com o intuito de colaborar com a Secretaria de Serviços Urbanos, solicitando assim, a sustação do emprego de herbicidas na capinação da cidade de Fortaleza.

Certos de que Vossa Senhoria dará a visita a devida atenção a esta iniciativa, encarando como uma forma de participação ativa da comunidade nas decisões dos órgãos públicos, subscrevemo-nos.

Interessante destacar que a carta foi assinada por dez professores⁶¹ da Universidade Federal do Ceará, de diferentes áreas de estudo. Ao se identificar como professores universitários e apresentarem resultados de estudos comprovados em laboratórios da Universidade Federal do Ceará, ressaltando o lugar de onde falam e respaldados pelo saber científico e acadêmico, eles comprovam a veracidade dos questionamentos e chamam a atenção da

⁶¹ Luiz Recamonde Capelo (Mestre em Fisiologia), Marcus Raimundo Vale (Mestre em Bioquímica), Francisco Flávio Torres de Araújo (PhD em Física), Maria da Guia Silva Lima (Mestre em Bioquímica), João Batista Sampaio Neto (Mestre em Fisiologia), Helda Lenz César (Bacharel em Biologia), Verbena Lima Vale (Mestre em Bioquímica), Afrânio Aragão Craveiro (PhD em Química Orgânica), Glaucione B. de Araújo (Mestre em Bioquímica), Gil Ruben Andrade Furtado (Secretário do Centro de Ciências da UFC).

sociedade, que pede respostas e explicações que justificassem a aplicação da capinação química nas ruas. As autoridades responsáveis pelo Programa da Prefeitura viram-se pressionadas e deram respostas às provocações do grupo, utilizando o mesmo espaço de divulgação das justificativas, jornais impressos.

Paralelamente, publicaram-se os resultados das pesquisas⁶², e, por meio desses dois alvos, os ambientalistas encontraram formas de persuadir o Poder Público e alertar a população, sobre os efeitos da utilização de substâncias tóxicas no meio ambiente e à saúde da população. O grupo da SOCEMA conseguiu abrir caminho e possibilitou diálogo direto com as autoridades, em particular com o Departamento de Limpeza Pública, da Secretaria de Serviços Urbanos.

Os ambientalistas conseguiram ainda levar a discussão, sobre o método de capinação química em Fortaleza, aos parlamentares, na Assembléia Legislativa, e a polêmica em torno dos perigos da aplicação dos herbicidas repercutiu na imprensa nacional. O jornal O Estado de São Paulo, de 10 de novembro, de 1976 publicou nota abordando a polêmica levantada pela SOCEMA, sobre o método de capinação química. Sob o título *O uso do herbicida pode ser sustado em Fortaleza*, o jornal comenta que, *depois da carta aberta enviada pela SOCEMA ao Secretário de Serviços Urbanos, o processo químico de limpeza do mato das ruas de Fortaleza só será aplicado quando não existirem mais dúvidas quanto aos efeitos dos produtos, principalmente o herbicida Glyphosate. O Secretário se reuniu com técnicos da Universidade Federal do Ceará e com representantes paulistas do herbicida que garantiram que o emprego do herbicida não traz nenhum efeito negativo para o meio ambiente. Ainda nesta nota aparece o argumento do grupo da SOCEMA que sustenta que desconhece qualquer tipo de literatura que defenda a aplicação de métodos químicos para combater o mato. E alerta que, caso a prefeitura insista em usar o herbicida antes de apresentar as razões científicas que*

⁶² De acordo com os testes preliminares, realizados no Departamento de Fisiologia do Centro de Saúde da UFC, foi demonstrada a ação do herbicida sobre a atividade enzimática da Acetilcolinesterase de cérebro de rato. No organismo esta enzima é responsável pela crivagem hidrolítica de Acetilcolina, mediadora da transmissão neuronal, e tem como função impedir o acúmulo desse mediador após sua utilização funcional. Se por qualquer motivo a ação enzimática for inibida, a conseqüente elevação do nível da Acetilcolina desencadeará a crise colinérgica, caracterizada por contrações musculares esqueléticas, tipo tetânica, com provável parada respiratória. Os testes sugeriram que o Glyphosate é um forte inibidor da Acetilcolinesterase de cérebro de rato.

comprovem a não nocividade dos produtos, a entidade poderá entrar na justiça com mandado de segurança.

Devido à repercussão das manifestações, o movimento recebeu o apoio de Johan Dalgas Frisch, Vice-Presidente da Associação de Preservação da Vida Selvagem, renomado conservacionista, que enviou uma carta falando dos efeitos nocivos dos herbicidas no solo, no dia 05 fevereiro de 1977. Na oportunidade reafirmou as observações feitas pelo grupo de professores da SOCEMA. Por exemplo o Jornal O Povo, do dia 05 de fevereiro de 1977, publicou uma matéria intitulada *Johan Dalgas Frisch contra uso de herbicida em Fortaleza*, na qual falava sobre os efeitos nocivos deste tipo de substância, considerada o agente laranja, que causou a desertificação de grandes áreas de plantações, quando utilizado no Vietnã. Como lembrou Flávio Torres que os efeitos negativos da utilização de agrotóxicos que já vinham sendo divulgados na década de 1970, mas que a Prefeitura e a população de Fortaleza não tinham conhecimento.

Depois da Guerra do Vietnã, houve toda uma divulgação do que era o agente laranja, os efeitos cancerígenos dessas substâncias, a Prefeitura queria dar um banho em Fortaleza pra matar aquela tiririca, quando você tinha mão de obra disponível pra limpar.

A provocação dos professores e a repercussão da polêmica, em escala nacional, resultaram na vinda, a Fortaleza, de membro executivo da empresa multinacional *Monsanto Chemical Company*, para participar de reunião, no Departamento de Física da Universidade Federal do Ceará, com a presença do Secretário de Urbanismo, Suetônio Mota e o grupo de professores responsáveis pelas advertências. Nos arquivos da SOCEMA, a matéria do jornal⁶³ *Movimento*, jornal alternativo de Fortaleza, traz aspectos importantes da postura crítica dos professores e a forma de se contrapor à aplicação do produto químico. A frase inicial do texto apresenta a conclusão final da reunião, chamando a atenção para a importância da pressão exercida pelos professores, membros da SOCEMA.

⁶³ Arquivo documental da SOCEMA sem referência de data e local.

O Roundup só será aplicado em Fortaleza se os senhores quiserem. Nós não queremos polêmica em relação ao produto. (...) A inesperada atitude de um executivo da empresa multinacional Monsanto Chemical Company diante da reação dos cientistas cearenses contra o uso do herbicida Roundup na capinação química das ruas de Fortaleza surpreendeu, de início, as dezenas de pessoas que se concentravam numa sala do Departamento de Física da Universidade Federal do Ceará.

O trecho, a seguir, demonstra que a atitude pioneira e ousada do grupo, em tentar intervir nas decisões governamentais, incomodou os gestores públicos, representados pelo Secretário de Serviços Urbanos do Município.

Presente na reunião, o Secretário de Serviços Urbanos, Suetônio Mota, demonstrou constrangimento o tempo todo. Afinal pelo menos ao longo dos últimos anos, não têm sido comuns em Fortaleza as iniciativas de defesa organizada dos interesses da população, e a recém-criada Sociedade de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente surgiu disposta a reagir contra a derrubada constante e indiscriminada das árvores e a ameaça de liquidação do coqueiral da orla marítima da cidade.

A matéria de O Movimento mostra que o Secretário foi provocado ainda com relação ao aspecto social do programa proposto pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, que tira emprego dos garis responsáveis pela execução do serviço de capinação das ruas e o controle do aparecimento da vegetação nas vias da cidade. Destaca-se a preocupação de forma integrada dos professores que, além da questão dos impactos da substância sobre a saúde das pessoas e sobre o meio ambiente, exigem do Secretário posicionamento com relação ao desemprego dos trabalhadores.

Sobre o desemprego dos garis e o desperdício da oportunidade de absorver mão-de-obra na capinação química, o executivo não disse nada, mas transferiu a questão para o secretário Suetônio que manifestou seu desagrado dizendo: - Para

*discutir o problema de gari há outra associação, esta deve discutir só o meio ambiente.*⁶⁴

Verifica-se o caráter tenso do debate entre o executivo da Monsanto, Secretário e professores, ao apresentaram os resultados dos testes do laboratório da Universidade Federal, demonstrando ações agressivas do produto sobre o cérebro de rato e mostraram resultados de pesquisas bibliográficas que não aprovam o produto. Questionado sobre a origem das informações científicas da empresa, o executivo respondeu que a Monsanto encomendou estudos nas Universidades do Estados Unidos, *pois lá não se brinca com isto, lá o negócio é sério, mas em momento algum soube falar de sua utilização nas cidades e terminou de confessar que isso nunca havia acontecido*. Então os membros da SOCEMA reagiram com indignação, depois dos comentários do Senhor Carlos Antônio Albert, executivo da empresa:

- *E o senhor está pensando que nós não somos sérios?*
- *Quer dizer que Fortaleza seria então a cidade experimental?*

Diante da atitude dos professores, membros da SOCEMA, o representante da Monsanto declarou que a venda estava suspensa e *ao Secretário Suetônio Mota nada mais restou, além de se declarar um defensor do meio ambiente e elogiar a Sociedade por tê-lo ajudado a tomar uma decisão e concluiu pela não aplicação de produtos químicos na capinação das ruas*⁶⁵.

Foi significativa, na época, a sustação do programa da Prefeitura, que, segundo os ambientalistas, já havia encomendado a compra do Glyphosate e dos equipamentos para aplicação nas vias públicas. Destacam-se, no processo, além do surgimento do tema ambiental, aspectos de ordem política, econômica e social. Como, por exemplo, o enfrentamento da sociedade civil com as autoridades, no período da ditadura, a contraposição ao forte poder dos interesses econômicos do capital estrangeiro e a estratégia de utilização da imprensa para divulgar informações e influenciar a opinião pública sobre o problema ambiental com efeitos diretos sobre a saúde da população.

Pela narrativa de Marcus Vale, observa-se que, além de apresentar discurso ecológico, o grupo estava abordando aspectos da situação política, na qual os cidadãos eram reprimidos por expressar alguma reivindicação social.

⁶⁴ Arquivo da SOCEMA, sem referência de data e local.

⁶⁵ Idem.

Ressalta-se que, da academia, eles conseguiram abrir diálogo com a sociedade, pois o *status* de professor universitário lhes atribuía legitimidade e certa proteção, devido ao caráter técnico dos argumentos para questionar e por em cheque programas de governo.

Que a prefeitura, não lembro o nome do Prefeito, mas lembro o nome do Secretário é... Suetônio. Ele tava planejando fazer a capinação química na cidade, isto é usar produtos químicos para capinar a cidade com herbicidas. E nós achamos um absurdo! E continuo achando um absurdo você jogar veneno ao longo das ruas, que é tóxico pras plantas e pras pessoas. E foi com esse mote que a SOCEMA se fortificou como Sociedade e apareceu na mídia e com mais adeptos nós ganhamos essa briga.

Foi uma luta meio complexa porque a gente tinha medo, porque era natural no contexto político da época. Porque qualquer manifestação pública era considerada abusiva e bastava chamar alguém de comunista que o camarada passava a ser visto pelos Órgãos de segurança como um inimigo público. Mesmo assim nós fomos aos jornais.

Fizemos, como cientistas porque tínhamos a autoridade da Ciência do nosso lado. Éramos pesquisadores da Universidade e estávamos dizendo que o que a Prefeitura estava planejando era um ato criminoso contra a população. Obviamente houve reações, e como era costume chamaram a gente de comunista e tal.

Mas nessa conversa nós acabamos por inviabilizar a aplicação. Só que a Prefeitura já tinha comprado todas as máquinas e etc. Mas finalmente eles recuaram, e recuaram também porque, quando a gente começou a gritar, essa coisa também se tornou nacional.

E a multinacional que vendia o produto em Fortaleza estava tentando vender em outras capitais. O que significa? Se a gente grita aqui as outras cidades vão ter receio de comprar. Eles tentaram dar um “cala boca” na gente: - vamos fazer um acordo aqui: vocês param com a campanha, a gente não vende o material pra Fortaleza.

Parece que a idéia era que a gente ficasse calado e eles vendessem o produto em outras capitais. Mas parece que a coisa não deu certo.

O papel da imprensa foi fundamental para a conquista do objetivo do grupo da SOCEMA, com relação à suspensão do método de capinação química, pois, durante a negociação, entre os dias 05 de novembro de 1976 e 05 de fevereiro de 1977, foram publicadas matérias, quase que diariamente, abordando diversas formas da questão. Publicaram entrevistas a respeito das pesquisas científicas, sugeriram pesquisas à população, utilizaram charges para sensibilizar e alertar sobre os perigos da aplicação de substâncias tóxicas. Em levantamento do arquivo jornalístico da SOCEMA, foram catalogadas vinte e uma inserções nos jornais *O Povo* e *Tribuna do Ceará*, além de *O Estado de São Paulo*, incluindo charges, entrevistas, artigos e documentos dos ambientalistas, abordando a questão da capinação química, além de publicações em jornais alternativos, como o *Movimento*.

As matérias, artigos e charges dos jornais da época fazem parte dos arquivos da SOCEMA e do João Saraiva e, por estarem catalogadas em recortes, não foi possível fazer a referência sobre o lugar que ocuparam nas edições. O *O Povo* é o maior jornal em circulação da cidade, já o *Mutirão* foi uma publicação alternativa, de esquerda, dos anos 1970 e 1980.

Além de comunicar informações técnicas, outra característica das estratégias do grupo foi a sensibilização das pessoas mediante o humor, como forma de abordagem dos problemas, tentando sensibilizar a sociedade na busca da conscientização dos problemas ecológicos. As charges mostram a postura de diferentes cidadãos, de diferentes classes sociais, diante da desinformação com relação aos perigos dos herbicidas nas vias públicas. No primeiro quadro os dois cidadãos, prováveis executivos ou funcionários públicos, vestem paletó e gravata, desinformados e assustados com os possíveis efeitos negativos da utilização de produtos químicos aplicados nas ruas da cidade.



Figura 1. Charge sobre aplicação do herbicida. O Povo, dia 09.11.1976. Arquivo da SOCEMA.

Esta charge apresenta uma senhora, dona de casa, de classe social popular, que, consultada a respeito da capinação química, demonstra preocupações com o destino do capim que se transforma em lixo, depois de aplicado o produto. A imagem traz a observação sobre a produção de resíduos, chama a atenção para o percentual do produto exposto ou absorvido pelo solo, podendo contaminar o lençol freático ou outras vias de contaminação. Ainda neste quadro pode-se observar a expressão de surpresa do pesquisador alerta que, provavelmente, não foi informado do processo de capinação.



Figura 2.
Charge sobre aplicação do herbicida.
O Povo, dia 14.11.1976.
Arquivo da SOCEMA.

A suspensão da capinação química pela Prefeitura Municipal de Fortaleza foi a primeira vitória do grupo da SOCEMA. Todavia as ações e o debate contra o método de capinação química ficaram concentrados entre os técnicos e gestores, e não houve a participação mais efetiva da população dos bairros atingidos pela capinação química. O grupo da SOCEMA demonstrou ousadia ao opor-se à administração pública, ao levantar críticas e exigir mudanças em projetos lançados pelos órgãos governamentais, em período em que não havia espaço para intervenção na sociedade. Outro foco de críticas, no mesmo período, demonstrou a ousadia dos membros da SOCEMA, para sugerir mudanças em projeto do Governo do Estado, pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, que derrubaria os coqueiros da Avenida Beira Mar.

1.2.2 Em defesa dos coqueiros da Beira Mar

Em outubro de 1976, na época da luta contra a capinação química, o Governo do Estado lança o projeto de construção de interceptor oceânico, com a instalação dos canos sob a faixa de areia, o que devastava os coqueiros de um dos trechos mais significativos da Avenida Beira Mar.

O interceptor oceânico foi proposto a interligação dos esgotos e de interceptação dos cursos d'água, entre o riacho Papicu, que desemboca no monumento da Estátua de Iracema, e o riacho da Jacarecanga, na Avenida Leste-Oeste. De acordo com o traçado previsto no projeto arquitetônico, no trecho entre o Comercial Clube e a estátua de Iracema, a tubulação seria instalada sob a areia, evitando, assim, a danificação da avenida e o incômodo aos proprietários e freqüentadores dos restaurantes da Avenida Beira Mar.

O embate foi importante para os ambientalistas, pois conseguiram impedir a devastação dos coqueiros com mudança do traçado original do projeto dos técnicos da CAGECE e garantiram a preservação de local onde a beleza dos elementos da natureza tem forte significado paisagístico. O fato lembrado pelos ambientalistas contou com o apoio de arquitetos, sócios da SOCEMA e membros da diretoria do Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB-CE. O grupo utilizou a mesma estratégia anterior, ou seja, de persuadir o Poder Público a aceitar a sugestão de redesenho do projeto, de forma a não precisar retirar os coqueiros da praia.

A oposição ao projeto do Governo Estadual e a contraproposta dos arquitetos, que sugeria o calçadão da Avenida Beira Mar área para implantação da tubulação do interceptor, trouxe elementos significativos às reivindicações dos ambientalistas. Os arquitetos e integrantes da SOCEMA mostraram-se contrários à derrubada dos coqueiros, chamaram a atenção da sociedade para a preservação ambiental e paisagística urbana, colocando em evidência a relação simbólica com os *velhos coqueiros*, abordando a dimensão do tempo como algo de valor para a sociedade.

Campelo Costa, sob esses aspectos, demonstra a falta de consciência do Governo com relação à importância da preservação paisagística e aponta para os interesses econômicos do projeto.

Eu vou contar um exemplo, do início das nossas articulações, que quando fizeram o interceptor oceânico, que quebrava a cidade toda, quando chegava na Beira Mar ele resolveu, por efeito de economia, o projeto dizia que ia passar por baixo da areia da praia, onde tem o coqueiral. Mas na realidade os donos dos restaurantes não queriam que as obras quebrassem as ruas para não prejudicar o acesso de carros aos seus restaurantes. Aí foi uma confusão! Fomos aos jornais, demos declarações, porque se tivessem passado pela praia, eles haviam derrubado os coqueiros e as árvores que ficam na frente do Clube do Náutico.

Eu era o porta-voz do IAB. Então nós criamos uma proposta de desenho pela via, pelo calçadão.

Esse movimento foi duro, porque a CAGECE e o Governo do Estado não queriam mudar o projeto inicial para não acrescentar mais gastos, mas foi vencido.

A declaração de Campelo Costa, Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil, seção Ceará, além de mostrar valores paisagísticos, acrescenta a expressão dos valores relacionados ao patrimônio construído ao longo da história, ressaltando a importância da permanência do coqueiral da Beira Mar, como lugar característico e simbólico da paisagem urbana de Fortaleza.

(...) com o traçado estabelecido no projeto, serão sacrificados 50 coqueiros com cerca de 30 anos, patrimônio que demandaria muito tempo para ser reconstruído.

Os argumentos da contestação ao Projeto da CAGECE defenderam os interesses da coletividade no que se refere à *preservação do patrimônio físico e do meio ambiente*. Questionou que *com o traçado inicial o interceptor se estenderá por uma extensa faixa de praia, aniquilando todo o coqueiral da Volta da Jurema, um dos locais que caracteriza a paisagem urbana de Fortaleza*. A noção do envolvimento da coletividade, na defesa de interesses, está em matéria do jornal *o Povo*, de 08 de outubro de 1976, onde Campelo Costa faz alerta ao Governo anunciando que, caso a CAGECE insista em manter a instalação das tubulações na areia da praia, o IAB vai *procurar outras entidades de classe, estudiosos e o povo em geral, a fim de que assinem uma nota de protesto a essa medida*.

Nas declarações de Campelo Costa, aparecem aspectos da postura política, da opinião sobre os interesses de aplicação dos recursos públicos, na lógica de *especulação predatória* e pelo fato de que a instalação das tubulações, na praia vai *desfigurar a paisagem* de Fortaleza. Ele ressalta, ainda, o aspecto da defesa ambiental e cultural como direito coletivo à preservação do patrimônio histórico e natural quando diz que *sua instituição congrega arquitetos de todo o país, na defesa tanto dos interesses profissionais como dos valores culturais de nosso povo, de nosso patrimônio histórico e da preservação do meio ambiente.*

Os protestos de 1976 marcaram o surgimento do ambientalismo em Fortaleza e conquistas demonstraram que o grupo de ambientalistas exerceu papel relevante no processo de reorganização política e cultural da sociedade, no final da década de 1970. Dando prosseguimento a ações de denúncias sobre danos ambientais, o grupo ampliou sua atuação, ao envolver a comunidade nas manifestações contra a degradação ambiental. Destacou-se nesse período, o movimento organizado para denúncias e suspensão da poluição causada pelos resíduos de petróleo nas praias. Em ações de combate à poluição, eles mantiveram a estratégia de atacar diretamente as autoridades responsáveis pela geração do problema, mas também organizaram, pela primeira vez, manifestação com os alunos da Universidade Federal e usuários da Praia do Futuro.

1.2.3 Frutos do mar ao molho OPEP

A campanha da SOCEMA, contra o depósito de resíduos dos tanques de navios petrolíferos, nas praias, ao leste de Fortaleza, fez-se em 1979. A reação do grupo ao *piche* na Praia do Futuro, pelo óleo expelido na limpeza dos tanques dos navios de petróleo, revelou aspectos importantes sobre como os ambientalistas conseguiram chamar a atenção das autoridades e da população. Planejaram ações ousadas para provocar as autoridades responsáveis pelo problema a tomarem atitudes cabíveis à solução do problema do excesso de *piche* (subproduto do petróleo), que tanto incomodava os banhistas.

Flávio Torres lembrou que o fato foi importante por solucionar o problema, aparentemente, sem implicação para a saúde, que incomodava os habitantes e poderia acarretar danos ao ecossistema marinho. Flávio ressaltou que a campanha foi uma oportunidade de conscientização da população, que não tinha conhecimento das causas do aparecimento de piche. Os debates dos ambientalistas e a reação das autoridades, evidenciaram a falta de iniciativa de gestores responsáveis pela decisão de medidas necessárias para evitar o despejo de óleo pelos navios. Eles provocaram os gestores públicos ao alegar não atenção e cuidado com o ambiente urbano. Flávio Torres comentou o significado das denúncias, em 1979, que tiveram repercussão e fizeram com que os responsáveis implementassem medidas de erradicação do problema.

Os navios soltavam piche, lembra que as praias daqui eram cheias de piche? Eles lavavam os tanques quando iam saindo do porto e as praias ficavam cheias de piche, de asfalto. Isso não existe mais e foi uma vitória. Esse movimento começou por nós, que íamos à praia e ficávamos cheios de piche, sem falar nas crianças, que brincavam na areia e tomavam banho de mar e ficavam com o corpo cheio daquelas bolas pretas.

As denúncias da poluição das praias e a manifestação organizada, em 1979, com estudantes universitários, no domingo, dia de maior frequência dos banhistas, foram marco da mudança de estratégias dos ambientalistas. Vê-se que, nas ações analisadas anteriormente, com foco em programas de governo, não havia participação direta da população. As pessoas eram informadas sobre os problemas e acompanhavam os debates pelos jornais, entretanto, a partir da campanha de limpeza do óleo das praias, o grupo da SOCEMA, além de utilização de jornais na divulgação da campanha e de provocar as autoridades e o poder público, realizou coleta de piche na praia e conversou com banhistas informando a causa do problema e a solução. O contato direto com a comunidade contribuiu para a sensibilização do problema. A professora Clélia Lustosa, na época estudante do curso de Geografia da Universidade Federal do Ceará, narra essa atividade.

Me lembro a questão do piche. Foi proposto levar os saquinhos e distribuir pra pessoas na praia para recolher o piche da Praia do Futuro e depois levar aquele piche recolhido, não lembro

bem qual era o destino... acho que Prefeitura, Capitania dos Portos e Governo do Estado. Sei que, na época foi recolhido piche e entregue às autoridades como forma de denunciar e de reclamar sobre a lavagem dos navios que jogava o piche nas praias.

Flávio Torres reconhece a coragem em se contraporem e desafiarem diretamente as autoridades, pois, pela ousada na vigência do regime militar, poderiam ser reprimidos, mas na condição de professor universitário, apresentavam argumentos técnicos com legitimidade das intervenções, como forma de proteção:

No dia do Natal nós fomos à praia e juntamos piche. Então nós juntamos umas quantidades, botamos naquelas caixinhas de Sedex e enviamos como presente de Natal. Com uma carta muito bem feita, redigida pelo pessoal da Scala. E mandamos pra um monte de autoridades, da marinha do meio ambiente.

Pensamos também em uma campanha no jornal. Quem fez a campanha foi a Scala, de graça pra nós. O slogan da Campanha era o seguinte: Nesse Natal lembre-se do mar. E Durante uma semana, todos os dias saía no jornal uma foto com um coquetel ao Kwait, Camarão a petróleo, e não sei o que mais. Era uma coisa jocosa.

Com a campanha, eles chamaram a atenção da sociedade, por cartazes das delícias da culinária cearense contaminada por óleo. Os cartazes com imagens de pratos típicos, peixe, camarão e lagosta, regados a petróleo, para chocar visualmente e convencer as pessoas sobre a necessidade de medidas para evitar que a praia continuasse a ser depósito de piche dos navios petrolíferos. Além disso, pela composição das imagens, eles destacam a substância, resíduos de petróleo que, absorvido pelo ser humano ou animais, são perigo à saúde.

RECEITA DE MATAR:
PEIXE FRITO AO ALHO E ÓLEO

FRUTOS DO MAR AO MOLHO OPEP.

Peças publicitárias da campanha "Piche enche o Saco", promovida pela Socema

Figura 3. Folhetos publicados nos fascículo Nº 5 do curso *Ecologia*⁶⁶, do O Povo, em 1989. Arquivo SOCEMA.

Matéria do O Povo, de 09 de janeiro de 1979, apresenta a reação do Capitão de Fragata da Capitania dos Portos, Mauro Moutinho Carvalho, às denúncias da SOCEMA, em que não concorda com a campanha, para ele, passional, de entidade que desconhece.

Não sei o que é SOCEMA. Recebi uma carta com amostra de piche, mas não respondi simplesmente porque eles, os dirigentes da Sociedade, não colocaram o endereço no envelope. Além disso, não concordo com a maneira como foi feita a

⁶⁶ Veiculado através dos jornais: O Povo (CE), Jornal de Brasília (DF), A Crítica (AM), A Província do Pará (PA), O Estado do Maranhão (MA), O Dia (PI), Diário de Natal (RN), Tribuna do Norte (RN), O Norte (PB), Diário de Pernambuco (PE), Gazeta de Alagoas (AL), Jornal de Sergipe (SE), A Tarde (BA). Coordenado por Marília Brandão, Bióloga, professorado Departamento de Biologia da UFC e Maria José de Araújo Lima, Bióloga, professora da área de Ecologia do Departamento de Biologia da UFC.

campanha. Foi muito passional e um assunto como esse merece muito estudo.

Ao falar do problema denunciado pelo grupo de ambientalistas, argumentou que o piche nas areias poderia ser ocasionado por vazamentos de lençóis petrolíferos submarinos e não como resultado de lavagem dos tanques dos navios, em área próxima à costa litorânea. Citou ainda que a responsabilidade pela poluição das praias era de competência do órgão federal, Secretaria do Meio Ambiente-SEMA.

Em resposta às declarações do Capitão, Flávio Torres, Vice-Presidente da SOCEMA, fora do país, em especialização em Munique, enviou carta com provocações, publicada no Jornal O Povo, de 30, de janeiro de 1979, em que abordou, primeiro, a desinformação do Capitão sobre acontecimentos da cidade e dos problemas ligados do meio ambiente, tratados nos jornais pela SOCEMA.

Acabo de receber recortes de uma entrevista concedida por V. Sa. ao Jornal O Povo, sobre os problemas da poluição de petróleo em nossas praias, e que eu gostaria de tecer algumas considerações.

Primeiramente devo confessar-me um pouco chocado com as declarações de V. Sa., não pelo fato de ignorar o que é a SOCEMA. Afinal ninguém é obrigado a se manter informado sobre o que acontece em nossa cidade.

Depois, faz críticas à possibilidade de vazamentos naturais de petróleo e à forma irônica das informações do Capitão.

Francamente Senhor Comandante! Tal possibilidade de vazamentos naturais de petróleo existe, mas é tão provável quanto o aparecimento de um vulcão em plena Praça do Ferreira.

Flávio Torres opôs-se à rotulação do Capitão de que a campanha, elaborada por Agência de publicidade de reconhecida competência, seria passional. Diz ele: *Aliás, não concordo com o rótulo de passional em nossa campanha. Embora os cuidados com a preservação ambiental mereçam uma dedicação apaixonada. Foi uma campanha de esclarecimento público... Permita-me, também, adjetivar nossa campanha como contundente e objetiva.* Ressaltando que, apesar de a preservação ambiental merecer dedicação

apaixonada, a SOCEMA têm o compromisso com a objetividade e a realidade dos fatos. Com ousadia e ironia, foram tratadas as declarações do Comandante da Capitania dos Portos, destaca-se, ainda, a observação sobre a responsabilidade com relação à atitude individual de responder publicamente às declarações do Capitão.

Observam-se, ainda, pelo jornal e carta, os elementos que contribuíram na construção da legitimidade dos ambientalistas, pois feitas as referências aos membros da SOCEMA, o jornal relaciona-os com a titulação acadêmica. A posição de professor universitário significava que eles tinham responsabilidade e competência para tratar dos problemas ambientais, o que dava legitimidade aos membros na sociedade. Ao se dirigir ao Comandante da Capitania dos Portos, Flávio Torres não pretendia, com a carta, iniciar polêmica, simplesmente esclarecer o público que precisava ser informado sobre a existência de vazamentos naturais nos lençóis petrolíferos: *O público precisa saber que absolutamente não concordamos com a hipótese de vazamentos naturais de petróleo. A não ser comprovados por algum estudo científico.*

As falas de Flávio Torres apresentam formas e estratégias, pelos sujeitos, de inserção da questão ambiental no debate público, e revelam os elementos para atribuir legitimidade às reivindicações dos ambientalistas, no momento inicial do movimento. Levantaram-se bandeiras para o Governo inserir, no planejamento urbano, a criação e preservação de espaços públicos verdes, áreas urbanas destinadas a praças, jardins, parques paisagísticos e ecológicos, ressaltadas e consideradas imprescindíveis para manutenção de vida saudável e garantia da ventilação diminuindo os efeitos do calor do clima do Ceará.

As denúncias dos jornais locais e ações empreendidas resultaram no reconhecimento, pela sociedade, do papel dos ambientalistas, na defesa do ambiente urbano, a partir de que, no final dos anos 1970, há demanda maior da SOCEMA, por parte da população de Fortaleza: é o caso de denúncias e apoio às ações de comunidades para combate à poluição industrial.

1.2.4 Combate à poluição industrial

Em meados dos anos 1980, moradores da periferia pediram apoio da SOCEMA para colocar-se como porta voz de denúncias e ajudar na solução de problemas ambientais. Neste caso, a população sofria efeitos negativos da poluição das indústrias instaladas em bairros residenciais, na periferia. Flávio Torres e Marília Brandão lembraram situações a que foram chamados por comunidades, para reuniões com lideranças, na busca de soluções para os problemas de poluição. Segundo Flávio Torres;

Nós tivemos também uma atuação na linha de poluição de indústria. No curtume São Francisco de um tio do Luis Capelo, que ele dizia que era muito brabo.

Recebemos as denúncias da população que morava ao redor. E nós cavamos um poço que a água, com 9 metros de profundidade, era preta, preta, cor de carvão. Saiu nos jornais. A água tinha um cheiro fétido de pele apodrecendo, aquela coisa... uma insalubridade!

Marília Brandão abordou o trabalho com as comunidades, em bairros da periferia, diretamente afetadas por substâncias expostas no entorno de suas moradia, sem tratamento adequado. Sem procedimentos adequados, demonstra falta de responsabilidade dos empresários com os processos industriais de escoamento de resíduos, no descaso com as conseqüências para a saúde pública.

A mobilização contra a degradação mostra a aproximação maior entre a SOCEMA e o setor popular, que toma conhecimento do direito ao ambiente saudável, e começa a dar atenção às da degradação da natureza. Na conscientização, os ambientalistas influenciaram na forma de introdução dos temas e na comunicação de manifestações em defesa dos problemas ambientais. Segundo Marília;

Depois, quando a SOCEMA passa a fazer um trabalho mais ligado a comunidade...porque teve um trabalho com uma comunidade, na área do curtume. E nessa história do curtume a gente trabalhou muito com a comunidade. Diretamente. Fazíamos reuniões, discutíamos com os líderes como ir atrás das autoridades

para resolver o problema... aí discute, vai e volta, leva a comunidade nos órgãos responsáveis. Sempre intermediando comunidade e autoridade.

Em outro episódio e tentativa de solução da poluição por emissão de gases do óleo da castanha de caju, LCC (líquido da castanha de caju):

Outra questão foi ali vizinho, a CIPA, Companhia Industrial de Produtos Alimentícios. Nesse tempo o LCC da castanha não era utilizado e eles faziam um buraco no muro com uma máquina que puxava o LCC e jogava na rua. Um negócio! Nós íamos lá, conversávamos com a comunidade, fomos na diretoria da fábrica, criou-se uma comissão com representantes da comunidade e nós. Aquele trabalho de conscientização e de pressão à fábrica e à SUDEC. Fizemos também um trabalho de conscientização sobre os problemas ambientais e a relação com os órgãos responsáveis.

Nesse caso tem-se o alcance e o reconhecimento do papel dos ambientalistas pela população que, mesmo sem participar, de forma direta, do movimento, ficou atenta a problemas de degradação e requisitaram a SOCEMA para solução de questões que prejudicavam a saúde dos habitantes de bairros periféricos.

Fruto do reconhecimento, os ambientalistas puderam ampliar sua atuação. Foi memorável a luta da SOCEMA, no final da década de 1970, na defesa da criação do parque ecológico, no entorno do manguezal do Rio Cocó. Os ambientalistas obtiveram grande conquista, marco do movimento, símbolo das lutas ambientais: a criação do primeiro parque ecológico da cidade, o Parque do Cocó.

A memória da luta em defesa do parque, desde a criação, em 1978, até a assinatura do Decreto de criação da Área de Preservação Ambiental - APA do Cocó, em 1986, traz elementos de compreensão da trajetória. A análise do processo que levou à conquista do parque ecológico apresenta peculiaridades de como as questões e os conceitos de preservação ambiental foram inseridos na cidade e como se deu o movimento, com suas divergências, contradições, dificuldades e potencialidades.

CAPÍTULO 2 - Parque Ecológico do Cocó: a marca de uma conquista

O Parque Ecológico Adahil Barreto, inicial e popularmente conhecido como Parque do Cocó, tornou-se símbolo da luta ambientalista em Fortaleza, por ter sido palco de ações vitoriosas e significativas dos, militantes e líderes do movimento. A primeira manifestação pública relevante em defesa do Cocó, o piquenique, em abril de 1978, pelos membros da SOCEMA, foi o evento memorável para os organizadores do movimento e marco da trajetória ambientalista na cidade, pois contou com o apoio e participação de considerável parcela da comunidade e conseguiu garantir a instalação do Parque, em lugar do centro administrativo do Banco do Nordeste. Entretanto, depois da mobilização para a preservação do entorno do Rio Cocó, foram necessárias outras articulações de ambientalistas de pressão sobre o Poder Público na implementação de leis que garantam a preservação do lugar e a criação do Parque, efetivamente.

O Rio Cocó é o maior rio de Fortaleza, com 485 quilômetros quadrados de leito. Tem a nascente na vertente oriental da Serra da Aratanha, município de Pacatuba, passa pelos municípios de Maracanaú e Fortaleza, para desaguar no Oceano Atlântico, no limite das praias do Caça e Pesca e Sabiaguaba. Percorre bairros da zona leste da cidade - Jangurussu, Messejana, Cocó, Edson Queiroz e Lagoa Redonda. O parque ecológico está no Município de Fortaleza e inclui as áreas de maior fragilidade ambiental, onde se identificam unidades geoambientais: planície litorânea, planície flúvio-marinha e superfície de tabuleiros litorâneos.

A planície litorânea está caracterizada por feições geomorfológicas distintas, intrinsecamente relacionadas: praias e dunas fixas e móveis. A planície fluvial marinha ocupa trechos do rio na BR-116 até a foz, onde se forma o estuário. Nessas áreas, pelas condições adversas, com alta salinidade da água e do solo, níveis baixos de oxigênio do solo, freqüentes inundações pela maré alta, as espécies vegetais dominantes são mangues *Rhizophora mangle*, *Avicenia Schaveriana* Stapf. e Leech, e *Laguncularia racemosa*.

As imagens mostram a dimensão do parque com relação à cidade.



Figura 4. Rio Cocó em Fortaleza. Fotografia do Google Earth.



Figura 5. Parque Adahil Barreto. Fotografia do Google Earth.

Em alguns trechos preservados, o manguezal do Rio Cocó, no coração de Fortaleza, possui rara beleza, contendo espécies de moluscos, crustáceos, peixes, répteis, aves e mamíferos compõem cadeias alimentares com ambientes propícios para reprodução, desova, crescimento e abrigo natural.

O Cocó foi tema de debate do grupo da SOCEMA em primeira ocasião, relatada por Flávio Torres:

Essa história todinha quem soube fui eu, porque tinha um terreno lá. Quando cheguei da Inglaterra eu procurei um lugar pra construir uma casa e havia um loteamento no Parque do Cocó e eu comprei um lote. Eu não tinha atentado para a área de preservação.

Flávio Torres havia comprado, em 1977, terreno na área, com informação de que o Banco do Nordeste iria construir a sede administrativa no local. Informado de que o Prefeito Evandro Aires de Moura, pelo Decreto N^o 4627, de janeiro de 1976, havia declarado de utilidade pública o entorno do manguezal do Rio, no Bairro Água Fria, destinada à *Zona de Preservação Paisagística*. Flávio levou o tema a debate em reuniões da SOCEMA, onde se discutiu a proposta do Banco e o decreto de desapropriação, em garantia da área verde de considerável beleza e valor natural para a cidade, conforme comentou:

Mais ou menos na mesma época em que começaram a veicular as notícias de que o BNB estaria interessado no local, soubemos que o prefeito havia baixado um novo decreto modificando a destinação da mesma área destinada a preservação paisagística para uma área de urbanização.

É interessante observar a origem das discussões sobre o Cocó pelos relatos de como surgiu o debate em torno da negociação, nas reuniões da SOCEMA. Clélia Lustosa, comentou:

Isso foi em 1977 e 78. Nós participávamos das discussões sobre os agrotóxicos e a utilização da capinação química (...) Uma coisa que foi meio assim...o Flávio Torres tinha um terreno lá e descobriu que ia ser desapropriado por interesse público. Depois a

desapropriação mudou de objetivo. Ia ser desapropriado para a construção da sede do Banco do Nordeste. Aí ele começou a questionar, se ia ser desapropriado pra interesse público e o Banco do Nordeste iria fazer um uso privado, não era justo. E aí começou a discussão e nessas discussões surgiu a idéia de fazer um movimento em defesa do Rio Cocó e de um parque.

Depois da assinatura do decreto de desapropriação para uso público, em 30 de janeiro de 1976, a Prefeitura Municipal de Fortaleza, em negociação com o Banco do Nordeste do Brasil – BNB, que tinha interesse em construir ali sua sede, decidiu revogar o decreto e elaborar outro modificando o destino da área, que podia servir para urbanização. Munido das informações, levado pelo desejo de garantir a preservação do manguezal do Rio Cocó, o grupo se organizou para impedir a construção da sede administrativa do Banco no entorno, que resultaria na degradação do manguezal. A extensão pleiteada pelo Banco estava inserida em projeto de criação de área de preservação paisagística⁶⁷, correspondente a 35 hectares às margens do Rio, local do futuro parque ecológico.

Flávio Torres traz mais informações importantes para compreensão da organização do movimento, ao comentar as articulações em torno do Cocó. A divulgação do projeto do BNB despertou, nos ambientalistas, a atenção para o loteamento e ocupação da área de preservação. É interessante considerar que o tema surgiu com a divulgação do projeto da sede administrativa e, caso a Direção do Banco não tivesse interesse pelo lugar, talvez o parque ecológico tivesse sido ocupado com a construção de residências. A divulgação do empreendimento provocou reação imediata, pois a possibilidade de impacto futuro sobre as margens do Cocó, resultado de obra arquitetônica, resultou na busca de preservação do meio ambiente, pois a real intenção dos dirigentes da instituição financeira não era a preservação do manguezal, como eles

⁶⁷ No dia 30 de janeiro de 1976, o Poder Executivo Municipal declara, no Diário Oficial a desapropriação de área do entorno do Rio Cocó para fins de preservação. *Nos termos do Art. 6º do Decreto-Lei Federal N° 3365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei N° 2786, de 21 de maio de 1956 e pelo Decreto-Lei N° 1075, de 22 de janeiro de 1970, todas as áreas e terrenos, prédios, benfeitorias e servidões existentes na área destinada à Zona de Preservação Paisagística ZE-3, que compreende o Rio Cocó, definida por uma faixa de 70 metros de largura para ambos os lados a partir do eixo do canal do rio, no trecho já canalizado; e os mesmo 70 metros a partir do eixo a ser definido para canalização futura do rio.*

alegaram, o que provavelmente não aconteceria caso os lotes fossem, aos poucos vendidos e discretamente construídos nas margens do Rio.

Nas falas dos ambientalistas, vão surgindo fatos referentes à organização das manifestações pela criação do parque, revelados detalhes de como se sensibiliza o público e os moradores da região para participação dos eventos públicos. Inicialmente os membros da SOCEMA procuraram apoio do Poder Legislativo, da Câmara dos Vereadores e da Assembléia Legislativa, fizeram denúncias pelos jornais locais sobre mudanças dos decretos da Prefeitura Municipal de Fortaleza e sobre a negociação com o Banco.

Pelas entrevistas e registros em jornais locais, foi possível analisar a repercussão conseqüente do movimento, em prol do Parque do Cocó. Em matéria de O Povo, em agosto de 1977, *SOCEMA: Prefeitura vende área paisagística da Água Fria ao BNB*, Flávio Torres denunciou a negociação do terreno.

No corpo da matéria, há referência às conquistas anteriores da SOCEMA, como a suspensão do Programa de Capinação Química da Prefeitura e a modificação do projeto de construção do Interceptor Oceânico da Avenida Beira Mar, ressaltando a competência da instituição que vem conseguindo *atuar de forma surpreendente através de denúncias de ilegalidades ecológica*, mostrando a relação de apoio da comunidade acadêmica ao grupo.

Com um ano de funcionamento, a Sociedade de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente (SOCEMA) já conseguiu atuar de forma surpreendente através de denúncias de ilegalidades ecológicas. As realizações mais importantes foram: preservar os coqueiros da Beira Mar, ameaçados pelo interceptor oceânico; impedir a utilização de herbicidas em Fortaleza e uma série de conferências de cientistas da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), no auditório Castelo Branco, sobre preservação do meio ambiente, com o objetivo de conscientizar cada vez mais a população.

Agora, com reuniões quinzenais na Casa Amarela, a SOCEMA inicia mais uma batalha: evitar que a área desapropriada pela Prefeitura Municipal de Fortaleza para a

preservação paisagística, seja vendida ao Banco do Nordeste, que pretende construir ali, em uma área verde situada ao lado da Avenida Washington Soares, pouco depois da ponte do Rio Cocó, a sua sede administrativa. E a SOCEMA vai ter que enfrentar mesmo uma batalha, porque a Prefeitura já está negociando com a diretoria do BNB.

No jornal *Movimento*, em artigo, comentam-se as ações da SOCEMA e a campanha em prol do Parque do Cocó, com o histórico das ações, em 1977, denunciando que o lugar do futuro Parque seria desmatado para dar lugar a grande edifício. A SOCEMA respondeu aos argumentos do Diretor do Banco do Nordeste, Nilson Holanda, lembrando o decreto de desapropriação para preservação paisagística e a atitude de anulá-lo seria ilegal. Além disso, levantaram-se os possíveis impactos danosos à região pelo deslocamento diário de veículos de funcionários e pela construção de um *elefante branco* que provocariam prejuízo irreparável à zona de grande beleza natural, ainda sem rede de esgotos.

A estratégia de comunicação dos ambientalistas sobre a venda do terreno, na mídia, foi eficaz para conquista da simpatia e convencimento das pessoas em apoiarem a luta ecológica, influenciando inclusive outros segmentos sociais organizados, ao mesmo tempo em que pressionavam a opinião pública a cobrar, das autoridades, atendimento das reivindicações. Além de sugerir matérias jornalísticas com informações técnicas, de abordagem da problemática da necessidade de áreas verdes preservadas, em espaços urbanos, e questionavam a falta de políticas públicas direcionadas para as questões ambientais, utilizaram a linguagem de charges sensibilizar a opinião pública para a questão, divulgar as denúncias e os problemas da degradação ambiental na cidade.

Desenhos provocativos e irônicos expressam o tom crítico dos projetos de desenvolvimento para a cidade, em abordagem divertida, o que conquista a simpatia da população. Os desenhos ilustravam convites e panfletos, que circulavam nas universidades e demais espaços públicos freqüentados pelos estudantes e professores. Em um dos panfletos, com convite para manifestação, destaca-se a imagem de grandes edifícios cercado pequena

área retangular, com a imagem de pequeno tapete, que dá a idéia de limitação do parque municipal, caso a especulação imobiliária continuasse desordenada. Os desenhos para alertar sobre perigos futuros e os textos apresentavam convencimento e sensibilização para que as pessoas se engajassem na luta pela preservação do meio ambiente da cidade. No convite para participação no piquenique, a frase *não esqueça a esteira, o sanduíche e o violão*, demonstra a junção do dever de tomar uma atitude de cidadão e *assinar em favor do parque, em defesa da ecologia de sua cidade*. O convite à manifestação demonstra o formato artístico e lúdico do evento, servindo como estratégia para sensibilização, mas também de disfarce da ação política, que tinha o objetivo de criticar decisões tomadas pelo governo e pela iniciativa privada, e tentar mudar os rumos de projetos imobiliários e de obras públicas, que aumentavam o processo de degradação do ambiente urbano.



Fig.6. Panfleto de divulgação do piquenique realizado em 1978. Arquivo da SOCEMA

Outra charge critica o projeto de construção da sede administrativa do BNB, com a idéia de que a especulação imobiliária apresenta perigo à preservação do ambiente urbano. Há referência à disputa de poder do poderoso setor empresarial e a passividade da população em evitar a construção de empreendimentos em zonas em que os elementos da natureza poderiam ser preservados. O desenho do edifício do Banco mostra a imagem do edifício *monstruoso e faminto*, engolindo a vegetação, o manguezal, representando, de forma agressiva, impactos de obras de grande porte sobre o meio.

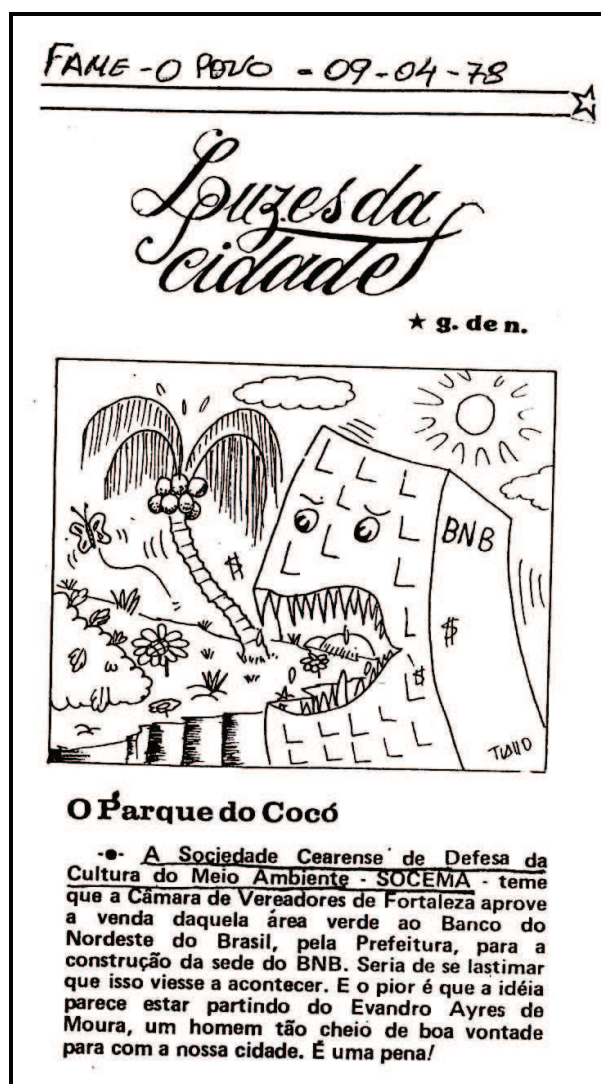


Figura 7. Charge publicada no O Povo, dia 09.04.1978. Arquivo da SOCEMA

O desenho é apelo à responsabilidade do ser humano com a salvação da indefesa natureza e do verde, diante da crueldade e da magnitude do poder da produção humana e da modernização urbana. A nota do jornalista apresentou a preocupação da SOCEMA com relação à aprovação da negociação entre o BNB e o Prefeito pelos Vereadores de Fortaleza e, diante dessa preocupação, o movimento ambientalista utilizou outra frente de ação, em esferas do poder público legislativo, como estratégia para o apoio dos parlamentares, no sentido de impedir a negociação da área do Cocó.

Marcaram-se audiências na Câmara dos Vereadores e na Assembléia Legislativa. Flávio Torres foi o porta-voz da SOCEMA nas duas ocasiões. Em discurso na Câmara, ele ressaltou a forma como se posicionaram com relação ao projeto de construção do BNB, em área destinada ao Parque, demonstrando noções sobre preservação e urbanização que, na época, não eram discutidas como tema de políticas públicas.

Senhores Vereadores,

Estamos comparecendo a esta casa como representantes da SOCEMA para discutir a nossa posição diante da possibilidade do BNB vir a construir a sua sede administrativa em área tornada de utilidade pública pela Prefeitura de Fortaleza para fins de preservação paisagística.

Tudo começou quando o senhor Prefeito, através do Decreto 4852 de 29/03/77, publicado no Diário Oficial do mesmo ano, tornou de utilidade pública uma área correspondente a 20 hectares, situada às margens do Rio Cocó. Com isso Fortaleza ganharia uma zona de lazer, um parque digno do nome. Trata-se de uma área de grande beleza natural e de um valor inestimável para a paisagem de Fortaleza. Uma zona de lazer, em uma cidade onde as pessoas possam ter algum contato com a natureza aberta, não é absolutamente um luxo, pelo contrário; representa uma grande necessidade.

Mais ou menos na mesma época em que começava a veicular a notícia de que o BNB estaria interessado no local e soubemos da existência de um novo decreto, também do Senhor Prefeito, modificando a destinação da área de preservação

paisagística para urbanização. Que espécie de planejamento urbano é esse que em poucos meses modifica tão radicalmente os objetivos dos seus decretos? Aliás a palavra urbanização deixa as coisas vagas e indefinidas. Urbanização pode ser qualquer coisa, inclusive a criação de um parque urbano.

Ao nosso ver, a comunidade nada tem a ganhar com a nova proposição. Entre um parque e mais um aglomerado de construções, a comunidade prefere o parque. Disso nós temos certeza!

Ao Poder Legislativo, solicitou-se audiência, pelo deputado Fausto Arruda, com o objetivo de debater a degradação do meio ambiente em Fortaleza. O jornal *O Povo* registrou, em 22 de junho de 1977, a visita dos ambientalistas, com o título *Preservação de Áreas Verdes em Debate na AL*. De acordo com a matéria, na sessão especial, presidida pelo Deputado Paulo Benevides, o Presidente da Sociedade de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente – SOCEMA, Professor Flávio Torres de Araújo, fez um pronunciamento no qual falou sobre a necessidade de preservação de áreas verdes em espaços urbanos. A sessão contou com outros membros da SOCEMA, professores Homero Lans César, Marcos Raimundo Vale e Marília Brandão, dos Departamentos de Física, Bioquímica e Biologia, respectivamente, da UFC.

Há relato dos temas abordados pelo *Professor Flávio Torres*, que fez crítica do projeto para utilização da área correspondente a 35 hectares nas *vizinhanças do Rio Cocó*. O professor elogiou a iniciativa do Prefeito Evandro Ayres de Moura *em tornar de utilidade pública essa área com destino à preservação paisagística da cidade, o que seria o primeiro parque urbano de Fortaleza*. Comentou a surpresa ao tomar conhecimento das negociações entre o Banco do Nordeste e a Prefeitura de Fortaleza, que cederia a área, próxima ao Cocó, para sede administrativa do Banco. Fez ainda advertências sobre a não aceitação da SOCEMA, da negociação, considerando que *a construção implicaria no cancelamento da idéia inicial do parque público*, além de que a referida área não era a mais apropriada à construção de complexo de tais proporções. Flávio Torres falou da necessidade de manter uma zona de lazer

onde as pessoas possam ter contato com a natureza para que a cidade seja mais saudável e ressaltou que o grande número de pessoas deslocadas para a região desencadearia transtornos de tráfego em zona que não suportaria tal aglomeração. Observou ainda que Fortaleza *vem perdendo suas praças com o desrespeito e destruição de suas árvores e jardins (Praça do Ferreira, Praça José de Alencar e Praça Clóvis Beviláqua)*, e a preservação das áreas está relacionada à preocupação maior com o meio ambiente, que tem aumentado nos últimos anos devido às grandes mudanças das condições ambientais do globo, resultado do desenvolvimento científico e tecnológico.

Flávio Torres apresentou, ainda, aos parlamentares, debates dos ecologistas e as previsões dos estudos científicos sobre as conseqüências que colocam em dúvida a própria sobrevivência da espécie humana, que começa a perder o controle do equilíbrio ambiental. Por isso a conclusão de que a problemática do meio ambiente não deve ser preocupação somente de conservacionistas, considerados os *poetas da natureza*, pois *os problemas se ampliam e exigem posições daqueles que têm influência direta sobre a comunidade e que podem minimizar os efeitos destrutivos da exploração predatória dos recursos naturais*.

A palestra foi ilustrada por *slides* da a exploração predatória da Serra de Baturité, ocasião em que o professor chamou a atenção das autoridades do Instituto Brasileiro de Defesa Florestal para a adoção de medidas de recomposição da vegetação da área.

A Sessão foi encerrada ressaltando relevantes serviços que a SOCEMA vinha prestando ao Ceará, na preservação da flora e fauna cearenses e apelou para a sensibilização do Prefeito em relação aos reclamos da comunidade para a preservação do Cocó, desapropriada pela municipalidade, mediante decreto, e para a compreensão da Diretoria do BNB sobre a importância da conservação da área.

Flávio Torres apresentou, aos deputados, importantes conceitos sobre preservação ambiental, buscando sensibilizar o Poder Legislativo a respeito da seriedade com a qual a questão do meio ambiente necessitava ser trabalhada nos setores públicos. De acordo o jornal, o discurso foi bem recebido pelos parlamentares que demonstraram reação positiva, exposta pelo Deputado

Fausto Arruda, que falou em nome do Presidente da Assembléia Paulo Benevides.

A repercussão do evento foi destaque no jornal O Povo, de 22 de junho de 1977, onde se registrou que os ambientalistas membros da SOCEMA *conquistaram a simpatia de deputados e vereadores nos debates promovidos na Assembléia Estadual e na Câmara Municipal*. Destaque para o Deputado Estadual Fausto Arruda que declarou *inconstitucional* a desapropriação da área e sugeriu uma Ação Popular contra o prefeito, caso se concretizasse o projeto.

Verificou-se outro ponto de vista, relacionado aos interesses da Prefeitura e dos empresários, uma vez que o Prefeito havia conseguido a aprovação, pelos vereadores, de *empréstimo de 48 milhões de Cruzeiros ao BNB para desapropriação dos 20 hectares e estava fazendo uma manobra para vender os 12 hectares ao Banco*. O texto critica a interferência da classe empresarial nos assuntos de interesse público: *para não fugir à tradicional presença nos assuntos cruciais do Estado*, a classe empresarial fez indevidas acusações para descaracterizar a ação dos sujeitos que eles consideram *arremates dos desavisados e de mero espírito de contestação*. Ressalta-se a falta de consciência da elite da cidade, não receptiva às reivindicações dos ambientalistas, quando se comenta a reação dos empresários de se posicionarem em apoio ao Prefeito e à construção da sede.

Em contraposição às opiniões do setor empresarial, o texto destaca a confiança dos ambientalistas na coerência de seus atos, pois finaliza com uma declaração de um dos membros do movimento:

Podemos perder esta luta, é claro. E isso importa. Mas também importa que não ficamos calados. Um crime ecológico pode vir a ser cometido, mas havia gente, muita gente tentando evitá-lo... e vamos em frente!

Na declaração, percebe-se a importância da postura política de expressar publicamente a reivindicação pela preservação da natureza e a denúncia do crime ecológico a ser cometido pela Prefeitura e a Direção do BNB. O movimento foi uma reação à imobilidade social presente nos últimos anos, diante de medida que contrariava os interesses do povo.

As estratégias de combate à destruição do manguezal e da vegetação do entorno iniciaram em agosto de 1977 e foram até abril de 1978, quando a

Direção do Banco do Nordeste desistiu da construção da sede administrativa na área. Todavia esta foi a primeira luta pela criação do Parque, pois, desde a suspensão do empreendimento, em 1978, até a assinatura do decreto referente à Área de Preservação Ambiental (APA) do Rio Cocó, em 1986, foram oito anos de constantes mobilizações, até a assinatura do Decreto Nº 7302, de 29 de janeiro de 1986, que declarou a região da bacia do Rio Cocó Área de Preservação Ambiental, nos termos da Lei Nº 4771, de 15 de setembro de 1965.

No entanto, os ambientalistas perceberam que eram necessárias outras estratégias de alcance maior do movimento, pela conquista da população e apoio à idéia da criação do parque ecológico, como forma de pressionar o Governo a atender a reivindicação coletiva. Nesse sentido, organizaram evento que mobilizasse maior número de pessoas, daí surgiu a idéia do piquenique no domingo pela manhã, momento em que as pessoas, motivadas pelo programa de lazer, se reuniram-se para protestar contra a negociação de 12 hectares de áreas em volta do manguezal do Rio Cocó.

Ação culminante do período, em 1978, o piquenique, no local destinado ao parque, foi a forma de manifestação do desejo da população, de cobrar da Prefeitura o compromisso com os interesses coletivos, em lugar de interesses de grupos privados. A reivindicação pela criação do Parque Ecológico, a primeira das manifestações em oito anos, pela criação do Parque e pela preservação do Rio Cocó, contou com a participação de moradores das proximidades do Rio, no bairro Edson Queiroz, na maioria pessoas de classe média, artistas, intelectuais, professores e estudantes universitários.

2.1 O piquenique ecológico

Pela primeira vez em Fortaleza acontecia grande mobilização popular em defesa do meio ambiente. O piquenique, em 1978, é lembrado como a marca da campanha inicial em defesa do Cocó. A fala de Flávio Torres expressa o valor e o significado do piquenique, para os ambientalistas, como a principal manifestação na luta em defesa da área destinada ao Parque do Cocó.

Foi uma coisa muito bonita de se ver. Eu dormi lá, no Parque. Eu e Marcus Vale. Nós montamos nossa barraca e dormimos lá. Naturalmente nós acordamos muito cedo e a grande preocupação era que não fosse ninguém. Deu 9 horas da manhã e foram chegando as famílias, meu pai, minha mãe. Mas ao meio dia estava absolutamente lotado! Com música, grupo de choro, artistas plásticos fazendo esculturas, desenhando... Foi uma coisa que realmente Governo nenhum teria coragem de destruir o Parque do Cocó depois daquilo, porque seria um suicídio.

Acho que o movimento mais importante foi esse, o do Parque do Cocó. Porque envolveu as pessoas em uma briga muito grande com a prefeitura de Fortaleza, com o Banco do Nordeste, contra todos os jornais que deviam ao Banco, todo o poder político. Recebemos manifestos de associações de classes ligadas aos bancos e à construção, todos contra a gente e a favor do Banco. E mesmo assim com um movimento singelo e um piquenique ecológico, nós conseguimos reverter isso, politicamente. Porque a população compareceu em massa, uma manifestação até emocionante pra quem estava lá.

O piquenique teve repercussão por agrupar, no local do futuro parque, cerca de mil e quinhentos participantes, segundo jornais da época, pessoas de diversos setores da sociedade. A manifestação popular surtiu efeito bem maior do outras formas de intervenção experimentadas pelo grupo da SOCEMA, no período, como denúncias publicadas na mídia impressa e as reuniões técnicas dos ambientalistas com parlamentares ou dirigentes de órgãos públicos. A repercussão conseguinte ao evento possibilitou a percepção dos militantes sobre a importância de seu papel, no sentido de promover a conscientização das pessoas sobre a preservação da natureza e a força da organização popular como instrumento de pressão do poder local.

O jornal Movimento publicou, em 10 de abril de 1978, matéria sob o título: *Piquenique Ecológico - Em Fortaleza, 1.500 Pessoas se Reúnem num Piquenique para Defender o seu Futuro Parque Municipal*. A preservação do

presente para garantir o futuro compõe o conceito de sustentabilidade, posteriormente, nos anos de 1980, difundido em debates ecológicos, no mundo. O autor fala sobre famosos parques de grandes cidades em comparação com Fortaleza, alertando para o fato de a cidade possuir menos de um metro quadrado de área verde por habitante.

Londres tem seu magnífico Hyde Park, em Porto Alegre há o Parque Farroupilho, no Rio tem o Jardim Botânico e os parques Lajes e da Cidade. Mesmo em Belém, onde o verde ainda é abundante, há o tropical Parque Goeldi. A ensolarada cidade de Fortaleza, capital do Ceará, porém, não tem o seu parque e afirma-se mesmo que não tem um metro quadrado de área verde por habitante.

Entre outras coisas foi esta poderosa argumentação que levou quase 1.500 pessoas a se reunirem no último dia 02, às margens do Cocó, no bairro Água Fria, num verdadeiro piquenique ecológico.

A reunião promovida pela Sociedade de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente, a SOCEMA, foi um dos pontos altos da campanha que vem sendo promovida pela preservação ecológica de uma área de 20 hectares destinados a um parque municipal, numa vicejante área de coqueirais às margens do Cocó.

A matéria enfatiza a luta da SOCEMA, em campanha, desde agosto do ano passado, destacando a sensibilização com relação à necessidade de criação do Parque do Cocó para a cidade, que motivou a participação da população no piquenique em favor da campanha pelo Parque, contra a construção da sede do BNB. Valorizam-se os argumentos da SOCEMA, que, nos debates, forneceu dados técnicos sobre os impactos do empreendimento para a região e apresentou orientações jurídicas sobre a legalidade da negociação proposta pelo BNB e a Prefeitura Municipal de Fortaleza.

A SOCEMA respondeu a todos os argumentos com habilidade: mostrou que já existia um decreto de desapropriação para preservação paisagística; que a atitude do prefeito ao anula-lo é ilegal; que o deslocamento diário de aproximadamente três mil funcionários, segundo a SOCEMA, provocaria prejuízo irreparável

numa área residencial sem rede de esgotos e de grande beleza natural, com a construção do elefante branco; e, dirigindo-se também aos vereadores, ponderou que a culpa lhes seria mais pesada se, neste momento, permitissem a destruição do parque.

Os ambientalistas souberam utilizar, em favor da causa, o decreto de desapropriação do terreno, elaborado pelo Prefeito, declarando-o Zona de Preservação Paisagística, com que eles conseguiram reverter a situação em defesa do parque. O piquenique repercutiu na classe intelectual e conquistou a simpatia da classe média, e, com a adesão desses setores da sociedade à campanha, as autoridades se sentiram-se acudadas e impossibilitadas de levar adiante a negociação com o BNB.

Marcus Vale destaca outros aspectos dos ambientalistas, com nova perspectiva de ação política, com relação às questões da cidade. Ele afirma o valor da SOCEMA, ao ressaltar a importância da ação, em particular, o significado do piquenique para o movimento na época:

A gente sabe que foi a SOCEMA que garantiu a criação desse parque. Se a gente não tivesse gritado na época, hoje seria o Banco do Nordeste.

A manifestação, a maior que a SOCEMA já fez, na minha opinião, foi essa do Parque do Cocó! Esse Parque Adahil Barreto ia ser comprado pelo Banco do Nordeste para construir sua sede, que atualmente é no Passaré.

Nós começamos a protestar e ir pra mídia. E o Banco dizia que não iria derrubar nenhuma árvore, mas é impossível construir um prédio daqueles sem derrubar as árvores. E é um dos poucos lugares verdes que a cidade ainda possuía, porque as praças são muito pobres em espaços públicos e verdes. Um local de manguezal que tem que ser preservado. Não tá vendo aí essas inundações na cidade? Porque os mangues foram invadidos, as lagoas foram aterradas, os rios foram poluídos e quando chove a água tem que escorrer pros rios e lagoas.

Marcus Vale chama a atenção para uma particularidade do ambientalismo: demonstrar o caráter pacífico nas manifestações, maneira de

reunir número maior de pessoas em torno de reivindicações coletivas, sem o desafio ao Regime Militar. O caráter pacífico continha importante significado diante da situação política vivenciada na época e foi uma forma ousada de conseguir expressar politicamente insatisfações da coletividade.

Então resolvermos fazer um grande movimento para fazer o piquenique ecológico. Aí distribuímos boletim... Arriscado, não é? Fazer um protesto, um piquenique ecológico... E a população atendeu na hora. E nós conseguimos trazer para o Cocó milhares de pessoas, quando o Parque ainda não tinha nada, era mato mesmo. Todo mundo trouxe seu lanchinho, os artistas vieram pintar, os músicos trouxeram seus instrumentos, tudo improvisado.

A fala mostra que, até aquele momento, final dos anos 1970, não se dava atenção à importância do valor natural e paisagístico do lugar, mas os espaços da cidade, *escondidinho aos olhos deles*, eram alvo da especulação imobiliária. Entretanto, a partir do anúncio do BNB do projeto arquitetônico de grande porte, os interesses especulativos tornaram-se evidentes e os ambientalistas perceberam a necessidade da implementação de medidas capazes de proteger o Rio Cocó e o ecossistema, combatendo interesses dos empresários da construção civil, na área, e as conseqüências decorrentes.

Na história do Parque do Cocó, o que a gente vislumbrou uma coisa belíssima que tinha dentro da cidade e que estava lá, escondidinho e, de repente o Banco do Nordeste queria construir ali. E nesse caso nós fomos acusados de comunistas. Aí tivemos que partir pro ataque; a grande defesa é o ataque.

Enfim; foi um movimento muito bonito e assustou o Banco. Ele recuou e disse que não ia comprar. Depois o Parque acabou sendo criado, no Governo do Lúcio Alcântara, na Prefeitura. Só que o nome SOCEMA não foi citado em nenhum momento, porque o Presidente do Banco e o Prefeito não queriam reconhecer nossa força. Mas, de qualquer forma, a gente sabia que a SOCEMA garantiu a criação desse parque. Se a gente não tivesse gritado, hoje teria o Banco do Nordeste lá.

A repercussão do piquenique articulado pela SOCEMA, em 02 de abril de 1978, teve efeito no poder público. Em 14 de abril do mesmo ano, a Assessoria do Prefeito Luis Marques declarou que a Prefeitura iria analisar o que poderia ser feito *com os parques recursos da Prefeitura, já que a desistência do BNB é irreversível* e anunciou um levantamento para estudo de nova forma de utilização dos 12 hectares do Cocó, *com a devida cautela e seguindo uma outra ótica.*

No O Povo, de 14 de abril de 1978, a SOCEMA congratula-se com a população e comemora mais uma vitória na luta em defesa do meio ambiente. Os ambientalistas enfatizam a importância da criação do parque para a Cidade, que conta com mais de um milhão de habitantes e que vem sofrendo acelerado e desorganizado processo de urbanização. Dizia a nota:

A população lutou pelo parque. O Parque Municipal do Cocó terá sua história, com figuras que vivem a nossa cidade e, como tal, não perderam a consciência e nem o desejo de influir nos destinos dela. Esta conquista deve-se a importantes setores da nossa comunidade, que não mais suportando assistir passivos à destruição das nossas praças, de nossas dunas e finalmente, à mutilação da fisionomia da nossa cidade, levantaram a voz e partiram para a luta em defesa dos nossos valores paisagísticos.

Ao final, faz-se um apelo para que o Prefeito Luis Marques, que assumiu a Prefeitura por um ano, demonstre sensibilidade à problemática do meio ambiente e desaproprie a área e, assim, participe da *história do Parque Municipal do Cocó, que será parte integrante da história de Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção.*

A matéria do Jornal *Mutirão - A vitória do Verde sobre o Elefante Branco* - faz um trocadilho divertido para comentar que o movimento dos ambientalistas conseguiu a conquista de *evitar a destruição de uma imensa área verde às margens do rio Cocó* pela intervenção agressiva do impacto do edifício, como um grande *elefante branco*, estranho ao ambiente nativo. O texto apresenta a trajetória e a força de articulação dos ambientalistas, que reuniram a população para impedir o projeto de intervenção urbana de construção de grande edifício e abertura de avenidas na área de manguezal.

O piquenique em defesa do Parque fez com que a preservação da natureza fosse discutida publicamente e os sujeitos enfocaram o direito coletivo ao ambiente urbano preservado, condição básica para a saúde dos habitantes e direito à cidadania. A preocupação com a implementação de políticas urbanas capazes de garantir a preservação do meio ambiente começou, a partir desse momento, a fazer parte dos discursos e agendas de membros do Poder Legislativo.

Na conscientização com relação aos problemas ambientais, a imprensa contribuiu na divulgação e informação dos problemas, veiculou matérias e notas em seqüência aos desdobramentos após o piquenique, informando, à população, as medidas dos gestores públicos quanto à efetivação do Parque Ecológico do Cocó. O arquivo da SOCEMA⁶⁸, com matérias de jornais, mostrou reações positivas e contrárias ao movimento, de diferentes setores da sociedade, como resposta às ações ambientalistas.

A jornalista Adísia Sá, no Jornal *O Povo* de 16 de abril de 1978, fez uma análise do piquenique e da campanha do movimento ambientalista, *Gente jovem, adultos e até velhos numa confraternização que eu poucas vezes vi nesta cidade... Estavam também presentes jornalistas, escritores, artistas e operários*. Na oportunidade, Adísia Sá escreveu considerações importantes sobre o piquenique, que apesar de não ter estado presente, levantou as seguintes observações:

Barracas, carrinhos de crianças, bicicletas, enfim, uma movimentação fora do comum, por entre as árvores de um sonhado parque. Pessoas compartilhando do mesmo propósito: salvar o verde. (...) Fiquei bestida ouvindo aquelas pessoas dando seu depoimento em defesa de um pedaço de terra. (...) Pode parecer ingenuidade tudo isso, uma busca inútil por um bucolismo agonizante. Mas não é: pelo contrário, é um testemunho de amor a coisa pública, ao bem estar coletivo. (...) vibrei com tudo o que vi e me solidarizei com aqueles valorosos defensores do verde, quixotescos para uns, para a grande maioria, entretanto, heróicos cearenses da contemporaneidade,

⁶⁸ As notas e matérias comentadas fazem parte do arquivo jornalístico da SOCEMA, gentilmente cedidos pela Professora Marília Brandão.

conscientes do perigo que a destruição do meio ambiente representa para o indivíduo e a própria espécie.

Destacaram-se no artigo, expressões significativas sobre a atuação dos ambientalistas que inauguraram nova forma de socialização e nova visão de espaço público (*amor à coisa pública, ao bem estar coletivo*), inserindo a vertente ambiental (*valerosos defensores do verde*) e mostrando que o ser humano pertence ao meio, e não pode desconsiderar os aspectos do processo de desenvolvimento urbano, que parece uma idéia de sonhadores *quixotescos para uns*, mas que, na realidade, trouxeram para Fortaleza um pensamento de vanguarda, *estes heróicos cearenses da contemporaneidade*. Em resposta a tentativas de deturpação do movimento, Adísia Sá ressaltou que não era um movimento contra o BNB, nem contra a doação de terreno pela Prefeitura, mas, um apelo a que a Prefeitura Municipal concordasse em negociar outra área para o empreendimento, pela preservação do futuro parque ecológico. Teceu, ainda, princípios de defesa do meio ambiente: *E como a territorialidade faz parte do chamado espaço existente do homem, justa a luta do fortalezense pela conservação de um parque, não apenas para o seu lazer mas acima de tudo para a renovação e conservação de seus ares, em última instância, renovação e conservação da vida.*

Os militantes encontraram maneira ousada de intervenção, na época, e de contrapor-se aos interesses do governo. Diante da manifestação pacífica, com a presença de famílias e de crianças, a Prefeitura não podia ir de encontro à mobilização, além disso, a preservação da natureza não era considerada tema político. O momento de campanha eleitoral foi mais um trunfo em favor da SOCEMA, conforme Flávio Torres:

Havia uma eleição próxima, isso foi importante. E mesmo tentando fazer ações na justiça, não tenho a menor dúvida de que a mobilização foi fundamental, porque quando eu saí dali, do piquenique eu falei: - eles não têm coragem de peitar isso! Justo em tempo de campanha eleitoral se opor a um apelo da comunidade.

É curiosa a contraposição à postura de parte da sociedade, sensibilizada para a problemática da degradação ambiental, que atendeu ao apelo e participou do piquenique, enquanto autoridades públicas e membros da elite empresarial não tinham a menor preocupação pela preservação da natureza.

Também não era interessante à elite local aceitar o poder da participação da população, consciente e engajada na defesa de seu interesse. Ao final do processo, com a desistência de levar à frente o projeto, as autoridades tentaram dar explicações de ordem administrativa para justificar o recuo na negociação entre Prefeitura e o Banco, não reconhecendo a pressão exercida pela SOCEMA como forma de minimizar o poder do movimento e não concordando com a necessidade em manter zonas de preservação da cidade.

Ao desistir do projeto de construção da Sede do BNB, na área do Rio Cocó, o Presidente do Banco, Antônio Nilson Craveiro Holanda, fez questão de publicamente prestar esclarecimentos da negociação com a Prefeitura. Publicou, no jornal *O Povo*, carta escrita à Prefeitura, justificando os motivos da decisão. Realmente buscava minimizar a força do movimento ambientalista na desistência do projeto. Pela análise do texto e argumentos do Presidente do BNB, podemos perceber que desvalorizou a ação dos ambientalistas.

No entanto, ao abordar a importância e valor da área, como reserva ecológica, o Presidente, ao mesmo tempo em que concordava com os argumentos dos ambientalistas, enfatizava sua preocupação conservacionista, que a administração do Banco queria garantir a posse da região *intensamente valorizada* contra a *voragem da especulação imobiliária*, da qual *cinco hectares seriam resguardos de área verde*. Pela proposta, o Banco financiaria a desapropriação da área de preservação e, em troca, a Prefeitura concederia o terreno para a construção do pólo administrativo.

Nilson Holanda, presidente do BNB, tentou ainda contra-argumentar as críticas do movimento ambientalista ao expressar a idéia de que o objetivo maior do Banco era com a preservação da área, pois, a empresa teria *todas as condições administrativas e financeiras para construir o seu centro administrativo em qualquer local de Fortaleza, sem necessidade de desapropriações e sem assumir ônus tão elevado em termos de preservação de áreas verdes*. As intenções dos dirigentes pareciam objetivar o interesse coletivo da sociedade, com a sugestão de que, *naquela oportunidade, o uso dos terrenos ali existentes fosse disciplinado em função do interesse social, reservando-se, ao mesmo tempo parcela significativa da área para fins de preservação paisagística* e que a insistência naquela área estava relacionada ao interesse do Banco em *dar uma contribuição, enriquecendo a fisionomia*

*urbana com o uso adequado de uma região intensamente valorizada, que de outra forma, seria fatalmente destruída na voragem da especulação imobiliária*⁶⁹.

Por fim, disse que o motivo decisivo da desistência do projeto foi o atraso dos prazos de conclusão da transação, inviabilizando a construção do pólo administrativo, em tempo previsto no planejamento. Destaca-se a contradição com relação à justificativa, pois, como ele ressaltou, houve pronto interesse dos responsáveis da administração pública para que a transação desse certo. Por que o processo não caminhou de acordo com este interesse? A administração pública teria sido ineficiente, a ponto de prejudicar a execução do projeto?

É possível ver que os argumentos do Presidente do Banco responderam às reivindicações e críticas dos ambientalistas, mas diante das evidências, expostas por eles, sua carta não cumpriu o objetivo desejado. O movimento ambientalista conseguiu o apoio da sociedade por ser foi enfático ao chamar a atenção para a privatização de mais de cinquenta hectares, antes, destinados à área de preservação paisagística, de acordo com decreto de desapropriação de 1977, sobre os quais a sociedade não mais teria a possibilidade de intervir no futuro. O movimento questionou que *parcela significativa da área para fins de preservação paisagística* sugerida no projeto da sede administrativa era de apenas cinco hectares, insignificante em relação aos cinquenta hectares para construção, como *um pequeno tapete*.

Os ambientalistas, de certa forma, introduziram viés ambiental nos discursos políticos, mas efetivamente poucas medidas foram adotadas para tornar Fortaleza cidade sustentável. Os militantes do movimento organizaram ações inovadoras para a época, shows artísticos e conferências de interesse da mídia e, dessa maneira, atingiam a opinião pública. Por exemplo, em matéria do jornal⁷⁰, *SOCEMA: a vitória do verde sobre o elefante branco*, o comentário: *a SOCEMA não aceitou e denunciou o fato à população, convidando à resistência com visitas ao local, conferências e debates sobre ecologia ao lado dos coqueiros*, mostram a resistência do movimento que articulou as pessoas para decisões políticas da época. Essa atuação estimulou

⁶⁹ Carta publicada no O Povo, dia 13 de abril de 1978.

⁷⁰ Recorte de jornal do arquivo da SOCEMA, sem referência ao nome e data da publicação.

o questionamento das pessoas a respeito dos problemas ecológicos da cidade, o que não foi suficiente para atingir a raiz, causa do problema da destruição ambiental do planeta, pois as origens estão nos princípios do modelo capitalista das sociedades modernas, que orientam o processo desenvolvimentista.

As idéias ecológicas não eram de fácil compreensão e apresentam, hoje, barreiras a serem incorporadas à realidade. As agressões ao Rio Cocó mostram a dificuldade em enfrentar e romper com a lógica de desenvolvimento das sociedades fundamentadas no modelo capitalista de orientação de políticas públicas e planejamento de intervenções urbanas. O conceito de desenvolvimentismo está relacionado à crítica de diversos autores, à noção de desenvolvimento baseado na crença do progresso ilimitado, que promoveu o hiperdesenvolvimento, em alguns países industrializados, e gerou o subdesenvolvimento, com sérios problemas ambientais e sociais, em outros.

As opiniões contrárias às preocupações com a preservação ambiental foram expressas nos jornais após o piquenique. No Jornal O Povo, de 16 de abril de 1978, *Ecologia e Desenvolvimento*, o editor Ezaclir Aragão, em resposta à jornalista Adísia Sá, faz crítica aos ambientalistas argumentando que *defender o verde, que garante a sobrevivência, é um dever de todo cidadão de bom senso. Agora, defender radicalmente é bobagem, porque se assim for chegaremos a um ponto em que se julgará melhor voltarmos ao tempo dos índios.* Para ele, o país subdesenvolvido não precisa dessas idéias, *já que possui as maiores reservas florestais do mundo.*

Sugere ainda que os dirigentes do BNB são favoráveis à preservação da natureza, pois haviam prometido que, para compensar a devastação da vegetação com a construção do centro administrativo do banco, eles iriam arborizar outras regiões da cidade e, dessa forma, *a ecologia da área suburbana de Fortaleza* estaria garantida. E acrescentou: *o Banco com seu know how e com a grana de que dispõe, pode satisfazer a gregos e troianos, ou melhor, a ecologia e ao desenvolvimento.* Segundo o editor, *os defensores da ecologia deveriam pensar um pouco em vez de ficarem fazendo pic-nic, botarem a cabeça para pensar e ver se têm boas idéias para conciliar as coisas. Afinal o diálogo é tão importante quanto a defesa da ecologia.*

Ezaclir Aragão não considerou o valor intrínseco do patrimônio ambiental, de vasta vegetação nativa, característica de manguezal, nem a

importância da manifestação popular na luta por direitos coletivos, realizada no piquenique. Faz referências aos ecologistas como pessoas desocupadas que deveriam *botar a cabeça pra pensar* e procurar contribuir com o desenvolvimento de cidade em país subdesenvolvido, que possui as maiores reservas florestais do mundo, afirmando, aí, o mito do desenvolvimento ilimitado, com base na idéia equivocada da exploração indiscriminada das riquezas naturais, difundido no Brasil, na década de 1980. Valoriza, como sinônimo de inteligência, as obras construídas que atribuem valor e riqueza às cidades, nos moldes de metrópoles, com grandes avenidas e arranha-céus, ao argumentar que a preservação do verde pode ser mantida fora das áreas consideradas zona nobre, na periferia da cidade.

No arquivo da SOCEMA, há nota de jornal⁷¹, de 16 de maio de 1978, sem assinatura, que traz crítica às ações dos ecologistas em defesa do parque ecológico. O texto diz que, *em virtude da previsível falta de continuidade em não tomar atitudes concretas para a efetivação do projeto de criação do Parque, lamento a desistência do BNB de construir sua sede no terreno do Cocó*. Há um comentário que demonstra a falta de compreensão da estratégia dos ecologistas para expressar, de forma diferente, o caráter combativo da luta sindical e estudantil às críticas sociais: *A entidade que defendeu o aproveitamento total dos terrenos para a criação de um parque municipal, meteu a viola no saco, dando-se por satisfeita, ao que parece, com o piquenique ecológico em que correu muita cerveja e caipirinha*. A matéria tem a preocupação em descaracterizar a seriedade do movimento, em especial, os organizadores, que *não trataram o assunto com seriedade, mas na base da emoção*. Tem-se a visão conservadora da época, de grande força entre grupos hegemônicos do poder desvalorizavam os problemas ambientais, sempre apelando para a lógica desenvolvimentista como argumento para desvirtuar a seriedade com que os membros da SOCEMA abordavam as questões ambientais, desconsiderando a respeitabilidade, enquanto pertencentes à classe acadêmica, do que os líderes do movimento faziam parte.

A nota põe em dúvida a criação da área verde e não que seja *realmente digna desse nome* e conclui dizendo que *as gerações futuras, talvez mais do*

⁷¹ O recorte da nota, do arquivo da SOCEMA, não trazia referência à autoria, nem de data do jornal.

que as de hoje, saberão avaliar, com justeza, o que a administração municipal fizer agora para presentear a cidade com esse imenso pulmão.

Nesse contexto, após o recuo do BNB e das repercussões do piquenique, os ambientalistas precisavam tomar medidas de garantia da efetivação do decreto de preservação e criação do parque. Flávio Torres narra a estratégia e mostra preocupações éticas com relação ao seu envolvimento na suspensão da negociação do terreno e precauções tomadas por eles, com relação à criação da área de preservação.

Quando o Banco do Nordeste desistiu da área do Cocó, nós passamos um risco muito grande que era o seguinte: a Prefeitura argumentava que o Banco iria preservar a área, não ia nada, era estacionamento de carro. Mas era uma propaganda oficial: o Banco vai fazer a sede, mas vai preservar a área. Mas se o Banco não quiser, a Prefeitura não vai poder comprar e essa área volta pros particulares e não vai ser preservado nada! Com um agravante que um dos particulares era eu.

Imagina a batata quente! As pessoas poderiam pensar: - Ah, ele tava brigando pela área porque tinha um terreno lá. Então eu fiquei passando um momento de muita apreensão. Aí nós procuramos Lúcio Alcântara, que na época surgiu uma história que o Lúcio poderia ser prefeito. Meu pai era amigo do Valdemar Alcântara, que era Vice-Governador e me falou. Nós fomos lá. E Luis Capelo, já falecido, mas foi uma das pessoas fundamentais nesse processo todo. Ele tinha sido colega de turma do Lúcio e disse: - Nós vamos conversar com ele. Então nós fomos e tomamos um café da manhã com ele e dissemos: - Olha, nós não viemos especular se você vai ou não ser prefeito. A gente quer saber se, por acaso você for, você se compromete a fazer o Parque do Cocó? Porque existe esse risco, assim, assim, assim. Um ano antes da eleição. Foi um bizu muito bem dado porque ele de fato tornou-se Prefeito. E ele se comprometeu um ano antes com a gente, que se fosse prefeito faria o Parque do Cocó.

Nós conseguimos com Luis Marques, que substituiu o Evandro, um decreto. Porque o Parque tem um decreto de

preservação paisagística, tem outro pra urbanização da área e tem um terceiro, feito pelo Luiz Marques, volta pra preservação paisagística. Mas ele disse que não iria fazer e que garantia estender a desapropriação por mais um ano, pro prefeito que vier fazer, se não caducava. E no dia em que Lúcio tomou posse tava a gente lá, de paletó e gravata, dando os cumprimentos e quando ele nos viu disse logo que não estava esquecido, falou pra gente procurar o arquiteto da Prefeitura.

O decreto de preservação paisagística de 12 hectares foi assinado, em setembro de 1978, pelo Prefeito Luis Marques, que, mesmo sabendo da impossibilidade de implantação do projeto, devido à proximidade do término do mandato, encaminhou o levantamento do futuro parque para a Coordenadoria do Desenvolvimento de Fortaleza – CODEF. Nota de 24 de setembro de 1978, do Jornal O Povo, informou o levantamento fotográfico do órgão para implantação do futuro Parque, que tinha o arquiteto Geraldo Régis Freire como coordenador, segundo quem, *o Parque consistirá em uma reserva de áreas verdes para o lazer da população, com caminhos abertos para pedestres*⁷².

Nesse momento, foi importante o apoio da Assembléia Legislativa, pela ação de deputados, entre eles, Fausto Arruda, que organizou comissão para entendimento com o Prefeito Luis Marques e debate sobre desapropriação da área de 20 hectares do Rio Cocó para a criação do parque.

O reflexo das discussões da comissão pôde ser observado em nota de O Povo, de 26 de abril, segundo a qual, a Prefeitura estudava meios para assegurar a preservação da área desapropriada do Cocó, com recursos financeiros para indenizações e concretização do projeto paisagístico. Em 1980, na administração de Lúcio Gonçalo de Alcântara, que havia prometido aos ambientalistas que daria prosseguimento à construção do Parque, autorizou a primeira etapa do projeto de urbanização do parque, na Zona Sudeste da Cidade, no Bairro Salinas, à margem esquerda do Rio Cocó, em área de 10,7 hectares desapropriados, 4,3 hectares urbanizados, total de 44 hectares⁷³.

⁷² Nota publicada no O Povo, dia 24 de setembro de 1978.

⁷³ Prefeitura Municipal de Fortaleza. Fortaleza: A Administração Lúcio Alcântara (março de 1979 a maio de 1982). Fortaleza: SUPLAM, 1982.

Os avanços do governo Lúcio Alcântara (1979-1982) relacionados ao meio ambiente, são resultado de fatores políticos e econômicos somados à pressão do movimento ambientalista, dependentes de financiamentos do capital externo, que exigia contrapartida na área da preservação ambiental: influenciar setores governamentais na opção por projetos de preservação urbana.

Em sua administração foi criado o Conselho Municipal de Meio Ambiente – CONDEMA, com 12 entidades, (Superintendência do Planejamento do Município-SUPLAM, Autarquia da Região Metropolitana de Fortaleza-AUMEF, Câmara Municipal de Fortaleza, Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará-SUDEC, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal-IBDF, Universidade Federal do Ceará, Associação Cearense de Imprensa-ACI, Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente-SOCEMA, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária-ABES, Instituto dos Arquitetos do Brasil-IAB, Federação das Associações do Comércio e Indústria-FACIC, e Sindicato da Construção Civil).

A criação do primeiro parque ecológico, no final dos anos 1970, foi fruto do movimento ambientalista, que, na luta, teve êxito nas estratégias de sensibilização de diferentes esferas de Poder da sociedade, o que resultou em pressão da sociedade sobre o Governo e sobre o setor empresarial. Somadas as ações à luta que culminou na conquista do Parque, é possível a percepção de que os militantes exerceram papel importante por terem trazido o debate de questões ecológicas e contribuído no processo de sensibilização de parcela da população, a respeito da preservação da área verde e os benefícios para os habitantes.

Não só professores, estudantes universitários e a classe intelectual e artística participaram do piquenique, mas também moradores vizinhos da área, como Dona Maria Guimarães, que mora no entorno do Cocó, desde a época. A narrativa de Dona Maria apresenta aspectos significativos do movimento de defesa da preservação da área, em lugar do empreendimento de impacto direto sobre o meio ambiente e sobre a vida dos moradores da região.

A gente já nasceu dentro dessa floresta e não queríamos que fosse construído nada no entorno e eles estavam querendo desmatar para construção e a beira do rio a gente não iria aceitar

porque isso iria mexer com o Rio do Cocó, com açudes que tinham nessa região. Na época nós, moradores daqui, também brigamos. Quer dizer, nós éramos poucos. Não essa vizinhança daqui como hoje nós estamos vendo, com todas essas casas bonitas.

Teve um movimento e muita notícia porque a gente não queria a sede do banco aqui. E teve um piquenique e nós fomos. E tinha muita gente com faixas, mas daqui mesmo não tinha toda essa população de hoje, mas nós, moradores do sítio, toda a minha família, tios e primos, nos juntamos e fomos participar com as pessoas que vieram, com rádio e televisão, fizemos também um abaixo assinado para não agredir mo Rio. Acredito que a luta da gente foi ótima porque não conseguiram construir.

A narrativa de Dona Maria Guimarães mostra a relação das pessoas moradores do entorno do Cocó. Para ela, a defesa do rio não tinha o sentido da defesa da natureza como algo conceitual, mas *este meio natural* fazia parte do dia-a-dia deles, como ela comentou que sua família aderiu ao movimento porque estava defendendo o que era deles.

Querer mexer nas margens do rio era como se estivessem mexendo na nossa privacidade. Por sinal esse sítio todo era do meu avô, e a gente não queria que nos agredissem. Agredir o rio era mexer na nossa privacidade. Como acabou vindo a acontecer, aliás, não é?

Nossos costumes de viver em contato com este ambiente todo, de morar em um local tranquilo, onde a gente acordava somente com o canto dos pássaros e dormia ouvindo os sapos e as cigarras. Tudo isso mudou pra pior. Agora é o barulho dos carros que assusta a gente porque só passam correndo nesta avenida.

Segundo Dona Maria Guimarães, consumado o fato da desapropriação para construção do parque, as intervenções continuavam alterando o lugar das moradias, mas como seriam ações de preservação do Rio e do manguezal, os moradores concordaram com a desapropriação da área e apoiaram o movimento pela criação do Parque.

Depois optaram pela construção de um parque, que hoje é o Adahil Barreto, mas no começo era Parque do Cocó. E aí nós nos unimos porque aqui era uma floresta e veio a desapropriação para a ambientação do parque e aí como não iam derrubar todas as árvores, nós aceitamos. Claro que ainda tava mexendo com a propriedade da minha família, do meu avô e isso iria modificar o padrão de vida que a gente tinha. Porque eu cresci vendo tudo limpo, o rio, a vegetação, você precisava ver como era isso tudo aqui. Hoje eu tenho muita tristeza de ver a destruição. O rio é só lama e antes você via areia e nosso sítio terminava na cabeceira do rio, na extrema. Hoje só tem mal cheiro, onde antes a gente tomava banho.

A fala da moradora, em diversos aspectos, trata da importância do Parque, por outro lado, mostra um dos mais importantes obstáculos do ambientalismo: o enfrentamento aos grandes interesses econômicos pelo desenvolvimento urbano que agravam a destruição do rio e do ecossistema. Diante do desafio da luta contra os agentes promotores da degradação ambiental, outras manifestações e mobilizações, em defesa do Rio Cocó foram organizadas, na década de 1980, em que aconteceu uma das mais marcantes mobilizações em prol da ecologia: o Movimento SOS Cocó, caminho de alargamento do campo de ação, além da multiplicação de entidades e pessoas envolvidas, refletindo a multiplicidade e aprofundamento das questões ecológicas.

2.2 SOS Cocó: uma luta pela vida

Entre a desistência do BNB e a assinatura do decreto, que determinou 12 hectares de Área de Preservação Paisagística, em 1978, foram oito anos de intensos embates e manifestações em prol da criação da APA do Rio Cocó, em 1986. Outros empreendimentos e obras públicas de risco à defesa do parque foram foco do movimento como, por exemplo, a construção do Shopping Iguatemi, a ponte sobre o Rio Cocó em Sabiaguaba e a da Avenida Sebastião de Abreu, situada atrás do Shopping. Surge o SOS Cocó, em 1985, como resposta dos ambientalistas à necessidade de ampliação do envolvimento da população na luta ambiental. Os militantes perceberam que, para enfrentar os fortes interesses de empreendedores com relação à área do rio, teriam que intensificar as ações e estratégias de persuasão sobre os poderes públicos a atenderem as demandas. Diante do enfrentamento e de inquietações, no período de fortes atuações ambientalistas, o movimento se expandiu na pluralidade de instituições e entidades de classes, como a Associação dos Geógrafos, Associação dos Biólogos, Associação dos Agrônomos. Com a inserção das diversas instituições, a SOCEMA, membro do SOS Cocó, deixou de ser única e líder do ambientalismo em Fortaleza.

João Saraiva falou sobre o período e sobre a primeira vez em que participa de ato público pela preservação do Rio Cocó, contra a construção do Iguatemi, e mostra como o movimento despertou nele o interesse pelas ações em defesa de meio ambiente. João Saraiva mostra, de forma individualizada, o resultado da conquista da SOCEMA, com relação ao alcance e à conscientização de atitude diante de ações de agressão à cidade, o que resultou na ampliação do movimento.

Eu poderia dizer a você que o primeiro ato, vamos dizer assim público, em que me envolvi, mas ainda de forma desorganizada, apenas como cidadão, foi a discussão com relação à construção do Iguatemi, talvez no final dos anos 70 ou começo dos anos 80... Enfim; a construção do Iguatemi nas margens do Rio Cocó.

Eu era bem jovem na época, mas aquilo me preocupou porque eu já via matérias de jornais, depoimentos no rádio. Que

vinham da SOCEMA, principalmente, que foi a primeira instituição ambiental no Ceará... Eu fui de casa a pé até o Iguatemi. Chegando lá, me deparei com um caminhão, que servia de palco, com a carroceria aberta. E lá no palco tava Fagner, Ednardo, Belchior, Teti. Ou seja, os cantores da terra que ainda estavam começando a sua fama; cantando em defesa da vida, em defesa do Rio Cocó.

Então assim... Aquilo pra mim, ou seja, o que eu vi, foi um ponto marcante pra minha participação de forma organizada na questão ambiental.

Vanda Claudino, por sua vez, fala da possibilidade de nova perspectiva de atuação dos movimentos ambientalistas, no período de lutas e causas ecológicas no mundo. Em Fortaleza, depois das ações vitoriosas da SOCEMA, os ambientalistas preocuparam-se com a ampliação e fortalecimento do movimento para que a sociedade se sensibilizasse com relação à preservação da natureza, além da exigência sobre os poderes públicos na implementação de leis ambientais.

A grande mobilização inicial, que acabou se estendendo, por pelo menos uma década, e que agregou as pessoas foi essa mobilização do Rio Cocó.

Então, eu comecei a atuar nessa área ecológica com o Movimento do Cocó. No primeiro momento a primeira contribuição nessa mobilização foi técnica. A elaboração de relatórios técnicos para os órgãos do Governo. Independente. Não era uma assessoria, consultoria, nada do que hoje é feito, de maneira oficial. Não. Eram as pessoas... eu preparei um relatório de umas 40 páginas, na época, mostrando o que era manguezal, ele foi protocolado pela Associação dos Geógrafos, junto a outras instituições, como o IAB, que tinha um papel fundamental... aliás, os arquitetos da época tiveram uma função fundamental na defesa ambiental, embora eles não tivessem a preocupação de defender o meio ambiente. No começo era mais a preocupação em manter a qualidade do meio urbano. Uma coisa acabava casando bem com a outra. Então, a gente começou boa parcela das nossas atividades

através de relatórios técnicos. Que eram entregues e encaminhados aos dirigentes dos órgãos, assim eles não teriam como deixar de ver é... que tinha gente atento, que era a questão.

Como isso começou a não dar resultados práticos, essas entidades iniciais, o IAB e AGB, começaram a criar uma articulação maior entre outras entidades e surgiu então oficialmente o Movimento SOS Cocó, que durante 3 ou 4 anos agregou de 15 a 20 entidades, umas fixas, outras vinham e voltavam e... a gente tinha reuniões semanais da na APESC, a sede da AGB, que nunca teve uma sede efetiva, usava um espaço emprestado da Associação dos Professores de Ensino Superior do Estado do Ceará. Era a AGB que organizava as reuniões. Reuniões com 20 e 30 pessoas, toda quinta-feira. Vinham vereadores, representantes de comunidades de bairros, quem tinha alguma denúncia, que não era sobre o Rio Cocó, mas que sabia que tinha um grupo de ecologistas e ambientalistas aparecia. Então apareciam 40, 50 pessoas em reuniões ordinárias.

Aproveitando a campanha eleitoral, em 1985, o Movimento SOS Cocó intensificou a cobrança pelo projeto do parque ecológico, cobrando urgente assinatura do decreto de criação da Área de Preservação Ambiental– APA do Rio Cocó, para a proteção das áreas do Rio, ameaçadas pela especulação imobiliária. Era preciso que a área de preservação, com 44 hectares, dos quais 10 haviam sido desapropriados e 4,3, urbanizados pelo Prefeito Lúcio Alcântara, em área do Parque do Cocó, fosse ampliada, pois o rio estava sofrendo agressões, em outros percursos, além disso, o Decreto, assinado em 1978, que define a área de preservação paisagística, não havia sido aprovado pela Câmara dos Vereadores. Os ambientalistas organizaram debate entre os candidatos sobre a preservação do Rio Cocó, como compromisso e responsabilidade do futuro gestor municipal com os problemas ambientais da cidade.

Reedita-se o piquenique, marco da conquista do Parque, em 1978, com a presença de candidatos à Prefeitura de Fortaleza para discutir com a comunidade o Parque do Cocó.

O piquenique, em 1985, foi o segundo grande evento de luta pela defesa do Cocó, com a participação da população convocada pelos jornais, exposição de cartazes nas universidades e convites às comunidades ribeirinhas. Artistas plásticos criaram, para o evento, um boneco gigante, símbolo do movimento SOS Cocó, a *Cocobra*, para chamar a atenção das crianças e do público em geral. Os militantes visitaram bairros do entorno do Cocó, vestidos no boneco convidando a população para o piquenique.

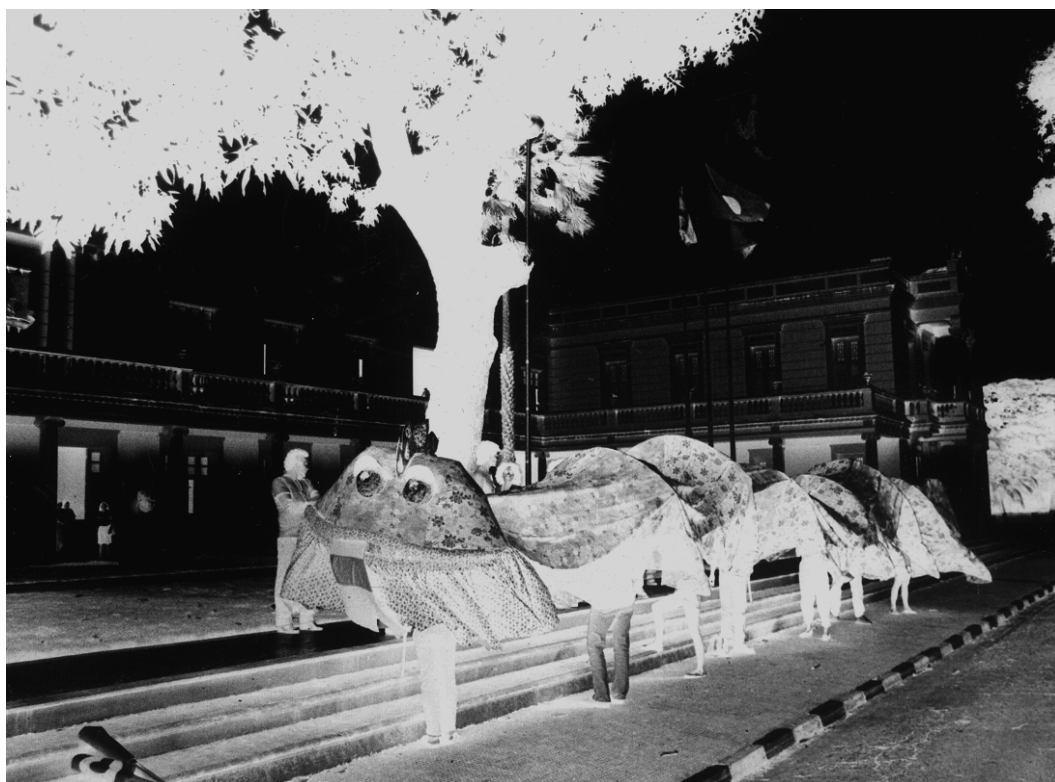


Figura 8. Foto da Cocobra. Arquivo do O Povo, de 1985.

Novamente as pessoas se reuniram, em apoio aos ambientalistas, participaram das discussões e atividades artísticas, conforme fotografia.



Figura 9. Foto do piquenique. Arquivo do O Povo, de 1985.

O evento teve repercussão na imprensa, conforme a matéria do *O Povo*, de 02 de setembro de 1985, segundo a qual, os ambientalistas aproveitaram o momento político de campanha, para intervenção nos debates de preservação urbana. Compareceram ao debate, a candidata do Partido dos Trabalhadores – PT, Maria Luíza Fontenele, e o candidato do PMDB, Lúcio Alcântara. Diversas organizações ambientalistas reuniram-se para elaborar propostas de garantia da preservação permanente da área inundada do Cocó, entre elas, uma organização comunitária ligada ao meio ambiente (*Núcleo de Defesa Ecologia Sabiá Branca*), representantes de órgãos oficiais responsáveis pelo meio ambiente, dirigentes de entidades populares e políticos. A presença de diversas organizações marca a diferença entre esse momento e o piquenique, de 1978, quando havia apenas a SOCEMA.

Artistas, naturalistas, políticos, intelectuais, moradores da bacia do Cocó, militantes de movimentos populares, eram as espécies encontradas. Gente da classe média chegou em seus carros, mas também “farofeiros” dos bairros populares, localizados na bacia do rio.

Todos trouxeram suas crianças, para as quais as atrações foram muitas. Começou com o bumba-meu-boi da Lagoa do Gengibre, que tinha como figurantes alguns dos seus moradores e como mestre Fabiani Cunha, presidente do Núcleo de Defesa Ecologia Sabiá Branca. Depois Isaíra Silvino regeu o Coral da UFC. (...) Mas brincaram também os palhaços do Quintal do Coronel, os bonecos do Folgado, os do Dante e um grupo de capoeira. Os pintores se fizeram presentes com telas enormes (...) as crianças fizeram fila para pular corda, andar de trem, desfilar na Cocobra.⁷⁴

O jornal destaca a participação das comunidades ribeirinhas, caracterizadas de forma pejorativa de *farofeiros*, público freqüentador do local, habitual de lazer, dos finais de semana. A população de classe média, *que não tem o hábito de freqüentar o parque, chegou em seus carros*, assim como as pessoas do meio cultural, ligadas à Universidade, ao teatro e aos grupos populares.

É importante observar que os motivos por que as pessoas apoiaram o movimento surgiram de necessidades diferentes, de condições de sobrevivência. A degradação ambiental atinge, em diferentes níveis, as classes populares e classes média e alta, que sofrem menos com os impactos negativos da degradação da natureza. Havia a comunidade ribeirinha, que defendia a ecologia, em razão de morar próximo às margens do rio, e necessitava diretamente de seus recursos e de sua preservação, para sobrevivência, bem como as pessoas ligadas aos movimentos sociais. O trecho, a seguir, mostra como representantes das comunidades próximas às margens do rio se sentiam diretamente atingidos pela degradação.

⁷⁴ Trecho da matéria do O Povo, do dia 02 de setembro de 1985.

Pescadores e moradores do Lagamar deram declarações falando de sua felicidade como antigos moradores que utilizam o rio para viver, de ver tanta gente lutando pelos pobres e pelo Rio. O pescador José Airton Castro do Nascimento, único da categoria presente no evento, mostrava-se radiante. Há vinte anos ele trabalha nas águas do Cocó. Viu esse povo todo e ficou feliz. – Estou me sentindo muito bem, porque vejo que tem uma parte de gente que pune pelo pobre. Já Alcide Pereira Barbosa, uma moradora do Lagamar, ribeirinha do Cocó declarou: Nós não queremos virar cama de baleia. Porque se aterrarem o rio em qualquer parte, a água vai inundar, cobrir nossas casas e o Lagamar vira cama de baleia. Sula, o Presidente da Associação de Moradores do Bairro, sula resume numa só frase: “Essa é uma luta pela vida!”⁷⁵

A participação consciente das pessoas parece se contrapor ao tom do início do parágrafo, que diz que *várias centenas de alegres veranistas, em bandos, invadiram o Parque do Cocó*, como se o evento estivesse reduzido a um momento de lazer, o que não condiz com as declarações dos moradores do local, muito menos com os objetivos políticos da manifestação, destacados no primeiro parágrafo da matéria.

Parque do Cocó, amplos e verdes gramados freqüentados por crianças ativas e adultos descontraídos, emoldurados por uma cercadura de mata densa, palanque armado sob frondosa mangueira, sem dúvidas o lugar ideal para se discutir política ecológica. Talvez tenha sido ambiente assim tão estimulante responsável pelo êxito das decisões tomadas no final da polêmica estabelecida entre os movimentos ecológicos comunitários, representantes de órgãos oficiais responsáveis pelo meio ambiente e dirigentes de entidades populares e políticos. Todos concordaram em sentar juntos em uma mesa, logo de manhã, para conjuntamente elaborarem proposta definitiva e abrangente que

⁷⁵ O Povo, dia 02 de setembro de 1985.

considere de preservação permanente toda a área de inundação do Cocó.

Relembrando a estratégia dos ambientalistas, em 1978, elementos citados, que poderiam descaracterizar o caráter político do evento, foram, na realidade, utilizados para convencer maior número de pessoas ao apoio à manifestação, em que questões decisivas sobre o Cocó foram debatidas. O aspecto técnico das primeiras ações ambientalistas foi destacado no comentário sobre reunião entre especialistas, e também no piquenique, em discussão dos problemas da devastação do Cocó *usando muitas vezes uma linguagem só acessível aos iniciados, eles discutiam o caso do Cocó em minúcias.*

Diferente do contexto político do primeiro piquenique no Cocó, em 1978, na vigência da ditadura militar, a abertura política, em 1985, permitiu a caracterização de eventos políticos, pois o momento de exposição de opiniões, com relação à preservação do rio, aconteceu quando representantes e líderes de entidades e de movimentos subiram no *palanque* armado para as pessoas *falarem livremente.*

Na manifestação, Flávio Torres e Marília Brandão, responsáveis pelo piquenique de 1978, participaram não mais como membros da SOCEMA. Flávio Torres falou como membro do Partido Democrata Trabalhista - PDT e Marília Brandão, na ocasião, representava a categoria dos Biólogos e o Departamento de Biologia da Universidade Federal – UFC. A SOCEMA foi representada pelo Senhor Joaquim Feitosa, que participou de debates técnicos sobre os limites da área de Preservação do Rio, sem marcar a postura política da instituição, no palanque.

Flávio Torres e Marília Brandão criticaram a postura dos representantes do Governo, em particular, do assessor da AUMEF – Autarquia da Região Metropolitana de Fortaleza, argumentando que, com relação aos instrumentos legais, as leis em vigor permitiam e facilitavam a implementação de instrumentos de preservação, e que estava *faltando um pouco de boa vontade* por parte das autoridades responsáveis. Marília Brandão chamou a atenção para o fato de que a luta pela preservação ecológica não pode ser apenas um problema de acadêmicos e técnicos, mas deve ser também luta política.

Comentou-se que o embate político foi revelado quando a disputa pela sucessão municipal *entrou de contrabando na polêmica ecológica*, ocasião em que os candidatos à prefeitura de Fortaleza, Maria Luiza e Lúcio Alcântara fizeram pronunciamentos. Maria Luiza criticou governadores e prefeitos anteriores pela omissão com relação ao Cocó. Lúcio Alcântara rebateu as críticas argumentando que ele havia sido o responsável pela urbanização de 4,3 hectares na sua gestão municipal (1979-1982). Desta forma, colocou-se *na condição de criador do Parque do Cocó garantindo bons argumentos a seu favor*. No momento de acirramento do debate, Flávio Torres intercedeu, *jogando água na fervura dos mais afoitos polemistas*, de forma a não perder o objetivo da manifestação: discussão de propostas objetivas de garantia da preservação do rio.

Nesse sentido, Flávio Torres mostrou liderança e certa influência nos encaminhamentos para solução dos problemas ambientais da cidade, pois, além de apaziguar a discussão, organizou o debate, para que o Movimento pudesse acompanhar os trabalhos do parque. Sugeriu ainda, uma reunião oficial, com os órgãos públicos, entidades e movimentos interessados na preservação do Rio e do ecossistema. Com isso, ele convenceu o Assessor da AUMEF, a concordar com a proposta do IAB, de juntar representantes das partes interessadas para acerto da questão do Parque (Sema, IBDF, Aumef, Socema, SOS Cocó, Partido Verde, Vereador Samuel Braga, Deputado Estadual Ciro Gomes, Federação de Bairros e Favelas, Associação dos Geógrafos, IAB, entre outros).

Com o acordo firmado no piquenique, de 01 de setembro de 1985, o Movimento SOS Cocó instalou assembléia permanente, com o objetivo de pressionar o Governador do Estado a assinar o decreto, que tratava da proteção da área do Rio Cocó. As entidades vinculadas ao SOS Cocó fizeram outra manifestação pública, no Dia Internacional dos Direitos Humanos, e na ocasião, instituíram comissão de advogados para estudo das medidas judiciais contra o Governo do Estado, se necessário.

Em 1986, a candidata do PT, Maria Luiza Fontenele, eleita Prefeita de Fortaleza, em cumprimento ao acordo firmado com SOS Cocó, assinou o decreto de criação da Área de Proteção Ambiental – APA do Cocó, em janeiro de 1986 no início da administração. O decreto N° 7302, de 29 de Janeiro de

1986, declarou a Área de Preservação Ambiental (APA⁷⁶) e proibiu o desenvolvimento de quaisquer atividades comerciais ou industriais poluidoras dos mananciais ou ameaçadoras das espécies raras da área, inclusive loteamentos.

A APA foi matéria do Jornal O Povo, de 30 de janeiro de 1986, destacou a conquista marcante da luta ambientalista: *as entidades de defesa do meio ambiente de Fortaleza assistiram na tarde de ontem a concretização de oito anos de luta pela preservação do Rio Cocó*. A matéria fala sobre o significado do decreto para os militantes em luta, durante oito anos, para garantir a preservação do Cocó. O decreto foi rejeitado anteriormente pela Câmara dos Vereadores e Governo do Estado. A Prefeita Maria Luiza Fontenele criou, também o Grupo de Assessoramento Técnico para elaborar o projeto de regulamentação da APA do Vale do Rio Cocó e posterior aprovação da Câmara Municipal. O Grupo ficou subordinado ao Chefe do Poder Executivo, composto por representantes de instituições municipais e entidades da sociedade civil: Superintendência do Planejamento do Município – SUPLAM, Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA, Câmara Municipal de Fortaleza, Superintendência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – SUDEC, Autarquia da Região Metropolitana de Fortaleza – AUMEF, Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente, Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB-CE, Associação dos Geógrafos do Brasil – AGB-CE.

Destacam-se as considerações da Prefeita, ao comentar o significado do ato e a concretização de sonho que, para ela, simbolizava *um ato de fé, de resistência e de poesia*. Fé por acreditar que os sujeitos podem alcançar o objetivo, mesmo sem o amparo de lei ou de atos concretos dos gestores públicos e do legislativo, no sentido de atendimento de reivindicação. Resistência, por insistir, durante o período, que as autoridades mudassem de opinião sobre a preservação ambiental. Poesia porque a questão do verde, em dimensão subjetiva, aborda aspectos ligados à beleza, à necessidade de contemplação da paisagem.

Constituído, o Grupo de Assessoramento Técnico trabalhou na elaboração do projeto de ampliação do Parque do Cocó, levando em

⁷⁶ A criação da Área de Proteção Ambiental – APA está subordinada ao que dispõe as Leis federais Nº 6902, de 27 de abril de 1981 e Nº 6938, de 31 de agosto de 1981.

consideração a área decretada APA - (Área de Proteção Ambiental). Joaquim Cartaxo, Superintendente da SUPLAM - Superintendência do Planejamento do Município, comenta os acontecimentos da época.

Na gestão da Maria Luiza, ela decreta o Vale do Cocó como Área de Preservação Ambiental. Aí nós pegamos a planta de 1979, que tinha a mancha do vale, uma zona especial. Quando eu era o secretário. E qual era a minha idéia? Decreta tudo área de preservação ambiental e estava criado o parque. Daí vamos começar. Agora a gente contrata alguém pra fazer os estudos pra avaliar o que poderia ser feito, porque já havia muita ocupação no redor, o próprio Lagamar. Foi com a intenção de tentar barrar a degradação que fizemos o decreto. Mas não deu pra fazer estes estudos.

Todavia a criação da APA não garantiu a preservação em toda extensão do Cocó, pois a iniciativa privada não respeitou os limites para construção, de acordo com a legislação das áreas de preservação, nem houve apoio do Poder Legislativo Municipal e Executivo Estadual, com relação a medidas de preservação do meio ambiente. As duas instâncias de poder faziam oposição à Prefeita eleita. Diante do quadro, os ambientalistas tinham clareza da necessidade de avançar na sensibilização das autoridades pelas questões ambientais de Fortaleza, conforme participante do SOS Cocó, em matéria do jornal que tratava da assinatura do decreto: *a luta continua para que a Câmara mude de atitude em relação ao meio ambiente e respalde o decreto de preservação.*

Apesar de não ter trazido transformações sociais profundas, capazes de convencer implementação da legislação de proteção dos recursos naturais da cidade, contra futuras ações agressoras ao meio, a assinatura do decreto foi importante por ter provocado debates sobre o tema. O Movimento SOS Cocó, que ganhou fôlego com a conquista da APA do Cocó, em janeiro de 1986, continuou a luta pela preservação da área. Em junho do mesmo ano os militantes enviaram carta ao Governador do Estado, Luis Gonzaga da Fonseca Mota, solicitando, pela segunda vez, a assinatura das minutas de preservação da Bacia Hidrográfica do Rio Cocó, elaboradas por grupo de especialistas das

entidades que acompanharam o movimento, sob a coordenação da Superintendência da Autarquia da Região Metropolitana de Fortaleza – AUMEF.

As minutas dizem respeito a dois Decretos:

O primeiro instituiu a Área de Preservação Permanente⁷⁷ do Rio Cocó, desde sua foz até a BR-116, onde a planície de inundação se alarga, com influência diária de marés e onde está o grande ecossistema de manguezal, com delimitação da área pela ‘cota 3’ (curva de nível a 3 metros acima do mar) que corresponde à altura e extensão máximas atingidas pelas águas, nesse trecho da planície de inundação (tabela do Labomar). O decreto exclui as áreas aterradas ou construídas e aquelas em projetos aprovados anteriormente e inclui as planícies de inundação e manguezais, pela importância ambiental, considerados Áreas de Preservação Permanente – APP, de acordo com legislação federal vigente e resolução do CONDEMA.

O segundo decreto instituiu a comissão de estudo da área restante da Bacia Hidrográfica do Rio Cocó, verificando problemas de enchentes, inundações, poluição, uso e ocupação indevidos do solo. A comissão foi formada por representantes de órgãos governamentais e das prefeituras envolvidas, além de representantes de entidades profissionais e defesa do meio ambiente.

As medidas das minutas foram fundamentais para preservação do recurso hídrico *mais importante da Região Metropolitana de Fortaleza*, que vem sofrendo agressões sistemáticas, o que pode levar graves danos, à população dos municípios banhados pelo Rio.

A carta dos militantes do SOS Cocó cobra do Governador Gonzaga Mota, atitudes concretas para barrar a degradação do meio ambiente em Fortaleza, tendo em vista que os problemas de destruição da natureza não mais poderiam ser negligenciados. O tom provocativo do texto mostra a forma ousada como os ambientalistas se dirigiam às autoridades e abordaram a prioridade dos interesses públicos e do direito ao meio ambiente preservado, em lugar do atendimento de interesses privados. Eles exigiam implementação

⁷⁷ Governo Federal assinou, em 18 de outubro de 1985, uma Resolução na qual declara manguezais áreas de preservação permanente, diz ainda que é de competência dos Estados e Municípios a delimitação das áreas em cada região.

de política ambiental para o Estado, à luz da Política Nacional de Meio Ambiente. Diante da clareza dos impactos negativos, os danos ambientais deveriam ser proibidos, até como forma de evitar gastos públicos com a recuperação do ambiente degradado.

Entendemos ser nosso dever sugerir ao Governo Estadual que assuma, a partir de agora, uma nova mentalidade em nível de política ambiental, seguindo a tendência ora vigente na maioria dos países do mundo e que também vem sendo assumida pelo Governo Federal.

Essa nova postura consiste em evitar a destruição sumária dos recursos naturais, por desconhecimento ou negligência, através da criação e do cumprimento de uma Legislação Ambiental que visa compartilhar a sobrevivência desses recursos e sua utilização racional e cuidadosa pela sociedade.

Dessa forma, os justos interesses particulares em relação ao uso dos recursos naturais são harmonizados com o bem estar de toda a comunidade.

A par dessa nova postura se faz necessário que o Governo, juntamente com as entidades ligadas à questão, empreenda uma ampla campanha educativa em todos os setores da sociedade, promovendo debates e difundindo conhecimentos ambientais e procedimentos preservacionistas, procurando despertar a consciência de que a preservação do meio ambiente é fundamental para o bem estar coletivo e para a nossa sobrevivência e a das gerações futuras.⁷⁸

No entanto, os apelos sócioambientais não bastaram para que o Governo do Estado atendesse às reivindicações dos ambientalistas, em 1986. Somente em 1989, o Governador Tasso Ribeiro Jereissati assinou o Decreto Nº 20.253, de 05 de setembro de 1989, no qual *ficam declarados interesse social para fins de desapropriação, as áreas de terra compreendidas no*

⁷⁸ Carta do Movimento Ambientalista. 02 de junho, de 1986.

contorno do Projeto do Parque Ecológico do Cocó, delimitadas graficamente no levantamento aerofotogramétrico da Região Metropolitana de Fortaleza. As áreas de terra referidas destinam-se à implantação do Parque Ecológico do Cocó.

O decreto Nº 22.587, de 08 de junho de 1983, declarou de interesse social, para desapropriação, as áreas de ampliação do Parque Ecológico do Cocó, que pelos decretos, compreende trecho da BR-116 à foz do Rio, no Município de Fortaleza, perfazendo total de 1.155,2 hectares. O Parque Ecológico do Cocó está em processo de adequação ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, Lei Federal nº 9985, de 18 de julho de 2000, com proposta de denominação de Parque Estadual do Cocó.

Para os ambientalistas, a assinatura do decreto era de interesse do Governador Tasso Jereissati, em preservar as áreas de manguezal do entorno do Shopping Center Iguatemi, de propriedade de seu grupo empresarial. Conclusão comentada na narrativa de Vanda Claudino.

As ações do SOS Cocó resultou a criação do Parque Ecológico do Cocó. Teve o interesse do Governador Tasso Jereissati de deixar o Iguatemi bonito? Teve. Mas o Iguatemi poderia estar no lugar que está e o resto do manguezal também ter ido embora, ou terem construído outros equipamentos no entorno em lugar do manguezal.

A luta em defesa do Rio suscitam reflexões sobre dificuldades com relação à compreensão das idéias defendidas nas lutas ecológicas, cujo obstáculo é fruto, principalmente, da contraposição entre princípios ecológicos e interesses econômicos que defendem o modelo capitalista de desenvolvimento. A incapacidade do movimento local de superação da ordem estabelecida precisa ser analisada nacionalmente, em que acontecimentos ambientais repercutiam nos estados.

A elaboração da Política Nacional de Meio Ambiente, em 1980, foi fato relevante para a compreensão da política ambiental do Brasil, pois sua construção foi resultado da pressão do ambientalismo, da atuação de grupos de cientistas e da pressão dos investidores estrangeiros, que exigiam dos projetos contrapartida ambiental. A combinação de fatores contribuiu, até certo

ponto, para a conscientização da necessidade de buscar meios para barrar ou reverter o quadro de degradação ambiental do país.

A legislação ambiental⁷⁹ é considerada uma das mais avançadas, apesar disso, a sociedade não tem, hoje, na prática, sua regulamentação. A lei mostra a emergência da consciência ambiental, porém sua aplicação efetiva necessita o amadurecimento em todos os setores da sociedade para o efetivo funcionamento. Segundo José Augusto Pádua, permanece o desafio de condução do ambientalismo ao coração da política, entendida não como jogo partidário, mas como orientação social de uma comunidade, definição coletiva do destino do país, em outras palavras, como definição do modelo de desenvolvimento que se vai adotar doravante no Brasil⁸⁰.

A distância, entre o discurso da legislação e a realidade brasileira, é o reflexo de política complexa, em que a criação de leis⁸¹, de acordo com outro historiador José Augusto Drummond, atende aos objetivos dos governos em antecipar ou atropelar reivindicações da sociedade civil. As leis atropelaram o processo de conscientização de que as raízes do modelo capitalista fossem abaladas, de que resulta a falta de coerência entre os discursos do meio ambiente e o quadro de degradação em estados brasileiros.

A luta contra os princípios do modelo capitalista de desenvolvimento é um dos maiores desafios dos movimentos ambientalistas, no mundo, e não poderia ser diferente em Fortaleza. Os estudos do papel do ambientalismo buscam a análise, na perspectiva de sua complexidade para lidar com fatores no enfrentamento dos problemas ambientais. E neste sentido, afirmam a importância do papel do movimento, principalmente, no que diz respeito à busca de nova visão de mundo, de novos princípios orientadores da sociedade, com priorização da solidariedade entre os seres e o meio ambiente.

⁷⁹ Lei Nº 6938, de 31 de agosto de 1981. *Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.*

⁸⁰ PÁDUA, José Augusto. Natureza e Projeto Nacional: nascimento do ambientalismo brasileiro. In SVIRSKY, Henrique e CAPOBIANCO, João Paulo. (Orgs.). *Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: Instituto Socioambiental / Secretaria do Meio Ambiente de Estado de São Paulo, 1997. p. 13.

⁸¹ Drummond, José Augusto. A Visão Conservacionista (1920 a1970). In SVIRSKY, Henrique e CAPOBIANCO, João Paulo. (Orgs.). *Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: Instituto Socioambiental / Secretaria do Meio Ambiente de Estado de São Paulo, 1997. p. 19.

A realidade está na continuidade das agressões ao Rio Cocó. O artigo de Sílvio Gurjão, *A questão do Rio Cocó*, publicado no jornal O Povo, de 09 de abril de 1989, fala de denúncias de agressão ao Cocó, mesmo depois de criada a APA, o que demonstra a dificuldade concreta dos Poderes Públicos em aceitar a aplicação das leis ambientais.

Finalmente rompe-se o silêncio do poder econômico diante do crescente movimento SOS Cocó que, por seus propósitos e objetivos, pode consubstanciar-se num empecilho concreto aos projetos imobiliários dos grupos que monopolizam e especulam com o solo de Fortaleza. Mas como a este Poder não interessa o confronto direto com um movimento que estão na “moda”, tentam seus representantes, agora dominando o discurso e a cultura do Movimento Popular, indispor a população geograficamente envolvida na questão contra os ecologistas.



Figura 10. Charge de ilustração o artigo de Sílvio Gurjão. O Povo, dia 9.04.1989.

O artigo de Silvio Gurjão tratava do projeto que previa o aterro de *extenso trecho do manguezal do Cocó para o assentamento de cerca de 600 famílias*. Tem-se o desprezo com os aspectos ambientais pelos gestores públicos, que privilegiam a execução de obras, sem levar em conta a preservação das riquezas naturais e a inadequação dos terrenos impróprios para a construção de moradias. Além da falta de consciência e de sensibilização para as questões ambientais, o autor demonstra a estratégia do Governador Tasso Jereissati em desviar a seriedade do problema da construção da obra de aterramento do manguezal, ao tentar despolitizar o movimento ambientalista colocando-o contra os interesses da população que mora nas margens do Rio.

Alega o Governo que o SOS Cocó compromete o direito desta população permanecer próxima ao local de onde foi removida, quando defende a preservação de toda a bacia do Rio.

O ambientalista contrapõe, de forma irônica, os argumentos do Governo defendendo a segurança de moradia para a população de baixa renda com a frase: *pobre só pode morar em mangue ou em morro?* Sílvia rebateu a idéia do Governo de que há falta de consciência social dos ambientalistas ao não querer e não permitir a construção de moradias, às margens do rio que seria aterrado, em referência à luta de Chico Mendes no Acre. *Não é possível que nem depois do episódio “Chico Mendes” não tenha ficado claro o significado da luta político- ecológica no Brasil, gestada e parida na perspectiva de homem comum, principalmente daquele que, por sua cruel condição econômica, está mais susceptível aos descasos e desequilíbrios ecológicos, a começar pela sua condição inumana de moradia.*

A falta de interesse e conscientização da importância da preservação ambiental e implementação de uma política do meio ambiente, por parte dos Poderes Públicos, não subtrai o mérito da importância da atuação do movimento ambientalista, na cidade, mas suscita reflexões sobre os limites de sua prática, relacionados à forma como conduziram politicamente o movimento relacionado ainda às dificuldades em promover a luta contra os grandes interesses hegemônicos instituídos no Brasil.

Trechos da entrevista de Vanda Claudino demonstram que, de certa forma, a atuação do movimento teve relevância com relação as intervenções

urbanas, como a luta que garantiu, a Fortaleza, a preservação do exuberante patrimônio ambiental do Cocó. Na narrativa, há afirmação das lutas travadas, na década de 1980, e intervenção dos sujeitos, resulta na construção de parques e praças e áreas verdes, no entorno de lagoas, rios e riachos, retratada, ainda, certa incapacidade de organização do movimento, de forma a ser capaz de enfrentar a ganância empreendedora da classe dominante.

Esses grupos garantiam bastante, durante quase uma década, a importância do crescimento do Movimento Ecológico. É quando os Governos começam as brigas pra construir algumas das grandes obras do Governo Tasso Jereissati, da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Quando começaram a ser comprometidas pela ação do Movimento Ecológico, é quando eles começam a mudar o discurso. A fazer um discurso de não bater mais de frente, publicamente com o Movimento Ecológico, a bater só quando era interessante, pra desqualificar, pra xingar de eco xiitas e não sei o quê... e a investir também numa mobilização que pra quem tá de fora pensa que está sendo um governo com preocupações ecológicas.

Vanda Claudino, ao fazer breve avaliação do que o movimento ambientalista deixou em herança para a cidade, fez reflexão sobre a não efetivação de mudança de rumos, com relação ao modelo de desenvolvimento urbano que vem destruindo o patrimônio ambiental de Fortaleza até hoje, mas, por outro lado, valoriza a atuação dos ambientalistas ao citar as vitórias e desdobramentos de lutas do movimento.

Se a gente olhar pra cidade de Fortaleza ela está acabada, do ponto de vista ambiental e de qualidade de vida, mas ela seria muito pior!

Não tenho a menor sombra de dúvida que, se não tivesse tido essa ampla movimentação de mais de uma década de um grupo de pessoas que, com vontade, que resolveram botar a mão na massa. Não teria o Parque Ecológico do Cocó, o manguezal do Cocó, não teria a Lagoa do Papicu, nem a da Maraponga. Quer dizer, a pouco ou mínima quantidade de área verde existente hoje e algumas áreas que ainda funcionam como recepção de água e

etc... Então a situação poderia ser, sem dúvida, muito pior do que é hoje, se a gente não tivesse tido, o Movimento Ecológico, essa disposição de botar a mão na massa pra fazer essas brigas. Perdemos em inúmeros projetos, mas ganhamos em outros pontos e na formação de uma “cultura ecológica”, que se coloca hoje como maior do que qualquer um de nós.

Na opinião dos ambientalistas, a criação de áreas verdes, do Parque do Cocó e a conscientização da sociedade que, na época, apoiou a mobilização, são citadas como importante contribuição ao movimento. Os militantes do SOS Cocó compartilham da opinião da professora Vanda Claudino, a respeito da contribuição do movimento para a cidade. Flávio Torres considera como tendo sido um *grande serviço prestado* da SOCEMA à Fortaleza.

O Movimento teve grandes êxitos para a cidade, que foi a conservação dos coqueiros da Beira Mar, a criação do Parque Adahil Barreto e depois a ampliação com o Parque do Cocó. Pela proibição do aterramento de 600 hectares ali. Então a luta da SOCEMA foi de muito êxito, um serviço prestado muito grande à cidade.

Por sua vez, Rômulo Costa Lima, integrante do Partido Verde, ressaltou o *grande Movimento SOS Cocó*, por ter conseguido reunir as pessoas e atuar como um movimento social que agrega grupos sociais diversos.

Um movimento que agregou, que recrutou muita gente legal. Conseguiu juntar Universidade, movimento ambientalista, comunidade e tal. E... a gente foi pressionando, pressionando e... conseguimos com a Maria Luiza, eleita prefeita a APA, continuamos a pressionar depois por esse Parque Ecológico, em 90 eu acho, que o Tasso decretou. O que foi um grande marco. Na verdade assim... eu acho, existiram outros, outras lutas ambientais, mas o grande marco que concretizou, porque aqui juntou o pessoal.

No processo de reformulação da participação popular, com relação à gestão dos espaços públicos, o Movimento SOS Cocó atuou em meio às

transformações sociais, econômicas e políticas, em Fortaleza, na década de 1980. A política urbana, implementada em atenção aos interesses dos grupos políticos dominantes - coronéis, em convivência com interesses econômicos, passou, a partir do primeiro mandato do Governador Tasso Jereissati⁸², em 1987, a ser controlada por grupo ligado aos empresários do Centro das Indústrias do Ceará - CIC. Dessa forma, os espaços públicos continuaram em domínio de proprietários particulares, empresários e construtores, permanecendo o poder privado de grupos econômicos sobre as políticas públicas.

A análise histórica, com foco na ação social dos atores das lutas em defesa do Parque do Cocó, permite a compreensão dos limites de atuação do movimento e as contribuições no processo de transformação da estrutura social, de como eles ocuparam o espaço social. Pela composição da memória dos ambientalistas de fatos passados que levaram à construção do Parque, foi possível problematizar sua participação nos conflitos provocados, e perceber os atores políticos encontraram novas formas de diálogo com a sociedade, em período de transformações sociais posterior à abertura política do país e de Fortaleza. Pelo modo de abordagem dos problemas, os ambientalistas revelaram estratégias de inserção do discurso sobre questões ambientais, na pauta das discussões políticas e persuasão da elaboração e o cumprimento de leis que atendam às demandas da sociedade civil com relação ao meio ambiente.

Podemos perceber, pelo diálogo entre as fontes e as narrativas dos militantes do movimento ambientalista, que a memória da criação Parque do Cocó traz testemunhos de experiência significativa de parcela da população de Fortaleza, na maioria, pessoas da classe média e dos grupos de intelectuais acadêmicos. Memória não inserida no quadro tradicional da história local, pois se refere à experiência de minoria que, no entanto, abriu espaços para expor suas necessidades e criou caminhos alternativos de conquista de direitos sócioambientais. A luta ambientalista trouxe novas perspectivas às ações políticas, ao chamar a atenção da sociedade para as questões ambientais e,

⁸² Tasso Jereissati se candidatou a governador, a convite de Gonzaga Mota, num momento de disputa entre os coronéis. Jereissati passou por três mandatos (1987 a 1991, 1995 a 1998, e 1999 a 2002).

pelas estratégias de mobilização, conseguiu abertura de novos espaços de diálogo entre a sociedade e o Estado, segundo José Augusto Drummond, *a produção legislativa e a criação de instituições na área ambiental muito contribuíram para desmobilizar os movimento sociais propriamente ditos.*

O Movimento SOS Cocó foi singular pelo alcance das mobilizações de repercussão na cidade, tornando-o lugar de memória e ícone de lutas do movimento ambientalista, em defesa do meio ambiente em Fortaleza. Há de se considerar, ainda, na defesa do Parque, o “desconforto” entre lideranças que iria repercutir em ações futuras.

As ações do movimento, no final dos anos 1980, mostram que o ambientalismo foi caracterizado por conflitos de diversas ordens, destacados em narrativas que dizem respeito às fragilidades, fragmentações e contradições políticas da dinâmica do movimento. As limitações estão relacionadas aos conflitos internos, mas também ao desafio do ambientalismo, no enfrentamento com o modelo capitalista, responsável pela exploração ilimitada de recursos naturais e pela concentração de riquezas, nas mãos de poucos grupos hegemônicos. Como resposta às reivindicações ambientalistas, foi implementada, no final dos anos 1980, a sistematização da política institucional de meio ambiente, nos estados da Federação, inclusive do Ceará.

Com a criação de instituições governamentais ligadas ao meio ambiente, houve mudança de rumos dos movimentos que defendiam as causas ecológicas do país, pois parte dos atores começou a atuar no espaço institucional e, em consequência do processo, houve a desarticulação dos militantes, refletida principalmente entre os que iniciaram o movimento ambientalista e, em particular, ao papel que SOCEMA assumiu no novo contexto.

CAPÍTULO III - Novos atores, outras estratégias, velhos problemas

O movimento ambientalista, na segunda metade da década de 1980, foi um momento de ampliação dos grupos militantes, pela multiplicidade de atores provenientes de diversos lugares e diferentes concepções teóricas e ideológicas. A vitória do SOS Cocó, em 1986, marcou a trajetória dos ambientalistas e configurou-se como referência para os líderes do movimento. Todavia a análise da trajetória do movimento revela conquistas, riscos e desafios da prática social do movimento ambientalista, no período e, principalmente, debates que construíram a política ambiental, nos primeiros anos da década de 1990, com a inserção de outras intuições governamentais e não-governamentais. Nesse contexto, a composição do ambientalismo, na metade dos anos 1980, contou com uma multiplicidade de atores, ampliou a ação do movimento e, ao mesmo tempo, fez surgir divergências e contradições, em relação às concepções e metas a serem alcançadas. Aliás, esta é característica dos movimentos ambientalistas e ecologistas, a emergência de atores sociais com diferentes concepções, propósitos e reivindicações. Nesse momento, de aumento do número de participantes e de instituições ambientalistas, a SOCEMA sofreu profunda crise, culminando com a saída dos fundadores.

Entre 1976 e 1982, a SOCEMA, foi a única entidade à frente do movimento ambientalista, em Fortaleza, num contexto sem partido político, sindicatos ou organizações não-governamentais pensando o meio ambiente. Os representantes estiveram em diversas ações, tornaram-se referência para a cidade, no que diz respeito à defesa do meio ambiente e, pela análise das diversas narrativas, foi possível a observação de dificuldades em manter viva a vontade que lhes motivou a construir o movimento. Nas falas das lideranças, o desejo de agrupar pessoas em defesa do meio ambiente foi substituído, a partir de 1982, pelo sentimento de desânimo com relação à crença na importância de seu papel.

Embora alcançada a legitimidade e obtido o reconhecimento da sociedade, considerações dos militantes demonstram contradição da forma como os sujeitos organizavam o movimento. Marília Brandão ressalta que a

SOCEMA foi, desde o início, um grupo de amigos que tratou com dedicação e seriedade, a ecologia e a preservação ambiental em Fortaleza.

Não tinha essa competição pesada lá dentro. Tinha uma hegemonia muito grande porque a direção não brigava. As brigas mínimas ocorriam entre a gente eram metodológicas, por alguma coisa muito simples. E o que caracterizava mesmo era essa coisa, talvez muito mais do que os outros movimentos: nós éramos muito amigos. Um grupo de amigos que passou a se interessar pelo meio ambiente. E que tinha muito afeto, colocado no dia a dia, na maneira de se tratar, que era muito natural.

O grupo reduziu a liderança da instituição a pequeno círculo de amigos, destacados por Flávio Torres e Marília Brandão como um dos limites do movimento, pois os membros centralizaram as discussões e a organização das ações. Não houve, assim, a possibilidade de ampliar a participação de um número maior de pessoas, limitação observada nas falas, apresentada como um dos motivos de desarticulação do grupo.

Marília avaliou que o grupo precisava ter expandido o movimento para além do círculo de amigos. Ao lado desse aspecto, ela apresenta outra contradição na forma de condução das ações. Ao ocultar as divergências entre os demais participantes do coletivo, inclusive do presidente Dr. Joaquim Feitosa, eles impediram que as discussões ideológicas fossem aprofundadas, no sentido de fazer o debate sobre a relação entre problemas ambientais e fatores políticos de influência aos problemas. Apesar de o grupo ter claro que os aspectos ideológicos e políticos foram elementos significativos para a organização, os membros não aprofundaram as discussões sobre divergências e relação entre os princípios das ações ambientalistas. Diz ela:

A SOCEMA sempre tinha a postura de levar a informação, manter um pouco de tranqüilidade. As brigas internas ficavam entre a gente. Entre mim e o Flávio.

Uma vez nós discordamos em relação a uma carta, na época do Cocó. Ele fez uma carta agradecendo ao Rubens Costa. O Rubens Costa foi à televisão, dizer que o Banco compreendia o quanto era importante a questão ambiental. Só que ele, Rubens

Costa, quis passar por cima da gente, porque tava brigando desde o começo pra ficar lá. Quando ele viu que a causa estava perdida, ele vai lá pra capitalizar no final.

E o Flávio fez uma carta agradecendo a ele. Aí nessa hora, quando Flávio veio com a carta pra discutir comigo, eu disse que não assinava aquela carta, que pensava diferente. Aí fiz uma carta dizendo que ele tinha desistido porque a pressão tinha sido muito grande. Que o Parque era da cidade para todas as pessoas e etc.

Então essa postura política mais pesada era mais minha do que do Flávio. Uma postura mais radical, mais puxada pra crítica. Até pra evitar que não ficasse no nível de influência da gente, porque o Flávio tinha muita influência. Terminava o movimento ficando no nível da influência de amizade e não podia! Ficava uma coisa de colega. Tinha que ampliar o movimento.

Segundo Marília, a SOCEMA queria manter a imagem de harmonia da forma como tratavam das questões ecológicas, por isso não deixavam aflorar os conflitos e contradições entre membros. Em sua narrativa, apresenta a importância da participação de renomados professores da Universidade Federal do Ceará, em pesquisas e o viés científico dos argumentos que priorizavam a defesa da natureza apareceu esvaziado de sentido político, pois, nessas situações, o interesse das *personalidades* em contribuir com o trabalho da SOCEMA, que não queriam contrariar interesses maiores, era atribuído ao caráter neutro das ações.

Mesmo que cada um tivesse as suas referências ideológicas, separadas do grupo, no grupo o que contava eram essas preocupações: a preocupação ambiental legítima, com a natureza. E a SOCEMA fez viagens, que eu me lembro claramente, do Professor Melo, um Pedologista da UFC, o Professor Abreu Matos, o professor Afrânio da biologia. Então a gente viaja e sai pela serra, olhando, fotografando. Eram as personalidades daqui. O movimento tinha muito um viés científico, não tenha dúvida. Essa componente científica era muito clara nos discursos nossos.

Ambos, no entanto, tentam desvincular as ações de preservação das questões ideológicas, como se a transformação urbana pudesse acontecer sem vontade política que priorizasse a construção de uma cidade com mais espaços verdes, para a população, em lugar de áreas construídas de uso privado. Eles ressaltaram a abordagem científica como elemento forte que contribuiu para fortalecer as ações do grupo, mesmo com as diferenças ideológicas entre eles, *uma coisa mínima*, segundo Marília. Dessa forma, ao relembrar as ações ambientalistas, eles refletiram sobre a incapacidade de ampliação do movimento e de promoção das ações efetivas de pensar e propor transformações sociais, no sentido de garantir a preservação do patrimônio ambiental e cultural, destacada pelos entrevistados como objetivo maior do movimento, na época: a preocupação com o meio ambiente.

Além do teor técnico, outro elemento peculiar dos ambientalistas, a dimensão lúdica das ações, foi apresentada nas falas como característica que tirava do movimento a radicalização do sentido político da luta ambiental. Mas, ao contrário dessa interpretação, ao observar o detalhe das ações dos ambientalistas, percebe-se que o aspecto lúdico dos eventos foi utilizado como forma de expressão das reivindicações e estratégia de mobilização popular, para não deixar facilmente perceptível a intenção de desobediência ao regime ditatorial. A característica dos shows artísticos e piqueniques, organizados pelos ambientalistas, diferenciou da prática da esquerda radicalizada, que marcou a luta pela redemocratização do país, segundo Marília Brandão.

Essa responsabilidade com a informação acho que é do movimento ecológico como um todo, o cientificismo é do movimento ecológico. Acho que aqui... talvez essa coisa do lúdico.

Foi uma coisa muito interessante porque a gente não era aquela esquerda fechada, sisuda. De jeito nenhum! Era uma coisa muito feliz, eram pessoas felizes que faziam as coisas para se divertir também. O ato lúdico estava presente em todo momento. Desde a amizade entre as pessoas.

Há complexidade do movimento ambientalista, relacionada aos elementos políticos e ideológicos de sua dinâmica, que interferem e dificultam a compreensão dos seus princípios e objetivos das ações. Os fundadores da

SOCEMA citaram como fator comum de motivação do movimento, a experiência em militância política nos movimentos de esquerda do final dos anos 1960 e 1970, que criticavam as regras e princípios do regime imposto na ditadura militar. A visão crítico-social fundamentou as ações, no sentido da conscientização da necessidade da luta pelos direitos coletivos e iguais para todos e pela sociedade democrática. De acordo com as narrativas, estes foram fatores fundamentais para seu envolvimento no movimento ambientalista, que inseriu o direito ao meio ambiente saudável e equilibrado estendido às classes sociais, não só pra a classe privilegiada.

Na trajetória ambiental do final dos anos 1970, o caráter científico foi estratégia política, pois com argumentos técnicos, os militantes reivindicavam mudança de postura de dirigentes e gestores públicos, como, por exemplo, nos programas de governo, de limpeza das vias utilizando herbicidas e de construção do interceptor oceânico. Apesar do caráter político das ações, o grupo não aprofundou, nem expressou de forma clara, pelas discussões e ações, a relação entre os problemas ambientais e a ideologia dominante, que estimula o desenvolvimento tecnológico-industrial, a produção em larga escala e o consumo exagerado. Como estratégia para burlar a repressão do Governo Militar às reivindicações sociais, os sujeitos não puseram em evidência, a postura crítica de enfrentamento de impasses, ao tratarem da disputa entre interesses de pequenos grupos empresariais ou políticos e interesses de ambientalistas que defendiam a preservação do meio ambiente como um bem da sociedade.

Campelo Costa reiterou o interesse comum no meio ambiente e complementou que elementos subjetivos contribuíram para o desejo de atuar na preservação ambiental da cidade. Mas, ao dizer: *nós discutíamos a irresponsabilidade, a miopia, a falta de interesse dos administradores por essas questões*, verifica-se o tom de crítica à administração pública e a intenção de querer, de alguma forma, interferir no planejamento das ações dos governantes com a preocupação do meio ambiente.

Eu tenho a impressão, quer dizer, o nosso interesse nasceu em torno exatamente da questão ambiental, pela clareza que nós tínhamos da distância enorme das administrações públicas em Fortaleza, com relação a essas questões. Como era o abandono

total das praças. Eu acho que também foi uma coisa que veio do inconsciente, como uma vocação natural que essas pessoas tiveram em certos momentos.

Naquele momento nós discutíamos a irresponsabilidade, a miopia, a falta de interesse dos administradores por essas questões. Por exemplo, naquela época, em toda a Praia do Futuro, que pelo loteamento havia áreas determinadas para praças, foram doadas aos clubes das associações. Só quem não aceitou isso foram os arquitetos, de jeito nenhum. Porque nessa época a cidade já estava loteada, até as franjas dos rios. Então a expansão pra lá, já causava esse tipo de coisa, a praça que era uma determinação por lei, havia sido doada pelo prefeito.

As preocupações com a vida do Rio Cocó, Rio Ceará e Maranguapinho, eram questões que a gente tinha em mente. A crescente ocupação das dunas, que era muito insipiente na época, mas já nos alertavam pra certas preocupações. A inexistência de parques com o caráter de área verde, também, nos incomodava.

Em certos momentos, as questões ecológicas foram apresentadas sem aprofundamento de diálogo sobre a relação entre os problemas ecológicos e os fatores econômicos e políticos que geraram o desequilíbrio dos ecossistemas e conseqüente degradação do meio ambiente. Por isso, os ambientalistas e ecologistas foram considerados, pelos outros movimentos de esquerda, militantes sonhadores, distantes da realidade brasileira e preocupados apenas com a natureza, enquanto outras questões de luta de classes que se referiam aos problemas básicos de sobrevivência do povo eram prioritárias. Por outro lado, o pensamento tradicional de direita não percebeu o vínculo entre questões ecológicas e as críticas às concepções do modelo de sociedade, já que as atuações dos ambientalistas se concentrava nos aspectos ambientais e não em reivindicações por direitos democráticos, trabalhistas ou sociais.

Flávio Torres falou da dificuldade de compreensão de setores da sociedade, fruto da imagem de intelectuais de esquerda da época, de que as questões ambientais eram problemas da elite burguesa, que não se preocupava com problemas básicos da sociedade brasileira, como a

necessidade de emprego e renda, moradia, saúde e educação. Há resistência e preconceito com relação às questões ecológicas e às lutas ambientais por parte de grupos, que priorizavam as questões sociais, como a desigualdade entre as classes, e defendiam os direitos trabalhistas, por melhores salários e pela redemocratização.

Nós fomos esnobados como uma coisa de elite. E isso é, uma coisa que não tem nada a ver, é uma questão de sobrevivência. Então esse debate foi rico e acredito que tenha conscientizado muita gente na adaptação, no pensamento, colocando esse enfoque novo.

Agora, a linguagem e o discurso ecológico era absoluta novidade. A própria esquerda brasileira olhava pra isso com o nariz torto. O pessoal mais engajado na política via o meio ambiente como negócio de veado, de borboletinha, de florzinha, essas coisinhas... Até esnobavam um pouco.

Narrativas e documentos escritos mostraram as dificuldades dos sujeitos para lidar com a complexidade da relação entre ecologia e política, e para legitimar o debate ambiental diante da falta de conscientização da população sobre os reflexos da degradação ambiental urbana no cotidiano e na saúde dos habitantes. Os ambientalistas depararam-se, no início, com barreiras de diversas origens, o descaso dos governantes diante da destruição do meio ambiente, a reação dos setores empresariais e econômicos em defesa de interesses capitalistas, o preconceito da esquerda com relação às questões ecológicas e a falta de informações da sociedade sobre os riscos e perigos de determinadas intervenções no espaço urbano.

As análises dos acontecimentos pelos entrevistados, mostram que, na época, seria essencial ampliar o grupo para que o movimento tivesse aprofundado as discussões e fosse possível a continuidade das ações. Os líderes do movimento comentaram que a luta em defesa do meio ambiente necessitava conquistar maior apoio da sociedade para exercer a pressão necessária junto aos poderes públicos, pois os objetivos do ambientalismo se contrapunham aos interesses do modelo de desenvolvimento adotado pelos grupos que estavam no poder. Apesar do apoio da sociedade, que garantiu a conquista do Parque do Cocó, por exemplo, conforme Flávio Torres, teria sido

necessário buscar meios de envolvimento efetivo dos cidadãos para maior pressão na mudança de perspectiva de desenvolvimento que provoca a destruição do ambiente urbano.

Assim, a relação de amizade entre eles, no momento inicial, característica positiva do grupo, tornou-se obstáculo à ampliação das ações do movimento. Todavia a entrada de novos ambientalistas e organizações, das mais diferentes correntes, forçou a abertura do grupo e iseriu outros interlocutores sobre questões ecológicas, além da SOCEMA.

Flávio Torres, por sua vez, destacou o desejo comum, de pessoas em torno de questões ambientais: *transformar a cidade menos agressora ao meio ambiente* sobrepunha-se às diferenças ideológicas, principalmente, dos *mais velhos*, referindo-se aos professores da Universidade que apoiaram as ações.

A gente se reunia em grupo e como todo grupo não havia essa uniformidade, não é? Era natural que cada qual tivesse a sua visão. Mas de um modo geral o que nós fizemos reflete o que nós queríamos e mostrava nossa preocupação: transformar a cidade menos agressora ao meio ambiente, preservar parques, preservar esse aspecto da natureza.

Na redefinição do papel do movimento ambientalista, em Fortaleza, as lideranças da SOCEMA optaram pelo desligamento, com exceção do Dr. Joaquim Feitosa, que permaneceu na presidência da entidade. Flávio Torres e Marcus Vale não apenas se afastaram da instituição, como aos poucos distanciaram-se das ações em defesa do meio ambiente. A professora Marília Brandão, continuou ligada ao movimento, e contribuiu em diversas lutas, foi membro, do Conselho Estadual de Meio Ambiente – COEMA, nos anos 1990, representando o Departamento de Biologia da Universidade Federal do Ceará e o Conselho de Biologia (CRBIO 5).

3.1 SOCEMA deixa de existir na Semana do Meio Ambiente

Em meio às dificuldades e obstáculos do movimento, na época, Flávio Torres declarou, em junho de 1982, em nota do jornal O Povo, o fim das

atividades da SOCEMA. A nota divulgava informações sobre as atividades da Semana do Meio Ambiente, a serem realizadas por instituições em destaque a declaração de Flávio, sob o título *SOCEMA deixa de existir*, chamando mais a atenção para a instituição do que para as comemorações da data comemorativa, o que remete à relevância da instituição, com relação à luta ambiental.

Em entrevista ao caderno de domingo de O Povo, em abril de 1982, Flávio Torres expôs angústias, diante das dificuldades de luta na SOCEMA. Trechos revelam detalhes da avaliação de dificuldades que os membros da instituição se depararam e que não conseguiram se articular para superá-las. Os elementos analisados estavam relacionados à atuação do grupo e à realidade política brasileira quanto às questões ambientais, pois, conforme Flávio Torres, referem-se à concepção do modelo de desenvolvimento adotado no Brasil, seguido no Ceará, que necessitaria de transformação profunda quanto aos princípios e objetivos para reversão do quadro de degradação ambiental no Ceará.

O Povo – *A SOCEMA parou?*

Flávio Torres – *Parou. Por razões várias. A primeira é o fato do movimento, quer dizer, o tipo de luta ser extremamente desestimulante. Você não ganha nada, não tem o menor estímulo, não tem a menor realimentação no sentido de continuar. É uma coisa extremamente ingrata porque todo mundo é contra, na prática. Todo mundo é simpático, acha que é uma coisa importante, mas quando chega ao nível da autoridade, ao nível de aplicar, coisa que realmente o movimento precisa, todo mundo é contra. O meio ambiente mexe com interesses muito grandes, mexe com gente de muito dinheiro, com grandes indústrias, com grandes interesses imobiliários. Então esse pessoal todo, mais ou menos domina a cidade. Tem o domínio político e econômico da cidade.*

A segunda razão é mais circunstancial, é a função ocupada pelas pessoas. Eu sou professor da Universidade em tempo integral, passo o dia lá. Todo mundo que faz parte da SOCEMA é assim. Um faz mestrado, outro faz doutorado, um viajou para a Inglaterra, há todo um envolvimento pessoal e profissional da sua

atividade que não é a SOCEMA. É uma atividade de segundo tempo. Funcionava na base do entusiasmo, com recursos nossos.

Flávio Torres argumentou que a descontinuidade das ações do movimento foi o reflexo dos obstáculos com relação às concepções do modelo de desenvolvimento, em que se fundamenta a degradação ambiental. Mas os fundadores da SOCEMA estavam conscientes de que suas reivindicações se contrapunham aos interesses da elite e da classe dominante. A entrevista mostra que os motivos que, no início, motivaram a organização e criação da SOCEMA, ou seja, a vontade de contribuir para conscientização da necessidade de preservação ambiental, foi transformada em desestímulo às lutas ambientalistas. Outro obstáculo à participação no movimento, o lugar na universidade foi, na realidade, fator relevante na criação do ambientalismo que legitimou as ações do grupo.

Aspecto interessante estava no fato de que, na realidade a instituição não foi extinta, conforme Flávio Torres. Pelo contrário, continuou com o Senhor Joaquim Feitosa na presidência. A SOCEMA é mantida até os dias atuais, por Samuel Braga, ex-vereador pelo PDT, hoje, filiado ao Partido Verde. Sua observação é importante porque, para Flávio Torres, Marília Brandão e Marcus Vale, a SOCEMA *deixou de existir* porque foi totalmente descaracterizada dos objetivos iniciais. Com o afastamento dos fundadores, a SOCEMA assumiu o caráter técnico, sem diálogo com a sociedade e atendimento de denúncias e reivindicações da comunidade. O grupo dirigente optou por atuar como consultor em projetos de desenvolvimento, com pareceres técnicos, sem a militância política.

Na verdade, o grupo diretor, que se destacou no movimento ambientalista, desde a fundação, em 1976, afastou-se da instituição, permanecendo apenas Senhor Joaquim Feitosa, presidente da Sociedade. Não foi feita pelos ambientalistas entrevistados, nenhuma referência aos demais membros da SOCEMA, depois do afastamento do grupo fundador, com o movimento ambientalista, com exceção do presidente, respeitado pelas pesquisas e contribuições acadêmicas, ao meio ambiente no Ceará.

Sobre mudanças de atuação da SOCEMA, Marília Brandão afirmou que a instituição não foi extinta, mas, com o desligamento de Flávio Torres, não houve, continuidade das ações, em prosseguimento aos objetivos, traçados

pelos fundadores, ligados ao caráter combativo da instituição na defesa da natureza.

Em 80 eu já não estou fazendo parte da Socema. Foi uma época em que me casei e pá, pá, pá. O Marcus viaja, vai fazer Doutorado. Aí esse afastamento foi fundamental pra coisa cair um pouco. Aí continua, mas continua um trabalho do Feitosa, aquela época em que entra aquele arquiteto, o Jorge Neves. A Socema continua, claro, mas as ações passaram a ser muito mais burocrática e técnica, de fazer relatórios, mandar carta e etc, do que uma coisa mais de rua, de denúncia, como era nosso caso.

Flávio também se afasta por causa da reorganização partidária do PDT. E ele não queria fazer a confusão entre o partido e o movimento da SOCEMA. Ele preferiu sair. Então Feitosa fica lá e pessoas mais ligadas a essa coisa da ecologia. A saída do Flávio foi uma perda muito grande que a SOCEMA teve.

Com o afastamento dos fundadores, outras pessoas assumiram a direção da SOCEMA e deram prosseguimento às ações. As diferenças do novo papel foram destacadas por Marília Brandão, que demonstrou resistência com relação às intenções dos gestores da instituição.

Samuel Braga ganhou a eleição pra presidir a SOCEMA. Depois até eles me chamam pra uma reunião porque queriam que a SOCEMA virasse uma coisa de fazer projetos. Eles tinham grande interesse em transformar a SOCEMA numa ONG com projetos e com dinheiro rolando. Então, mesmo sem estar na SOCEMA eu fui chamada para essa reunião pelo Feitosa.

Porque o Feitosa jamais deixaria que se tomasse uma decisão dessa sem nos consultar, porque nós éramos os pais da SOCEMA.

E eles tinham medo porque a gente não deixaria usar o nome da SOCEMA para fazer qualquer brincadeira.

Marcus Vale considera que, com o afastamento dos fundadores, a SOCEMA perdeu a característica marcante, motivo de sua criação, a de

instituição ambientalista de combate, de denúncia contra ações de degradação ambiental. Marcus Vale comenta a mudança nos objetivos de atuação da instituição, entre 1976 e 1980, marcada pelas manifestações públicas. Além de fazer referência à composição do novo grupo de dirigentes, Marcus Vale traz outro fator relevante na transformação do papel da SOCEMA: a abertura política que possibilitou alternativas à organização da sociedade.

Em 79 eu fui pra Oxford, fazer meu Doutorado. Eu fiquei em contato com algumas pessoas por carta, então me contavam algumas manifestações da SOCEMA. Incluindo outras atividades com o Parque do Cocó mesmo, porque na época estavam criando o Iguatemi, que estava exatamente aterrando o mangue. Aí a SOCEMA mais uma vez se manifestou publicamente e organizou shows, com artistas mais famosos, acho que Fagner, Rodger, Rogério, Teti, em fim. Mas eu já não estava mais aqui.

Quando eu voltei, em 83, a SOCEMA estava bem diferente. Já tinha um novo presidente, que eu não conhecia. Que eu tenha notícia a SOCEMA não fez mais manifestações públicas. Também houve a abertura política, as coisas passaram a ser discutidas em comitês e etc.

Samuel Braga, presidente da SOCEMA, falou sobre as ações, afirmando que, até hoje a instituição está atuante, contrapondo-se à opinião dos ex-líderes.

Eu cheguei a assumir a SOCEMA em 96, quando percebi que vários desses fundadores mais antigos já não tinham interesse em tocar a SOCEMA. Então tivemos uma reunião e eles me convenceram que eu deveria assumir e tal. Pra que a SOCEMA se mantivesse ainda viva. E eu to levando esse barco desde 92 até 2000, levei a SOCEMA sozinho, sem apoio de Governo ou de entidades e hoje ela está ainda resistindo, lutando, atuando também em forma de projeto com educação ambiental. E a entidade ainda está viva, não desapareceu como muitas outras que desapareceram do mapa e com disseram.

Para os fundadores da SOCEMA, a instituição construída por eles, simbolicamente, deixou de existir, pois não mais organizou ações de denúncia e de combate a degradação na cidade.

O desânimo de Flávio Torres e o sentimento de derrota impediram o reconhecimento, na época, da relevância do papel da SOCEMA para o movimento ambientalista local, por terem sido pioneiros na mobilização das ações coletivas, em período de repressão militar, por terem apresentado, à sociedade, debates ecológicos, discutidos no mundo e no Brasil e por terem tornada pública a importância das questões ecológicas, imprescindíveis às discussões sobre questões sociais urbanas. Além de não ter considerado as conquistas, Flávio Torres não percebeu que, naquele período, o movimento começava a ganhar novos adeptos e fortalecia a luta ambiental.

A avaliação de Flávio Torres mostra a visão do papel da SOCEMA, em meados de 1980. Há diferença entre a autocrítica, da época, e as considerações da entrevista realizada no ano 2003. A análise inicial, que descaracterizou a importância do papel das ações do movimento ambientalista, mostrou-se reduzida. Mas a forma limitada com que considerou o valor de suas ações pode ser compreendida na perspectiva do historiador de que é preciso certa distância para que os fatos possam ser analisados de acordo com os valores atribuídos. Enquanto ele estava *presente no seu próprio fazer-se*, não foi capaz de observar o processo como um todo. Mas a análise, atual, distante dos acontecimentos, permitiu que Flávio Torres percebesse os detalhes das formas de agir dos ambientalistas da época e, daí pôde dar significado ao passado, no momento em que compreendeu o momento histórico.

Relacionando os acontecimentos nacionais do final da década de 80, com a intensificação dos debates, sobre as questões ecológicas, se legitimou a participação dos ambientalistas na política nacional, em Fortaleza, deu-se a desarticulação e o afastamento dos sujeitos fundadores da SOCEMA. Flávio Torres se desligou do movimento e se engajou no Partido Democrata Brasileiro – PDT, sem a bandeira verde como orientação política do partido ao qual se filiou.

É interessante destacar o que foi peculiar do ambientalismo, apresentando dificuldades e limites do movimento, relacionados com incapacidades internas do grupo e também com a dificuldade da luta

ambientalista, no que diz respeito à incompreensão, na prática, dos conceitos ligados à preservação ambiental. As opiniões dos ambientalistas, inclusive do próprio Flávio Torres, que se mostrou pessimista nos anos 1980, demonstraram o significado do movimento e a importância de suas ações:

Flávio Torres:

O Movimento teve grandes êxitos para a cidade, que foi a conservação dos coqueiros da Beira Mar, a criação do Parque Adahil Barreto e depois a ampliação com o Parque do Cocó. Pela proibição do aterramento de 600 hectares ali. Então a luta da SOCEMA foi de muito êxito, um serviço prestado muito grande à cidade.

Joaquim Cartaxo:

Bom, no período dos anos 80, acho que o movimento contribuiu para que a questão ambiental fosse incorporada pela sociedade.

Acho que a gente conseguiu sensibilizar a sociedade para essa questão. E tinham questões, que aí tem o lado psicológico, que são as referências das pessoas com o lugar. Quer dizer, os coqueiros da Beira Mar compõem a paisagem da cidade. É o cartão postal. Infelizmente não são também os mangueirais da Messejana. Então, isso pra mim é marcante isso de ter sensibilizado com a conscientização para olhar para o ambiente.

Do ponto de vista geral, acho que a conscientização. E o grande ícone desse processo, poderíamos chamar assim, é o Parque do Cocó. É o que marca o movimento. SOCEMA significa a criação do Parque do Cocó. Não estou falando da extensão marcada depois, mas o decreto de 1979 que desapropria a área.

Entrevista com Marcus Vale:

Depois que a gente começa a falar e lembrar, não é? ... é que a gente vê que tivemos uma importância grande para a cidade e deixamos marcas. O Parque Adahil Barreto é uma marca. O Parque do Cocó foi garantido por nós.

Mas nós deixamos outras marcas, que não são explícitas, nós deixamos marcas nas consciências das pessoas. Elas passaram a discutir sobre meio ambiente, a olhar como o meio ambiente estava. Essa é outra grande contribuição da SOCEMA. Nós fomos os pioneiros na discussão dessa questão de meio ambiente na cidade e no Ceará.

Clélia Lustosa

Acho que contribuiu. Não dá pra quantificar. Mas nos próprios anos 70, quando as pessoas vão participar do piquenique ecológico. Já é o início da conscientização. Quando a Escola Vila levava as crianças pra Assembléia. As denúncias nos jornais, o movimento nas ruas. Tudo isso acabou sendo incorporado pelas pessoas, pelas escolas e passou a fazer parte do cotidiano. Acho que hoje as pessoas estão conscientes da questão ambiental. Claro que muito ainda precisaria ser feito para transformar em coisas, ações concretas. Porque a questão econômica é tão forte que a questão ambiental fica em segundo plano, ainda.

Acho que a principal contribuição foi conscientização para a questão, depois a criação dos parques. Parque do Cocó, a criação das APAs, APA do Rio Ceará, APA do Rio Cocó. As legislações, a legislação contemplar a questão ambiental. Quando os políticos se apropriam desse discurso é o reconhecimento de uma conquista, né? Algo que se tornou lei, que se tornou plano de governo.

É interessante que as esquerdas se apropriaram desse discurso, diferente da Europa onde o discurso ambiental é bem incorporado pela direita.

A dinâmica do ambientalismo mostrou que o movimento estava inserido em um contexto político mais amplo, e os atores introduziram reflexões sobre os problemas ambientais, causas e a relação da degradação da natureza com o modelo de desenvolvimento adotado e difundido pelos países industrializados, não só os capitalistas, mas também os países do leste da Europa, tecnologicamente desenvolvidos. O trecho da narrativa de Marília

Brandão demonstra a forma de abordagem dos problemas ecológicos, em análise mais integrada, entre os diversos fatores geradores do desequilíbrio ambiental.

No início dos anos 1980 se discutia a questão ideológica, a questão tecnológica, científica e a questão do crescimento, discutia a questão dos limites, até onde nós podemos ir. Os grandes debates que nós fazíamos eram baseados por essas idéias, que vinham do Clube de Roma. Essa coisa toda era conversada aqui. O que tinha acontecido na primeira reunião de Stocolmo. Todas essas informações, que eram coisas que eram discutidas há 3 ou 4 anos, no cenário internacional eram colocadas nos nossos discursos, eram reproduzidas nas nossas falas, nas palestras, nas conferências em colégios. Tinha muita informação científica, mas tinha muito de responsabilidade social.

O julgamento dos ambientalistas, no presente, não modifica os fatos mas os valores construídos, ao longo do processo histórico, tornaram a memória significativa para os que vivenciaram o movimento. Segundo E. P. Thompson, reconstituído o processo vivido, tem-se a liberdade de oferecer o julgamento e de elaborar a interpretação de acordo com a perspectiva de análise dos fatos. De acordo com suas próprias palavras:

Nosso voto nada modificará. E não obstante, em outro sentido, pode modificar tudo. Pois estamos dizendo que esses valores, e não aqueles são os que tornam a história significativa para nós, e que esses são os valores que pretendemos ampliar e manter em nosso próprio presente.⁸³

Os conflitos do movimento estão relacionados à complexidade e diversidade das questões dos movimentos ecologistas e ambientalistas, e às nuances de abordagens, desde as mais superficiais, que tratam, de forma romântica, os problemas ecológicos, até as mais profundas, que buscam a crítica dos princípios filosóficos que orientaram a relação entre natureza e

⁸³ THOMPSON, E. P. Miséria da Teoria. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 53.

cultura. Ao aprofundar os fundamentos e causas da crise ecológica, o movimento ambientalista abordou aspectos da realidade, tratando de problemas que afetam a vida cotidiana, ao mesmo tempo em que discutem os princípios teóricos que orientam o modelo de desenvolvimento degradador da natureza e da cultura.

3.2 Correntes de pensamento ambientalista

Ao refletir sobre a civilização moderna e princípios que a orientam, o debate ambiental, a partir dos anos 1980, tornou-se complexo, com muitas contradições, por não se limitar a buscar simplesmente soluções para problemas ecológicos específicos. As discussões e tendências do pensamento ambiental começaram a partir de análises de conexão entre natureza e cultura. O estudo das correntes de pensamento ecológico ajuda a compreensão das abordagens e perspectivas de visões de mundo de determinados grupos ambientalistas.

Algumas linhas partem da crítica ao pensamento moderno que, cristalizado, não permite a flexibilização do pensamento na abordagem, segundo o princípio da visão integrada entre o homem e o meio ambiente. Importante estudioso da atualidade, o físico Fritjof Capra, por exemplo, destaca que a ênfase ao pensamento racional pela cultura ocidental resultou no esquecimento de que os indivíduos são um organismo total, e não só a mente racional. Esse esquecimento provocou a divisão de mente e corpo, marcada pela famosa frase de Descartes: *Penso, logo existo*. O pensamento ligado à razão e separado do corpo fez com que os seres humanos se desligassem do meio ambiente natural. Essa forma de pensar *gerou a divisão entre espírito e matéria levou à concepção do universo como um sistema mecânico que consiste em objetos separados, os quais, por sua vez, foram reduzidos a seus componentes materiais fundamentais cujas propriedades e interações, acredita-se, determinam completamente todos os fenômenos naturais*⁸⁴.

⁸⁴ CAPRA, Fritjof. O Ponto de Mutação. São Paulo: Cultrix, 1982. p. 37.

A supervalorização do pensamento racional e do conhecimento científico deixou, em segundo plano, o valor da ética e da espiritualidade, o que orienta até os dias atuais, o desenvolvimento das ciências modernas. Segundo Capra, a fragmentação e supervalorização em um *pensamento analítico e linear levaram a atitudes profundamente antiecológicas*⁸⁵, e geraram a incompreensão dos ecossistemas compostos por sistemas não lineares pelo próprio pensamento mecanicista. A tecnologia, com base na linearidade, que acredita no crescimento econômico e tecnológico indefinido, tem como objetivo o controle das riquezas naturais e a produção em massa e tem promovido um *meio ambiente simplificado, sintético e pré-fabricado*⁸⁶. Portanto, para se ter consciência ecológica é preciso relacionar ao pensamento racional *uma intuição da natureza não-linear de nosso meio ambiente*.

O pensamento ecológico ou ambientalista propõe a multiplicidade de reflexões, relacionadas às diversas áreas de conhecimento. Desde questões mais específicas ligadas às ciências exatas e procedimentos tecnológicos até reflexões mais abrangentes e subjetivas relacionadas, por exemplo, aos princípios filosóficos nos quais se fundamentam as visões de mundo das sociedades modernas. Por considerar a multiplicidade de abordagens, o debate ecológico caracteriza-se por correntes de pensamento, que priorizam uma ou outra área de pensamento, e orientam as ações do movimento. As correntes são fundamentadas em enfoques e teorias ligadas às escolas de pensamento ecológico, comentadas por Antônio Carlos Diegues⁸⁷.

Para o autor, as correntes do movimento são ligadas a duas perspectivas: biocêntrica ou antropocêntrica. Sob a perspectiva biocêntrica, considera-se o mundo natural na totalidade, em que o homem está inserido como qualquer ser vivo. A visão antropocêntrica parte da dicotomia homem e natureza, na qual o homem tem prioridade e direito de controle sobre a natureza, sobretudo por meio da ciência moderna e da tecnologia. Diegues propõe uma análise mais aprofundada de escolas recentes como a Ecologia Profunda, a Ecologia Social e o Eco-Socialismo/Marxismo.

⁸⁵ Idem. p. 38.

⁸⁶ Idem. p. 41.

⁸⁷ DIEGUES, Antônio Carlos. *O Mito da Natureza Intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.

O conceito Ecologia Profunda (Deep Ecology) foi criado pelo filósofo norueguês Arne Naess, em 1972, com o objetivo de aprofundar o sentido de ecologia, além do simples nível factual de ciência, para outro mais profundo, de consciência ecológica. É um enfoque com preponderância biocêntrica, pois os autores consideram que a natureza deve ser preservada por ela mesma, mas com influência espiritualista. A escola adere aos princípios dos direitos intrínsecos do mundo natural, dando importância aos princípios éticos, como orientação das relações entre os seres humanos e a natureza.

A escola Ecologia Social tem, como teórico principal, Murray Bookchin, professor de ecologia social, conhecido ativista ambiental norte-americano, criador de *Ecology and Revolutionary* (1964). De acordo com essa escola, a degradação ambiental é vista como diretamente ligada aos imperativos do capitalismo, com forte influência do pensamento marxista, pois acredita que a acumulação capitalista é a principal causa da degradação do planeta. São considerados anarquistas e utópicos, por isso se distinguem dos marxistas clássicos.

O Eco-Socialismo ou ecomarxismo foi criado no movimento de crítica interna do marxismo clássico, em relação à concepção do mundo natural. Os ecomarxistas criticam a visão da natureza estática, ou apenas objeto da ação transformadora do homem, por meio do trabalho, pois, de acordo com a visão da sociedade capitalista, a natureza não é reconhecida como poder, mas como objeto de consumo ou meio de produção.

A caracterização das diferentes correntes de pensamento ambiental contribui para a compreensão das dimensões das posturas tomadas por grupos de ecologistas e ambientalistas, mas é importante lembrar que há a possibilidade de várias combinações, com maior ou menor influência, de uma ou outra corrente. Entretanto a observação dos diferentes grupos de atores do movimento ambientalista, em Fortaleza, mostrou que não poderia ser feita uma classificação destes grupos, de acordo apenas com a fundamentação das correntes específicas, pois os ambientalistas na época não se identificavam com uma ou outra corrente de pensamento.

Para compreender a formação dos grupos ambientalistas e as diversas posições dos atores, Eduardo J. Viola e Hector R. Leis classificaram nove

categorias de análise dos grupos atuantes no Brasil⁸⁸, até 1985, *de acordo com a constante disseminação da preocupação pública com a deterioração ambiental que transformou o ambientalismo num movimento multissetorial e complexo na segunda metade da década de 80:*

1. Associações autodenominadas ambientalistas e o movimento ecológico *stricto sensu*;
2. Setores ecologistas da comunidade científica, presentes hoje nas universidades e institutos de pesquisa;
3. Partido verde;
4. Pequenos e médios empresários que incorporam a dimensão ecológica na racionalidade microeconômica;
5. Grupos e redes orientados para o desenvolvimento do potencial humano;
6. Comunidade dos técnicos das agências estatais voltadas para a defesa do meio ambiente;
7. Movimentos sociais que incorporam a proteção ambiental como dimensão relevante;
8. Ambientalismo religioso que vincula a problemática ambiental à consciência do sagrado e do divino;
9. Ambientalismo de indivíduos coletivos formadores de opinião (educadores, jornalistas e artistas), preocupados com a problemática ambiental e com a capacidade de conscientização das pessoas.

A socióloga Solange Silva-Sánchez, por sua vez, classificou os militantes da questão ambiental, em duas categorias: *ambientalistas* e *conservacionistas*, tendo em vista a visão de mundo e posturas políticas diferenciadas. As ações de maior tendência ambientalista têm como objetivo *promover uma conscientização ecológica a partir de causas e valores mais gerais como a defesa de um meio ambiente sadio e equilibrado, de mudanças dos valores éticos da sociedade em relação à natureza, do ecologismo-pacifismo, da preservação da vida e do patrimônio natural e cultural da*

⁸⁸ VIOLA, Eduardo; LEIS, Héctor. O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In Vários autores. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez/ Universidade Federal de Santa Catarina, 1998. p. 135.

*humanidade*⁸⁹. Os conservacionistas mostram preocupação maior em *formular as práticas de usufruto dos bens naturais, através da utilização dos conhecimentos técnico-científicos disponíveis, o que deverá garantir uma sobrevivência adequada do homem e do planeta*⁹⁰. Os ambientalistas estão mais ligados ao ativismo relacionando problemas ecológicos às causas sociais, à denúncia e à contestação, enquanto que os conservacionistas querem desenvolver projetos que possibilitem o uso racional das riquezas naturais.

3.3 De onde vêm os ambientalistas

Se no movimento ambientalista do final dos anos 1970, notadamente liderado pelos membros da SOCEMA, predominou o caráter combativo de denúncias, com privilégio dos aspectos técnicos e científicos como orientação primeira das ações, na década de 80, as preocupações se relacionavam com a preservação do patrimônio natural e cultural. As diferenças, a partir dos anos 1980, entre militantes do ambientalismo em Fortaleza, estão relacionadas à sua origem, com diferentes perspectivas de concepção do meio ambiente. Havia entre esses atores, preocupação com questões técnicas dos problemas ecológicos que propõem soluções objetivas para minimizar ou evitar a degradação ambiental. Havia também os que, com vivência nos movimentos de esquerda e no movimento estudantil da década de 1960, mantiveram postura mais crítica com relação às medidas antidemocráticas dos governantes e defenderam propostas de transformação para a cidade, no sentido de possibilitar a gestão territorial mais justa, para que a população participar da organização e uso dos espaços urbanos.

Os militantes, indiretamente, questionavam as estruturas nas quais se fundamentava o processo de desenvolvimento ditado pelas instituições políticas e econômicas hegemônicas, detentoras do poder sobre a economia de mercado, na comercialização do meio ambiente. Ao questionar o modelo de

⁸⁹ SILVA-SÁNCHEZ, Solange. *Cidadania Ambiental: novos direitos no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2000. p. 48.

⁹⁰ Idem. *Ibidem*.

desenvolvimento, mesmo superficialmente, abordavam princípios de orientação de atitudes dos seres humanos entre si e com a natureza.

Entre os componentes do Partido Verde havia a preocupação com a consciência ecológica e com os aspectos da natureza, que precisava ser preservada por seu valor próprio, tendência dos conservacionista de visão biocêntrica. Por defender prioritariamente as causas ecológicas, sem fazer relação entre problemas sociais, e não terem experiência anterior em movimentos políticos, os membros do Partido Verde foram considerados sujeitos *despolitizados*. Os movimentos de esquerda, ou o próprio movimento ambientalista mostrou-se certa incompreensão da postura política de “defesa do verde”. Conforme a fala de Vanda Claudino.

O Movimento Ecológico em Fortaleza foi muito particular porque ele agregou conhecimento técnico, que impediu durante muito tempo essa leitura do ecologismo verde, quando começa a surgir o Partido Verde, com o Joãozinho e o Sílvio Gurjão à frente. E era uma grande briga: nós do Movimento Ecológico e o Partido Verde que era outra coisa. Brigas enormes porque o Partido Verde estava discutindo a questão dos bichinhos e das plantinhas e não tinha uma visão política definida.

A professora Vanda Claudino apresentou os mesmos elementos de análise utilizados, no final dos anos 1970, quando a ecologia era considerada de forma preconceituosa pelos militantes, segundo Flávio Torres a respeito de como a sociedade, no geral, reagia aos debates sobre meio ambiente.

(...) Agora, a linguagem e o discurso ecológico era absoluta novidade. A própria esquerda brasileira olhava pra isso com o nariz torto. O pessoal mais engajado na política via o meio ambiente como negócio de veadinho, de borboletinha, de florzinha, essas coisinhas... Até esnobavam um pouco.

Nós fomos esnobados como um movimento de elite, e isso é uma coisa que não tem nada a ver, pois a ecologia é uma questão de sobrevivência. Então esse debate foi rico e acredito que tenha conscientizado muita gente na adaptação, no pensamento, colocando esse enfoque novo.

Vanda Claudino fez uma análise reduzida por não perceber a defesa das questões ecológicas como postura política, no entanto ela recebeu, no espaço político do Partido dos Trabalhadores – PT, as mesmas críticas feitas por ela aos membros do Partido Verde. Ou seja, na origem, de onde traz a bagagem e a fundamentação política, havia barreiras à compreensão das questões ecológicas. Encontram-se, em sua fala, elementos significativos de como a questão ecológica foi sendo incorporada, ao longo dos anos, no processo de abertura das discussões das causas da humanidade, que precisam ser atendidas, o que demonstra mudanças de visão de militantes dos partidos de esquerda com relação à importância da causa ecológica para a sociedade, dentre outras questões.

A partir de 88, começa a mudar a cara da questão ecológica, porque como o Poder, os Governos viram que a questão ecológica tinha um potencial para mobilizar as pessoas. Eles começaram a se apropriar dos discursos. Então quem não estava dentro da história, chegou a ponto de não saber quem defendia o quê! Porque teve uma guerra! Até na época que a Maria Luisa foi prefeita, quando ela era só de esquerda, a questão ecológica entrava um pouquinho só. Porque esse povo de esquerda não aceitava ecologia, era uma grande briga.

Eu era, eu sou filiada ao PT, e nesse período mesmo, 83 e 84, eu fazia parte do Diretório Estadual, e foi criada uma Sub Secretaria de Ecologia. Era uma guerra! Uma guerra, uma guerra... Com Pedro Ivo⁹¹, até. Porque eles, o pessoal de esquerda não aceitava nada que fosse associado à ecologia. Como se vai defender animais e plantas quando o povo ta morrendo de fome? Era o que diziam.

Era uma situação complicada, do ponto de vista da sociedade civil. Porque as pessoas que tinham alguma visão crítica de mundo, de esquerda, não queriam, absolutamente discutir essa

⁹¹ Vanda se refere a Pedro Ivo de Souza Batista, militante do PT, ligado neste período às causas sindicais, que passa a fazer parte do ambientalismo nos anos 1990, se tornando uma referência no tema ambiental. Ocupou a posição de Secretário de Meio Ambiente e Controle Urbano de Fortaleza e atualmente é assessor da Ministra do Meio Ambiente Marina Silva.

questão. Estavam no movimento dos trabalhadores rurais, que era forte, com a Pastoral e sua atuação muito forte. E a questão da qualidade de vida, do índio, da mulher, do negro ou do meio ambiente não eram temas que pudessem ser abordados nesse momento pelo PT, que era o partido de esquerda. Muito menos pelo PC do B, que era mais tradicional que os partidos jovens.

Então a briga era tão grande dentro da esquerda, quanto era com Poder instituído. Aí depois o tema foi ganhando importância na sociedade, do mesmo jeito que os governos começaram a utilizar os discursos como favorável a eles, a esquerda também foi se abrindo e no meio desse processo alguns esquerdistas avançaram.

Como Pedro Ivo, que era só sindicalista e agora é ecologista de coração. Como ele, outras pessoas viram de outra forma o mundo, abriram e entenderam... pra tudo, como pra questão do homossexualismo, dos negros dos índios e etc e levou também a questão ecológica.

Do ponto de vista de João Saraiva, os integrantes do Partido Verde já compreendiam, nos anos 1980, que as questões ecológicas não poderiam estar desvinculadas das questões sociais:

O Rio Cocó é importante por ser um rio, mas é importante também pra você porque tira a pesca. É importante inclusive porque na época das chuvas, se as pessoas continuam aterrando o rio, há enchentes. O Lagamar é o primeiro a ser inundado.

Eu digo sempre que em meio ambiente, todos perdemos com o meio ambiente degradado, mas as pessoas mais simples, as pessoas mais pobres sofrem mais porque elas estão lá, vivendo as margens do rio, em lugares insalubres. Estão lá com a duna, com medo de se a duna vai soterrá-los ou não. Ou seja, sempre eles sofrem mais porque vão pra essas áreas que são chamadas de áreas de risco, que eu não gosto dessa denominação. São áreas de preservação.

Para João Saraiva, a mídia televisiva, a imprensa escrita e os adversários políticos contribuíam para difundir a visão de que os militantes

eram vistos como defensores unicamente do verde. Além da influência da imprensa e a ênfase dos problemas ecológicos, João Saraiva considera que, na época, a inserção das questões ambientais como tema político, ou seja, a natureza como causa política, não havia ainda sido compreendida pela sociedade dos anos 1980.

Já nos anos 80 a prática do PV e a teoria ecológica já mostravam na época as relações da ecologia com tudo, e uma preocupação com o social, embora a gente jogasse pra sociedade e pra mídia essa coisa forte da ecologia. Era a forma que a gente tinha, no primeiro momento, de ter o contato direto com a sociedade. Ou seja, o Movimento Ambientalista como um todo fortalecia muito a questão ambiental.

(...)

Ainda sobre a relação do meio ambiente com o social, isso sempre foi muito claro pro Movimento Ambientalista, pros participantes da SOCEMA. Professores que tinham essa visão. Evidente que pra uma sociedade que não tinha ouvido falar em ecologia e em movimento ambientalista você tinha que, estrategicamente chegar pra sociedade de forma mais fácil. E a forma mais fácil era falar do rio, das lagoas, da vegetação, de forma a ser uma coisa mais simpática pra atrair essas pessoas e pra atrair também a mídia, que também não tratava essa coisa, assim com muita clareza.

Ele falou da estratégia utilizada pelos atores para inserir as discussões dos problemas ecológicos nos debates públicos e políticos. Depois, João Saraiva comenta a origem da criação do Partido Verde, percebe-se aí a importância do movimento para a cidade, que motivou atores, recém-ingressos nas ações, a criarem o partido em Fortaleza.

Aí eu entro mesmo, de forma organizada na questão da militância do Partido Verde e do Cocó. Eu digo sempre que: a luta do Cocó se confunde com a criação do Partido Verde no Ceará. Ele nasce exatamente com a discussão do manguezal do Rio e nós tínhamos como alvo de trabalho o Rio Cocó, que foi basicamente o

símbolo do Movimento Ambientalista no Estado do Ceará. Nasceu ali.

Em 1985 quando do lançamento do SOS Cocó, a gente já tinha tanto essa compreensão do social, que pra essa manifestação nós fomos fazer um trabalho lá no Lagamar. Nós tínhamos uma cobra a Co-cobra, acho que tem fotos dela, que era feita de armação de ferro e uma roupagem de tecido, muito bela e a gente ficava embaixo dessa cobra, andando com ela. Nós entramos no Lagamar com panfletos, convidando as pessoas a participarem do evento do SOS Cocó, mostrando pra elas que o Cocó não era importante só, por exemplo, como diziam que o movimento ambientalista era coisa de classe média, de pequeno-burguês que já tinham seus problemas resolvidos. E nós dizíamos o contrário: que se o Cocó era importante pra mim ou pra outros, nessa perspectiva de lazer e de paisagem, pra as pessoas que moravam próximo tinha um outro componente além da paisagem, além do lazer; era o componente de sobrevivência. Então, na época foi feito um levantamento e concluímos que, somando as famílias, mais de 12 mil pessoas necessitavam do Rio pra sobreviver e pescar, que na época você tinha uma abundância de peixe.

Os conflitos levantados nas falas de Vanda Claudino e João Saraiva remetem a diversos enfoques e temas, a que a degradação do meio ambiente se relaciona, e refletem as dimensões estéticas, políticas, materiais, éticas e espirituais dos problemas. A multiplicidade de abordagens e causas da destruição ambiental atraem a reflexão de vários grupos sociais, que priorizam uma ou outra área de pensamento, e, por esse motivo, entram em choque com os demais pontos de vistas e acabam gerando, às vezes, interesses antagônicos entre setores do movimento.

Entre os líderes locais, estão professores da Universidade Federal do Ceará, os ecologistas da comunidade científica, militantes do Partido Verde, profissionais com visão da ecologia *stricto sensu*; arquitetos e associações profissionais ligadas aos biólogos, geógrafos, agrônomos, e militantes de partidos de esquerda. Em cada setor, há predominância de referências

políticas e teóricas, que orientam diferentes visões ou abordagens da problemática ambiental.

Na fala de João Saraiva percebem-se a existência tipos diversos de militantes do movimento ambientalista, no início dos anos 1980. Ao falar da diferenciação, justifica-se seu interesse e envolvimento com as causas ecológicas. Ele comenta ainda a ampliação do conceito de ambientalismo quando os debates sobre ecologia tratam de problemas na perspectiva global.

(...) Naquele começo dos anos 80, as pessoas organizadas no Movimento Ambientalista eram todas pessoas com profissões afins. Eram arquitetos, biólogos, geógrafos, geólogos, ou seja, pessoas que dentro da Universidade já viam essas relações que estudavam com o meio ambiente. E, no entanto eu era um economista. Sou um economista. E não me inibi perante a minha participação na questão ambiental. Por que? Porque aí, nessa época já começava a ter outro viés na ecologia. Quer dizer, a SOCEMA começava a colocar essa questão técnica, vinda da Universidade, dos professores universitários, vinha com intelectuais, artistas e depois começou-se a criar a relação cidadã nessa questão ambiental.

Então veja só; pela minha profissão eu não tinha tido tanta afinidade com essa questão, mas eu começava a entender mesmo naquela época, de forma ainda muito insipiente, que a questão ambiental era acima de tudo uma questão cidadã. Ou seja: todos poderiam participar dessa questão.

Com as novas relações de desenvolvimento, que hoje nós temos chamado de desenvolvimento sustentáveis, uma nova teoria econômica se coloca pra pessoas uma nova oportunidade de você produzir emprego, gerar emprego, produzir produtos e serviços e, ao mesmo tempo garantir a preservação do meio ambiente.

João Saraiva destacou o alargamento de perspectiva das questões ecológicas, não mais reduzidas ao caráter técnico e científico da abordagem primeira sobre os problemas de degradação da natureza, e essa ampliação foi o diferencial nas ações e objetivos do movimento, entre os anos 1970 e 1980.

Outra dimensão da compreensão das causas da destruição ecológica, passou a analisar que os problemas estavam relacionados à lógica de instrumentalização das sociedades capitalistas, industrializadas, que precisavam ser tratados não apenas por cientistas e estudiosos, mas por cidadãos conscientes da necessidade de construção de novo modelo de sociedade que garanta a sobrevivência no Planeta.

Os ambientalistas começaram a trabalhar, conforme sugeriu Fritjof Capra, na tentativa de ultrapassar necessidades específicas, em busca da causa maior: a reversão do processo de degradação ambiental. O objetivo relaciona-se à preocupação com o meio ambiente, com a preservação das riquezas naturais e do espaço urbano e a vontade de tornar a questão ecológica, antes de tudo política, o que não estava posto nos anos 1970.

No comentário de João Saraiva, há referência aos aspectos de reflexões futuras de autores, sobre a crise ecológica, ao dizer que será necessária mudança de pensamento para a humanidade enfrentar e resolver os problemas. Nesse sentido, Fritjof Capra escreveu que será preciso uma *profunda e completa mudança na mentalidade da cultura ocidental, acompanhada de profundas alterações nas relações sociais e formas de organização social*⁹². As transformações ultrapassam as necessidades específicas de reajustamento econômico e político, pois são manifestações de mudança cultural mais ampla. De acordo com o autor, a crise vivenciada pela civilização atual *não é apenas uma crise de indivíduos, governos ou instituições sociais; é uma transição de dimensões planetárias. Como indivíduos, como sociedade, como civilização e como ecossistema planetário, estamos chegando a um momento decisivo*⁹³.

Há entre os militantes ambientalistas os que chamam a atenção para os elementos subjetivos da relação entre o ser humano e a natureza, abordando o valor intrínseco da natureza e a importância do respeito aos aspectos de beleza do patrimônio natural da humanidade, conforme destacou Leonardo Boff:

(...) faz-se mister reconhecer a alteridade de cada ser da criação. Cada ser, animado ou inanimado, possui um valor em si

⁹² CAPRA, Fritjof. *O Ponto de Mutação*. São Paulo: Cultrix, 1996. p.31.

⁹³ *Ibidem*. p.30.

*mesmo. Ele tem suas potencialidades e seus limites dentro de seu ecossistema. Para a inteligência e a afetividade humanas, cada ser constitui uma provocação de decifração da mensagem de vida, de beleza e de racionalidade que ele contém em si mesmo. Cada ser, especialmente os seres vivos, merece ser reconhecido e também respeitado em sua alteridade.*⁹⁴

Os arquitetos do movimento ambientalista, na década de 1980, priorizavam a preocupação com melhor uso dos espaços, do território, incluindo a preservação da beleza estética desses ambientes, onde se vão construir obras. As divergências, com relação ao uso dos espaços, por exemplo, entre os ambientalistas e os arquitetos, tinham o objetivo primeiro de construir e intervir no meio ambiente. Era um ponto de vista comum, ao grupo de ecologistas, a defesa da preservação da natureza acima do desenvolvimento urbano.

A discussão sobre a ponte, na Avenida Sebastião de Abreu, atrás do Shopping Iguatemi, em 1990, evidencia diferentes concepções de objetivos e formas de intervenção no meio ambiente. Os integrantes do movimento tiveram em comum a concordância de que o projeto do Governo do Estado iria degradar o manguezal e o curso do Rio e, por isso tentaram impedir sua execução. No entanto, as opiniões se dividiram quanto aos encaminhamentos seguintes, pois, enquanto parte do grupo era contra a construção de qualquer ponte na região, outra admitia a ponte, desde que o projeto fosse feito, de forma a respeitar os limites necessários à preservação do manguezal e não interferisse no leito do Rio, próxima à foz, sofria influência das marés. As falas de Vanda Claudino e Campelo Costa refletem as divergências:

Na época da Sebastião de Abreu (construção da avenida), que era a época do Governador Ciro Gomes (...) A abertura dessa avenida foi uma das grandes brigas que já tivemos no Movimento Ecológico. Seis meses com a imprensa direto, ecologista deitando na frente de trator, brigando, acampando em frente a construção e a imprensa deu uma cobertura impressionante. Essa cobertura dessa

⁹⁴ BOFF, Leonardo. *Ecologia Mundialização e Espiritualidade*. São Paulo: Ática, 1996. p. 88.

briga de fato acabou auxiliando a formação de uma cultura ecológica em Fortaleza. Porque até quem era contra, era obrigado ver, em algumas horas que tinha, pelo menos alguma mobilização, que tinha um bando de gente contra essa construção, e que não era um bando de gente doida. Eram professores da universidade e tal e tal... e sabiam o que estavam dizendo.

E tiveram informações de processos, porque eles inventaram umas coisas ridículas, como criar uma passarela, um esgoto ecológico... a ponte, abaixo dela tem tubulações pra permitir que os caranguejos passassem de um lado pra outro. Uma coisa fora de propósito! Não tem quem possa acreditar numa conversa dessa: aterra o manguezal, desmata a terra, constrói a ponte e bota uma tubulaçõzinha pra os caranguejos passarem! Então, qualquer pessoa com um pouco mais de raciocínio entendia que aquilo era golpe.

Porém, em outro trecho, Campelo mostra contradição com o que falou anteriormente, ao ressaltar que os arquitetos que participaram do movimento, em Fortaleza, membros da diretoria do IAB-CE na época, estavam preocupados em estudar projetos e pesquisas sobre a utilização dos espaços e de materiais que resultem no menor impacto possível sobre o meio ambiente, mas concordam que deve haver intervenção, pois não há como impedir o crescimento e modernização da cidade. Eles defendem que as intervenções são planejadas para o melhor aproveitamento humano, mas que devem respeitar as características ambientais locais valorizando aspectos estéticos e paisagísticos. Conforme narrativa do arquiteto Campelo Costa.

Agora no meu caso específico, eu sempre tive a compreensão de que o arquiteto pode criar uma paisagem nova em um lugar onde não existia uma edificação, com certo grau de importância e com determinadas complexidades, ele pode transformar a paisagem de uma maneira boa ou má. Quer dizer a ação do arquiteto pode ser danosa ou pode complementar a paisagem com um artefato criado pelo homem. Então ele também é um profissional que modifica a paisagem.

(...)

Você encontra em todo lugar do mundo pontes cantadas por poetas, ou então por urbanistas, atravessando grande vales, que complementam a paisagem, que até se anulam diante da paisagem que é tão poderosa. Outra que me encanta muito é em São Francisco a Golden Gate, uma obra de engenharia poderosa, enorme. Então você pode intervir na paisagem de uma maneira boa, sem prejudicar.

O relato de Campelo Costa da discordância do grupo que defendia os interesses ambientalistas, com relação ao objetivo da reivindicação do Conselho Estadual de Meio Ambiente.

Quando da discussão da Sebastião de Abreu, eu era o representante do IAB, do Conselho de Meio Ambiente, o COEMA, que na época tinha uma das representações mais rigorosas. E nós nos dividimos, porque aparentemente temos posições muito sectárias dos ambientalistas. E nós tínhamos uma posição assim: porque a ponte naquele lugar? Nós não éramos contra a ponte naquele momento, mas o lugar onde ela iria ser construída e o desenho que ela possuía. Eles eram contra a ponte. Isso acabou nos dividindo e ficou uma confusão enorme.

O problema era que havia uma tendência natural, quer dizer, de certas posições mais radicais do que outras. Por exemplo, no meu entender e do IAB, que escreveu o documento questionava porque daquele vão de seiscentos metros que só beneficiava o Iguatemi porque saía exatamente atrás do Iguatemi. Isso era uma posição unânime.

E a ponte é aquele horror! Uma ponte baixa que você não passa de barco por baixo! Como pode? Um rio que permite um passeio de barco, mas que está impedido e que prejudicou espécies da fauna e da flora, os crustáceos, os peixes etc. E qual a nossa posição, do IAB? Se uma ponte for bem feita, bem projetada... num local menos denso do manguezal e com uma

altura que permitisse a passagem por baixo e os limites da vegetação.

Mas Marília Brandão, eu lembro bem, das palavras que ela discordou: do local menos denso do manguezal. Aí ela falou: - Você não pode dizer isso! Aí eu falei que nós não éramos contra a ponte, mas contra o local equivocado. Por exemplo, se ela fosse construída num local de menos vegetação, a ponte faria menos mal, não é? Mas ela não aceitou.

A postura radical de setores, do próprio movimento, era entendida por eles como necessária para enfrentar os embates contra os fortes grupos empresariais e o Governo, pois como o movimento tinha pouco apoio, ao ceder em alguns aspectos, em favor dos projetos urbanísticos, o crescimento da cidade rapidamente se lançava sobre áreas intocadas, sem nenhum respeito às particularidades do meio ambiente local. Como ressaltou Vanda Claudino:

Rio Cocó é a maior bacia hidrográfica da cidade de Fortaleza. Tem a do rio Ceará, mas a maior parte está fora dos limites da cidade, ta em Caucaia, Maranguape. O Cocó é a maior bacia e a cidade começou, nesse período a crescer em direção a leste. Até a década de 70, o Rio Cocó representava uma barreira pro crescimento da cidade em direção a leste. Com a construção da ponte da Av. Engenheiro Santana Júnior, a ponte da Água Fria, do Iguatemi, que foi no início da década de 70... é essa barreira foi rompida. Então começou a ter uma ocupação muito agressiva dessa área leste de Fortaleza. O manguezal começou a ter o início básico da ocupação, depois em direção as dunas da Praia do Futuro.

No final da década de 70 é aberta a continuação da Av. Santos Dumont, do centro até a Praia do Futuro, com o nivelamento, aplainamento das dunas, que essa é uma das lembranças de degradação ambiental mais dramática que alguém pode ter. Um belíssimo campo de dunas, como era o campo da Praia do Futuro, que era do porte do que resta em Sabiaguaba... e os tratores simplesmente retiraram a cobertura vegetal, aplainaram

as dunas pra fazer terrenos próprios pra construção. Porque o objetivo da avenida era abrir terrenos pra especulação imobiliária. Mas que até hoje é meio desabitada.

Hoje as dunas se refizeram bastante lá. Porque como passaram 20 anos sem ocupação as dunas se formaram e as areias continuam chegando. Tem um campo de dunas recém formado em cima do quadro de degradação que existia.

É interessante observar que Campelo não se considera ambientalista, fala dos arquitetos e dos ambientalistas e, apesar de ter apoiado algumas lutas, quando presidente do IAB no Ceará, não se considera militante do movimento, conforme outro momento de sua narrativa:

As idéias de utilização dos recursos hídricos era presente em nossos discursos, tanto dos arquitetos quanto dos ambientalistas, porque essas ansiedades já nasciam do que algumas pessoas anteriormente já tinham apontado sobre a cidade, no nosso caso específico, temos o Hélio Modesto, de 1960. Porque ele já apontava alguns caminhos que ainda hoje permanecem com uma clareza extraordinária. Então nós incorporamos essas preocupações aos nossos discursos.

Apesar das posturas diferenciadas do grupo, eles mantinham, aparentemente, um consenso quando necessário combater propostas governamentais, quando, por exemplo refletiam sobre a visão equivocada de meio ambiente, incorporada pelos gestores públicos. Campelo Costa citou que havia consenso quando era preciso manter posições mais radicais dentro do movimento ambientalista, como forma de enfrentar o forte poder do Estado, e a lógica do progresso.

(...) não foi nada fácil vencer em alguns casos a ganância da especulação imobiliária, dos interesses dos grupos econômicos aliados aos interesses do Governo, como vemos até hoje. (...) Então que essa uma tendência natural, como mencionei, de posições mais radicais no movimento, era necessária em muitos momentos para garantir que os poderosos da cidade parassem sua

ganância desenfreada de ocupar todas as áreas que poderiam ser de preservação paisagística na cidade.

Por exemplo, o Iguatemi. Foi outra derrota nossa. As pessoas hoje não sabem o que era aquilo ali. Lá era uma salina que vinha desde a Aerolândia, bacia do Lagamar, aliás, Lagamar por esta razão porque quando a maré enchia alagava tudo ali. A água vinha pelo rio, refluía e enchia aquilo de água. E tinha as salinas da família Diogo. Eu sei porque passei muito por ali de bicicleta com minha irmã, etc. eu morava na Base Aérea e saía e ai até lá dentro... E já era um plano do Hélio Modesto de considerar tudo uma reserva paisagística em benefício do Rio Cocó. E essa derrota a gente teve, porque com o Iguatemi nós não conseguimos a preservação.

O Iguatemi foi uma coisa muito rápida. Quando ele foi proposto, no começo da década de 1980, começou a aparecer uma reação porque o lugar ia aterrar a salina e comprometer o parque. Mas não houve jeito. Eles aterraram a salina... você sabe que ali tem uma laje de compressão de cinquenta centímetros para conter a água. Quem sabe um dia o rio vem e transforma aqui em uma ilha flutuante.

(...) E quando não havia nenhum apoio institucional, por não haver dois grandes interesses em confronto, aí a questão ambiental ficava de lado, porque não parecia que ia haver tanto prejuízo.

Mesmo que as divergências entre os militantes dos movimentos ambientalistas e ecologistas fossem fortes e tenham resultado em interesses, muitas vezes, contraditórios, os ambientalistas fizeram com que as questões ecológicas repercutissem em diversos setores da sociedade. O movimento ambientalista colocou em questão a própria unidade dentro da diversidade, os atores levantaram a necessidade de nova reflexão sobre o estatuto do sujeito político, que já não pode ser classificado em categorias estanques, e, nesse sentido, não há possibilidade de identificação do sujeito social como entidade unificada, mas como pluralidade resultante das formações e posições

ocupadas, que originam as formas de conexão entre os problemas ecológicos, sociais, econômicos e culturais.

Dada a complexidade das questões ecológicas na década de 1980, quando o movimento ambientalista se compõe de diversas entidades da sociedade civil, no tratamento de dimensões da realidade, tem-se o movimento com diferentes perspectivas sobre as transformações e sobre a sociedade que se quer construir. As características particulares dos militantes, os pontos divergentes e os convergentes, mostraram a riqueza do movimento. A observação sobre esses pontos e a análise das posturas diversas dos grupos ambientalistas permitem compreender a historicidade do movimento e sua dinâmica de atuação em Fortaleza, nas últimas décadas do século XX.

3.4 O significado da luta ambientalista em Fortaleza

No final dos anos 1980, nacional e mundialmente, a sociedade em geral dá atenção aos apelos dos movimentos ambientalistas, na tomada de consciência do papel em exigir, dos governos, ações para barrar a destruição ambiental, agravada pelos reflexos da industrialização.

No Brasil, fatores sociais, políticos e econômicos influenciaram que questões ambientais fossem inseridas na agenda política. Com uma abordagem técnica e científica das questões ambientais, nos anos 1970, o discurso dos ambientalistas vivenciou, nos anos 1980, o processo de legitimação, como parte do debate político oficial e associou a abordagem do sistema produtivo e a qualidade de vida da sociedade. Houve ainda, nesse momento, a intensificação de investimentos de instituições financeiras internacionais, no Brasil, pressionadas pelos debates ambientais em escala mundial, passaram a exigir contrapartidas ambientais. Não significa dizer que as instituições se preocupavam com o valor intrínseco da questão ambiental e com as condições de vida, sua lógica é determinada pela política global de atração de investimentos, e exige certa parcimônia na utilização dos recursos naturais para que não fossem esgotados, de forma a impedir a continuidade da exploração e os futuros investimentos.

Esses fatores fizeram com que o Governo Brasileiro criasse, nos anos 1980, instituições para a gestão e normatização das formas de uso, ocupação e exploração do meio ambiente e dos recursos naturais. A inserção das preocupações ambientais no debate político nacional, não foi resultante apenas de pressões do movimento ambientalista, mas, mesmo com os fatores citados, é preciso considerar sua participação fundamental para a elaboração das políticas. Em 1988, elaborou-se a nova Constituição Brasileira, e, nos debates constituintes, os ambientalistas inseriram propostas com perspectiva para este novo projeto político do País.

O Governo Federal, com base na Lei de Política Nacional de Meio Ambiente, promulgada em 1983, criou o Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA e o Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, em 1986, composto pelos órgãos e entidades responsáveis pela proteção e gestão da qualidade ambiental nas esferas federal, estadual e municipal. Os estados iniciaram a elaboração e implementação de conselhos estaduais de meio ambiente. Reflexo dessas mudanças, no Ceará, foi criado, em 1989, o Conselho Estadual de Meio Ambiente – COEMA, paralelamente à criação da Superintendência Estadual de Meio Ambiente – SEMACE. Da elaboração da *Lei do COEMA*⁹⁵, participaram diretamente os ambientalistas.

O movimento, em Fortaleza, começa a vivenciar, a partir da metade da década de 1980, mudança de atuação, passando a contribuir na elaboração das políticas públicas, quando, em 1986, os ambientalistas participaram efetivamente, no Governo, dos debates da nova Constituição Brasileira. Iniciava, nesse momento, o processo de mudança com relação ao foco e ao espaço de atuação dos ambientalistas, pela criação das instituições, o

⁹⁵ Lei Nº 11.411, de 28 de Dezembro de 1987 (DOE - 04.10.88)
O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Política Estadual do Meio Ambiente compreende o conjunto de diretrizes administrativas e técnicas destinadas a orientar a ação governamental no campo da utilização racional, conservação e preservação do ambiente que, em consonância com a Política Nacional de Meio Ambiente, atenderá os princípios estabelecidos na legislação federal e estadual que rege a espécie.

Art. 3º - O Conselho Estadual do Meio Ambiente - COEMA, órgão do Sistema Estadual do Meio Ambiente, será presidido pelo Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e dele fará parte, como membro nato e secretariado pelo titular da Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE que, nas faltas e impedimentos do Presidente, o substituirá.

movimento “saiu das ruas” e passou a ocupar espaço e a agir dentro das instituições de Estado.

Depois do SOS Cocó, líderes das ações do movimento participaram do grupo de trabalho de discussão de criação do COEMA, convocados pelo Governador Tasso Jereissati, em 1988. Vanda Claudino e Clélia Lustosa, na época diretoras da Associação dos Geógrafos do Brasil–Ceará – AGB, avaliaram que, a partir do momento em que os sujeitos do ambientalismo atuaram na elaboração da política, mudou o foco de atuação dos sujeitos, houve conseqüentemente mudança do papel do movimento. Segundo Vanda:

Até 1988 é a nova Constituição Federal, que inspirada em alterações de outros países do mundo, também imposto por agentes financiadores com BID, Banco Mundial, etc, não é? Também a existência de uma articulação política de esquerda em relação à questão ecológica, veio a inserção de um belo capítulo sobre preservação ambiental na Constituição Federal. Obrigando inclusive a criação dos Conselhos Estaduais e Municipais de Meio Ambiente. Foi uma pressão externa muito mais do que uma vitória, não é?

E isso começa a mudar o quadro do Movimento Ecológico porque no lugar da gente estar fazendo as brigas na rua, nas manifestações e tal... essas brigas começaram a se dar no espaço institucionalizado.

Clélia, ressalta a participação e as críticas dos ambientalistas com influência no processo de elaboração das políticas estaduais de meio ambiente e ressalta ainda, elementos de início do alargamento de espaço e inserção dos discursos ambientais nos espaços institucionalizados.

Em função das discussões e das pressões do movimento, quando a questão ecológica passa a ser incorporada pelos partidos políticos, eles começaram a utilizar a preocupação ecológica como bandeira. A discussão ambiental passa a ser um tema transversal, quando também começa a ser discutidas nas escolas, e passa a ser linguagem comum. E isso vai ser institucionalizado, né? Com a

criação da SEMACE, Secretaria de Meio Ambiente e a criação do COEMA.

Como diretora da AGB, entre 86 e 88, participei das reuniões na Assembléia Legislativa do Ceará para discutir a legislação da criação da SEMACE e do COEMA. Tinham várias instituições, mas no final poucas realmente participaram da criação do Conselho.

Nessa época tivemos o apoio do Sérgio Leitão, advogado que trabalhava junto a arquidiocese na questão dos índios e se aproximou da AGB por conta das questões ambientais e deu algumas assessorias. Na época nós elaboramos um documento alterando as propostas vindas do Poder Executivo na criação do COEMA. E procuramos exigir que fosse aplicada uma legislação mais ligada a legislação do CONAMA e de outros estados.

Nossa preocupação era que esse conselho fosse deliberativo, queriam só que fosse consultivo, e que fosse paritário. Então a nossa briga era que colocassem uma quantidade de, ainda não existiam ONGs, de entidades profissionais ligadas ao meio ambiente para que não ficasse só representações de Governo.

A participação foi conflituosa e encontrou barreiras para expressar vontades, no processo de criação do conselho. Vanda mostrou o conflito, ressaltando as estratégias articuladas pelo governo para limitar a participação dos militantes do movimento e reduzir o poder do Conselho ao controle do Estado.

Porque foi o Ciro Gomes presidente da comissão de criação do COEMA, quando era da Assembléia e Presidente da Comissão de Meio Ambiente. E o Governador Tasso Jereissati já tinha dado a tarefa ao Ciro de botar as dificuldades que pudesse pro Movimento Ecológico não avançar muito em sua participação.

(...)

Então nós participamos da criação da Lei do COEMA. A primeira legislação do COEMA assinada foi resultado das discussões do Movimento Ecológico com o Governo do Estado,

através da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia, presidida por Ciro Gomes.

Segundo Clélia, os ambientalistas tentaram garantir o Conselho de meio ambiente, com representantes da sociedade para defender e reivindicar suas necessidades. No entanto, o Deputado Ciro Gomes buscou inviabilizar a composição do conselho, de forma que não houvesse número igual de representantes dos Governos e de entidades da sociedade civil.

Era pra ter tido uma maior participação, por exemplo, o Partido Verde nunca entrou. Foi uma das coisas que o Ciro conseguiu vetar, como uma série de entidades e representações. Mas ainda assim nós tivemos uma composição que foi muito boa durante um certo tempo.

Lembro bem que o líder do Governo era Ciro Gomes. Ele, na época queria defender que o Governo democrático agora estava do lado do povo e que não precisava mais ficar preocupado com uma lei, assim tão rígida para garantir os interesses da população. Ciro Gomes tentava usar argumentos para tentar nos enganar e esconder os interesses econômicos que deveriam ser observados na formação do conselho, já que naquele espaço iriam ser tratadas questões que diziam respeito aos grandes empreendimentos, como, por exemplo, as obras em áreas de preservação, como as que hoje são discutidas de instalação de fazendas de criação de camarão, não é?

Foi uma pressão grande e nós conseguimos algumas alterações. Assim foi criada a SEMACE e o COEMA. Nesse conselho a AGB já tinha assento e eu fui indicada como representante da AGB no COEMA. Aí começam as discussões no COEMA, a AGB e outras entidades. Nessa época nós também estávamos aprendendo a participar de um conselho. E havia muita briga, muito debate.

Apesar da tentativa de intervenção dos ambientalistas na elaboração da Lei de criação do COEMA, o Governo definiu a composição⁹⁶ do Conselho, fazendo com que a representação de instituições ligadas ao Governo, somadas aos setores empresariais, fosse em maior número do que o percentual dos membros da sociedade e representações de classes. A composição do COEMA mostrou que a maioria das entidades da sociedade civil estava ligada ao setor econômico e a representação de entidades ambientalistas foi reduzida, o que mostra que não teriam força para barrar os projetos e os empreendimentos de grande impacto ambiental, pois teriam o voto de entidades que mantêm acordo com o projeto de desenvolvimento capitalista.

Dentre os representantes das entidades de classe, o Conselho foi composto de alguns militantes no ambientalismo da cidade. Conforme Vanda Claudino, *os ecologistas, as entidades ambientalistas que tiveram assento no*

⁹⁶ Art. 3º. Parágrafo Único - Integram o Conselho Estadual do Meio Ambiente - COEMA 02 (dois) representante da Assembleia Legislativa e 01 (um) representante dos seguintes órgãos ou entidades:

I - DO PODER PÚBLICO:

- a) Secretaria de Ciência e Tecnologia
- b) Secretaria de Turismo
- c) Secretaria de Desenvolvimento Rural
- d) Secretaria de Educação Básica
- e) Secretaria de Desenvolvimento Econômico
- f) Secretaria de Saúde
- g) Secretaria de Transportes, Energia, Comunicações e Obras
- h) Secretaria de Planejamento e Coordenação
- i) Secretaria de Cultura e Desporto
- j) Secretaria de Recursos Hídricos
- l) Procuradoria Geral do Estado
- m) Procuradoria Geral de Justiça do Ceará
- n) Procuradoria da República no Estado do Ceará e
- o) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA

II. DAS UNIVERSIDADES:

- a) Universidade Federal do Ceará - UFC
- b) Universidade Estadual do Ceará - UECE
- c) Universidade Vale do Acaraú - UVA
- d) Universidade Regional do Cariri - URCA
- e) Universidade de Fortaleza - UNIFOR

III. DAS ENTIDADES AMBIENTALISTAS:

03 (três) Organizações Não-Governamentais (ONGs) ambientalistas, com existência legal há mais de um ano, selecionadas, pelo plenário do COEMA, a quem caberá, através de Resolução, definir os critérios de escolha.

IV. DE OUTROS SEGMENTOS DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) Associação dos Municípios do Estado do Ceará - AMECE
- b) Federação da Agricultura do Estado do Ceará - FAEC
- c) Federação das Indústrias do Estado do Ceará - FIEC
- d) Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Ceará
- e) 06 (seis) entidades representativas de classes profissionais de nível superior das áreas de engenharia, arquitetura, agronomia, biologia, medicina e direito, nos termos do Art. 264, § 1º da Constituição do Estado.

Conselho foram algumas das que estavam fazendo o Movimento Ecológico há uma década: o IAB, SOCEMA, AGB, a Associação dos Sociólogos, Biólogos e etc. Nesse momento, parte dos sujeitos das ações de combate, nas ruas passou a atuar, de acordo com as demandas surgidas no Conselho Estadual de Meio Ambiente. Os relatórios técnicos, as discussões e embates concentraram-se no espaço institucional, e o movimento ambientalista perdeu, a partir daí, a força das mobilizações de rua. Ao falar da mudança, Vanda Claudino enfatizou outros elementos interessantes para a análise do significado do ambientalismo.

Essa história da criação dos conselhos, de 1988, mas só começam mesmo a ser instalados em 89 e 90, é exatamente a grande mudança: a saída do movimento ecológico, do movimento ambientalista do meio da rua para o espaço institucional.

Embora com consciência da disparidade, desde a formação do COEMA, os membros remanescentes acreditavam ser melhor estar presente para contribuir na defesa da preservação ambiental e dos direitos sociais, diante da ganância dos interesses econômicos do Governo e do setor empresarial. Segundo Vanda, membro do COEMA.

Com essa nova história dos Conselhos, acabou uma grande parcela das movimentações nas ruas e a briga foi pros plenários dos Conselhos e, obviamente, foram compostos de uma forma tal que os órgãos do Governo e os agentes sociais, que tinham interesse ligados à construção, às indústrias e tal, sempre tiveram representação majoritária. Então o Movimento Ecológico perdeu bastante espaço efetivo de resolver coisas.

Essa foi uma derrota do movimento ambientalista que se deixou levar pelas manobras governamentais e, assim, o Governo descaracteriza o papel dos ambientalistas, utilizados para legitimar as ações de degradação ambiental aprovadas no Conselho. Todavia alguns atores, militantes ambientalistas não concordaram em participar do Conselho, por perceber que no espaço institucional, suas ações não teriam repercussão, fora, porém, poderiam encontrar formas de pressionar o próprio Conselho a atender as reivindicações.

O arquiteto Campelo Costa demonstrou indignação em uma das situações de fortes divergências, nas reuniões do COEMA, quando discutiam o projeto de construção da ponte na Avenida Sebastião de Abreu, atrás do Shopping Center Iguatemi, que não tinha a aprovação das entidades ambientalistas, nem do Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB-CE, entidade a qual Campelo Costa representava no COEMA.

Na época das discussões sobre o projeto da ponte na Sebastião de Abreu, que nós apresentamos sérias discordâncias, porque esse a ponte foi construída em um dos trechos de maior densidade do manguezal do Rio Cocó, só pra privilegiar o Iguatemi. Bem, nesta época, em 90, 91, o Governador era o Ciro Gomes e o que ele fez? Aumentou sua representação no Conselho, o que nos prejudicou...

E eu rompi no dia que o Conselho passou a ter um maior número de representantes governamentais, eu fiz um discurso claro contra. E fiquei com tanta raiva no dia, bati o microfone com tanta força que quebrou e disse que não iria mais participar daquele troço e avisei que ia pedir pra mandarem outra pessoa. Me senti desmoralizado. Era uma falta de respeito com tantas pessoas sérias e ilustres que estavam ali defendendo uma posição muito séria com relação à auto-estima da sociedade.

Para Vanda Claudino, o Movimento atendia melhor às reivindicações sociais do meio ambiente, quando atuava na comunidade; desvinculado das instituições públicas, tinha mais capacidade de oposição ao Governo quanto às suas denúncias e às propostas.

A gente fazia movimentos e ganhava. Ganhamos em vários casos como a conquista da Área de Preservação da Lagoa da Maraponga, da Lagoa do Papicu, do Riacho Maceió, o Parque Ecológico do Papicu, o desaterramento de alguns pontos da Maraponga com a criação das APA's. A APA do Cocó, APA do Rio Ceará, APA do Rio Pacoti, que veio depois.

Então a gente passou pro COEMA. As brigas continuavam enormes, talvez maiores porque as reuniões de imprensa, a divulgação pública, quer dizer, as reuniões eram marcadas com datas fixas, havia uma pauta, já se sabia o que iria ser discutido, com quais atores. Então a divulgação pra sociedade era bem maior, só que a gente perdia. Então a grande mudança foi essa. Durante muito tempo, o barulho continuou sendo enorme, monstruoso, como foi com o Castanhão, mas na hora da definição... como o Conselho era formado majoritariamente por representantes do Governo, e do Poder Econômico, a perda era certa.

Depois, já mais recente, o Governo do Estado percebeu que mesmo que ele ganhasse na votação, ele se desgastava nos processos de discussão. Então ele resolveu eliminar uma parcela das entidades: tirou a AGB, vetou alguns conselheiros, representantes de Órgãos Públicos não eram liberados para participar das reuniões. Mudou de novo a composição e botou mais gente do Poder Econômico. Então até essa fase da discussão que tinha muito espaço na imprensa e que, portanto criava uma cultura ecológica ainda, morreu com as alterações feitas, gradativamente, na composição do COEMA.

O que ocorreu em Fortaleza não foi diferente do que se passa em outras cidades do Brasil. Na década de 1980, criaram-se instituições governamentais com enfoque ambiental, com orientação da Política Nacional de Meio Ambiente. A incorporação das discussões ambientais nas instâncias governamentais e às políticas públicas apresentou, a legitimação e reconhecimento das demandas das questões ambientais, enquanto questões sociais e importantes de serem debatidas como política pública, e gerou, contraditoriamente, o enfraquecimento do potencial do movimento ambientalista, enquanto movimento combativo, com estratégias de pressão do Poder Público.

Joaquim Cartaxo levanta aspectos contraditórios das ações ambientalistas, em Fortaleza. Segundo ele, ao mesmo tempo em que houve o reconhecimento das demandas ambientais apresentadas pelos ambientalistas,

ocorreu a cooptação, por parte do Estado, desses sujeitos, ao atuarem institucionalmente.

O que eu vejo é a forte atuação dos anos 80, tá? Em que havia uma marca, um perfil próprio e me parece, aí muito dentro do “achismo” sem um aprofundamento, é que ocorre que as bandeiras do movimento, as reivindicações, começam a ser incorporadas, tanto pelo setor público, porque as coisas vão virando políticas públicas. Porque quando você tem uma reivindicação da sociedade, que vira política pública, a reivindicação passa a ser para você aplicar a política. Então acontece a criação dos órgãos ambientais, no final dos anos 80, como o Ministério do Meio Ambiente e as Secretarias Estaduais de Meio ambiente.

Quer dizer, isso faz com que aquilo que era uma reivindicação, que era uma demanda da sociedade seja incorporada pelo Estado. E aí quando você passa a cobrar a aplicação das leis, não é mais uma ação de enfrentamento, então acho que aí o movimento sofreu com esse processo.

Talvez nenhum movimento social no Brasil tenha sido tão incorporado em suas questões como o movimento ambientalista, nem o movimento pela moradia. E com um agravante que é que as pessoas que militavam no movimento ambientalista passam a ir pra dentro das estruturas governamentais pra executar aquilo que foi reivindicação e foi transformado em política pública.

Quando o Estado assumiu as questões ambientais e levou os militantes pra dentro de suas estruturas, isso diluiu a força do movimento no Brasil e aqui esse processo marca profundamente as ações ambientais.

O movimento, que *saiu das ruas* e passou a exercer papel institucional, vivenciou um período de crise, ao perder força de mobilização. A duplicidade de papéis gerou demanda maior para que os ambientalistas desempenhassem bem a representatividade na esfera política, e o ritmo das mudanças e a responsabilidade para atender a demanda não foram acompanhados do amadurecimento dos líderes do ambientalismo.

É possível perceber como os ambientalistas foram portadores de demandas sociais e exerceram o papel de mediadores entre a vida social e política. Sobre esse aspecto, o Geógrafo Carlos Walter Gonçalves comentou *que antes que houvesse enraizado no país um movimento ecológico, o Estado criou diversas instituições para gerir o meio ambiente, a fim de que os ansiados investimentos pudessem aqui aportar*⁹⁷.

A dificuldade do movimento é compreendida do ponto de vista da análise do processo histórico, cujas mudanças de orientação do papel dos ambientalistas ocorreram no *calor dos acontecimentos*, que não poderiam ser pensados na época, já que estavam em pleno processo de construção, mas podem ser analisados no presente, com base na visão dos sujeitos. Esta é de Vanda Claudino.

Com a criação do COEMA e das ONGs a atividade de rua, de movimento foi diminuída, mas a cultura ecológica estava posta, já. Nós mesmo do movimento não tínhamos a noção clara de que esse era um processo de institucionalização e de decadência desse grande movimento articulado, isso é claro e evidente, que ainda tinha uma energia toda para se mobilizar para a Eco 92. E aí foi uma grande mobilização.

Analisando a trajetória, sob outro ponto de vista, foi possível reconhecimento da importância do ambientalismo, por ter sido um movimento social capaz de inserir elementos do conflito socioambiental no plano das orientações políticas e por ter, mesmo de forma embrionária, restabelecido o elo, rompido na ditadura, entre agentes políticos e atores sociais, no que o segundo aspecto tenha gerado a crise, pela ampliação do campo de atuação que dificultou a clareza da definição de seu papel.

Outro fator do ambientalismo, nessa época, foi o surgimento das Organizações Não-Governamentais – ONGs, que assumiram a bandeira dos movimentos sociais, inclusive do setor ambiental, sem contudo, a característica de atuação com o movimento de combate. Os profissionais, fundadores de ONGs ligadas à questão ecológica, estavam preocupadas em desenvolver

⁹⁷ GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os descaminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 15.

ações locais, e não surgiram para organizar movimento e campanhas de massa de desenvolvimento de projetos com focos específicos em determinadas comunidades, a partir de que os problemas deixaram de ser tratados, de forma geral, pelos militantes do movimento e foram trabalhados por técnicos e especialistas, de acordo com áreas profissionais. Além disso, as organizações ultrapassaram as fronteiras das agências ambientais estatais nacionais, com a busca de parcerias de instituições internacionais.

As questões ambientais, inseridas no debate político no espaço público mais amplo, geraram a necessidade de reelaboração de temas específicos relacionados às demandas da sociedade como um todo. Surgiam no Brasil propostas de profissionalização de entidades, visando inclusive à captação de recursos em níveis nacional e internacional. As organizações, formadas por profissionais especializados, combinaram militância e desenvolvimento de projetos ambientais, no final dos anos 1980, e se proliferaram na década de 1990.

Segundo Vanda Claudino Sales, as entidades ambientalistas, com perfil técnico, perdem a característica de movimento combativo, de organização de manifestações populares. Sua análise do papel das ONGs é até certo ponto limitada, pois considera que, pelo trabalho específico, os ambientalistas não mais atuaram na organização das mobilizações, e, por trabalharem em parceria com organismos financiadores, não estavam preocupados em atender as necessidades da comunidade.

Essa é a grande mudança, que começa, de fato, a descaracterizar a atividade da militância ecológica. Ao mesmo tempo começam a surgir, até voltadas pra Eco 92 as Organizações Não-Governamentais, ONGs, que aí se proliferaram loucamente até 92, todo mês surgia uma ONG ambientalista no Brasil, que é outra coisa. Não é movimento social.

Matou, matou uma boa parcela do movimento ecológico, como matou o movimento em outras áreas da vida, sociais. Porque tirou o papel de mobilização da sociedade, assumiu esse papel e assumiu prestando contas aos financiadores. Então deixou de ser uma coisa espontânea, natural e ligada ao interesse efetivo da população.

Algumas ONGs, das que tratavam da problemática ambiental em Fortaleza, mesmo captando recursos estrangeiros, e tendo que prestar contas dos projetos aos financiadores, fizeram trabalhos importantes na área de desenvolvimento sustentável e educação ambiental, com trabalhadores rurais, comunidades litorâneas e comunidades de baixa renda, da periferia da cidade. O trabalho das ONGs tem contribuído para estimular a organização social das comunidades diretamente beneficiadas pelos projetos. Principalmente depois de 1992, com a ECO-92, Conferência do Rio, em 1992⁹⁸, marcou o início dos anos 90 como momento significativo de atuação das novas formas de organização da sociedade civil, e, além do encontro oficial, uma conferência paralela foi articulada pelo *Fórum Brasileiro de Ongs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – FBOMS*, por ter-se aberto espaço público de dimensão mundial, tendo como principal sujeito a sociedade civil global. O *Fórum* foi fundado em 1990 e tinha como objetivo, a organização do de um fórum paralelo à ECO-92, que reuniu representantes de ONGs e de setores de movimentos sociais de diversos países. O *Fórum Global Paralelo* foi marco na história da organização da sociedade civil, em torno da questão ambiental, envolvendo participantes de várias nações. Foram produzidos 33 tratados⁹⁹, assinados pelos participantes, com atenção centrada nos pontos ignorados pela conferência oficial.

Do ponto de vista do ambientalismo, o aspecto mais forte da Conferência do Rio não foram os resultados práticos e os tratados assinados, que não promoveram a ruptura do processo de degradação ambiental no planeta, mas a possibilidade de articulação da sociedade para pensar e

⁹⁸ Jornal *Folha do Meio Ambiente*. Uma publicação da Forest Cultura Viva e Promoções. Brasília, julho de 1992, registrou as principais resoluções da ECO-92: elaboração da *Declaração do Rio*, um documento assinado pelos diversos representantes dos países, com a definição de vinte e sete princípios para garantir os direitos ao desenvolvimento e a um meio ambiente saudável. Esse documento continha ainda outros quatro documentos: Agenda 21; Convenção sobre Alterações Climáticas; Convenção sobre Biodiversidade e Declaração sobre Florestas.

⁹⁹ Tratado Alternativo de Florestas; Tratado Alternativo da Biodiversidade; Tratado sobre Populações e Meio Ambiente; Tratado sobre Urbanização; a Declaração dos Povos Indígenas. Os tratados abordaram, dentre outras coisas, políticas desenvolvidas através da consulta e participação da sociedade, incluíam ações das ONGs com as comunidades locais e rejeitavam a administração financeira do Banco Mundial sobre os programas relacionados ao meio ambiente. Além destes documentos foi proposta a elaboração da *Carta da Terra*, contendo um conjunto de princípios para a proteção, restauração e manejo dos ecossistemas e para a promoção do desenvolvimento equitativo de todos os povos da Terra que só foi concluída em 2004.

dialogar sobre questões ambientais. Como escreveu Hector Leis, o mais relevante ponto do encontro foi o início de um processo de germinação para o encontro da sociedade civil planetária.

Foi justamente no plano da intersubjetividade que a Rio-92 teve sua maior significação. Se o encontro dos governos pode ser avaliado como um intento político relativamente fracassado, os resultados do Fórum Global, que convocou mais de duas mil e quinhentas entidades não-governamentais, originárias de mais de cento e cinquenta países, produzindo um número de eventos especiais, difícil de calcular e quase quatrocentas reuniões oficiais que atraíram um público aproximado de quinhentas mil pessoas, devem ser avaliados como um avanço extraordinário no plano de consciência mundial.¹⁰⁰

No Fórum paralelo, a delegação do Ceará, composta de membros das organizações ambientalistas que participaram de debates sobre os problemas ambientais do Estado, esteve presente. Em Fortaleza foi criado o Fórum da Sociedade Civil Cearense sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a partir de que elaborou-se documento para apresentação no fórum paralelo. É possível observar a transformação alargamento de percepção das questões ambientais. Por exemplo, os conceitos de meio ambiente e as reflexões teóricas da crise, que deixou de ser apenas ecológica para ser socioambiental, foram sendo reelaborados desde a década de 70. Os militantes, no início, atuavam como defensores da natureza, denunciando problemas específicos de destruição ecológica. Em três décadas, o movimento vem percorrendo caminho desafiador para chegar às discussões atuais sobre a necessidade urgente de sustentabilidade igual das nações e povos, o que sugere mudança profunda do modelo cultural da civilização atual. Percebemos significados gerais sobre a trajetória do ambientalismo entre o período de seu surgimento, em 1976 e a época de realização da Conferência do Rio, em 1992 e que refletiram no movimento em espaço local.

¹⁰⁰ LEIS, Héctor Ricardo. Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política mundial. In Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais. Florianópolis: Cortez, 1998. p. 35.

Os problemas ambientais deixaram de ser preocupação de técnicos e cientistas se transformaram em questões globais de relevância por questões ligadas à sobrevivência dos seres vivos, no planeta. A transformação é conseqüência de fatores como catástrofes ecológicas agravadas pela industrialização, a ênfase dada pela mídia aos problemas da degradação ambiental, a contribuição dos estudos científicos e o trabalho dos militantes do movimento ambientalista que ocuparam a cena política na história do país, ao provocarem respostas à questão socioambiental.

Na trajetória, aconteceram reviravoltas epistemológicas, por exemplo, a ampliação do conceito de Ecologia, criado em 1866 pelo alemão Ernst Haeckel, que a concebeu como estudo da interdependência e da interação dos organismos vivos (animais e plantas) e seu meio ambiente, para a vinculação da Ecologia como orientação fundamental de novo modelo de sociedade, baseado na articulação e interdependência de saberes transversalmente relacionados, no sentido de diálogo com a natureza. O surgimento de novos temas e conceitos, a partir da década de 70, mostra as discussões e reflexões articuladas e aprofundadas pelo movimento. Por exemplo, o uso da palavra *ecológico* e a substituição por *ambiental*, o conceito de *desenvolvimento sustentável*¹⁰¹ e metas, posteriormente, o debate sobre a necessidade pela busca da *sustentabilidade* da Terra.

Os problemas ambientais têm, hoje, implicações em todas as dimensões do cotidiano, o que resultou na ampliação dos limites do tratamento objetivo. A degradação atinge os países e coloca em risco a natureza, e a sobrevivência de dos seres é ameaçada, em níveis diferenciados e desiguais, nos desenvolvidos e nos países pobres. Paradoxalmente a crise anuncia a emergência de novos sujeitos de direitos e, conseqüentemente fez surgir organizações sociais em defesa de direitos ambientais.

As manifestações dos sujeitos envolvidos em questões ambientais não apenas tratam de problemas específicos de degradação da natureza, mas de

¹⁰¹ O conceito *desenvolvimento sustentável* foi definido no *Relatório Limites do Crescimento*¹⁰¹, publicado em 1972, na época da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, realizada em Estocolmo, mas levou quinze para ser introduzido nos debates internacionais, através do Relatório de Brundtland, em 1987. A proposta da conferência de Estocolmo foi resultado de debates realizados na Suécia, em 1969, sobre preocupações com a degradação ambiental e foi precipitada pelo desastre ecológico na Baía de Minamata, no Japão, onde houve contaminação por efluentes líquidos industriais que continham mercúrio causando a morte de pescadores e moradores da região.

problemas do meio ambiente e em que afetam o cotidiano da população. Desta forma, os ambientalistas iniciaram a ampliação da noção de cidadania, ao tratarem publicamente de temas relacionados aos debates sobre direitos ambientais e direitos sociais como, por exemplo, direito à moradia, ao meio ambiente saudável e aos bens de consumo coletivo.

A visão do ambientalismo, em cenário mundial, ofereceu elementos para compreensão de categorias e conceitos críticos dos movimentos sociais, compreendidos como categorias históricas que podem ser utilizados para a investigação de fatos com significados em movimento, pois o objeto do conhecimento histórico é a “história real”, interpretada de acordo com o momento presente que compõe um passado, não agregado de histórias separadas, mas de somatório de todo o comportamento humano. Segundo E. P. Thompson, o conhecimento historiográfico permite interpretações não estáticas sobre as evidências, *pois não é e nunca foi tarefa da história elaborar esse tipo de teoria inelástica*¹⁰². Isso significa que os conceitos históricos possuem característica de elasticidade, podem, em algum momento, relacionar-se a amplas generalizações e, em outro, preocupar-se com particularidades, pois os conceitos não são aprisionados a *categorias históricas estáticas, que possam ser aplicadas, testadas e comprovadas em diferentes realidades sociais*¹⁰³.

Nessa reflexão, é interessante incluir elementos da realidade da época, de novas práticas em construção pelo movimento ambientalista. O diálogo com E. P. Thompson contribuiu para uma reflexão sobre práticas culturais que se constituem na vivência das relações sociais, e são dinâmicas diante das imprevisibilidades e circunstâncias do cotidiano e na compreensão da construção de novas práticas. Aspectos dessas práticas compõem a realidade empírica essencial para a construção do conhecimento histórico, que não pode ser elaborado somente a partir do campo conceitual pré-estabelecido, pois esse conhecimento se refere ao silêncio teórico de situações inesperadas, no processo social, que exigem repensar os conceitos. É importante destacar a contribuição de E. P. Thompson ao acrescentar os termos: *cultura, experiência* e *valor* como conceitos essenciais para análise da realidade histórica, ao

¹⁰² THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 57.

¹⁰³ Idem. *Ibidem*.

destacar a necessidade de articulação entre os conceitos teórico-abstratos e a realidade prática¹⁰⁴. Os conceitos transcendem a teoria para o campo da observação empírica, da experiência e, assim, a teoria não fica reduzida a um *sistema de fechamento* que recusa a investigação empírica e considera-se sistema teórico auto-suficiente.

Na luta pela criação do Parque do Cocó, pela limpeza das praias, contra a ocupação privada das áreas de preservação, por exemplo, os ambientalistas reivindicavam o direito da sociedade ao ambiente saudável, buscavam o alargamento da cidadania, sugerindo novas formas de sociabilidade, em que seriam respeitadas a natureza e as gerações futuras. Com denúncias de degradação, exigência de mudanças de comportamento que garantam a sustentabilidade ambiental para as gerações atuais e futuras, os ambientalistas inseriram na discussão a participação democrática da sociedade. À medida que a degradação ambiental pôs em risco a existência do planeta, a natureza se encontra em vias de extinção e as gerações vindouras, se possibilidade de intervenção no presente, ficaram ameaçadas no direito de existir. Conforme destacou Solange Silva-Sánchez, *a problemática ambiental coloca, pois, novas questões para a sociedade contemporânea. Abre um campo para a construção de uma cidadania coletiva: um novo exercício de cidadania, que vai além das limitações da cidadania construída no marco liberal*¹⁰⁵.

Com abordagem focalizada nos problemas ambientais, os ambientalistas sinalizaram a necessidade de novas regras de convivência entre os seres humanos e o meio ambiente, pelas quais os cidadãos possam ter maior responsabilidade com relação à sociedade e ao mundo, de forma a garantir o direito das gerações futuras ao meio ambiente. Relacionando a perspectiva dos ambientalistas, propostas, a partir da década de 90, à realidade concreta atual, é possível visualizar que os problemas se agravam e a sociedade não ultrapassou os obstáculos essenciais para avançar nas ações práticas, no sentido de implementar leis e ações de garantia de uma convivência solidária, entre os seres humanos de diversas nações e entre estes e o meio ambiente.

¹⁰⁴ Idem. Ibidem.

¹⁰⁵ SILVA-SÁNCHEZ, Solange. *Cidadania Ambiental: novos direitos no Brasil*. São Paulo: AnnaBlume, 2000. p. 27.

Solange Silva-Sánchez escreveu que as reivindicações dos ambientalistas ultrapassam o caráter imediato, pois sugerem nova sensibilidade social que faz referência ao direito por uma vida melhor para todos, no presente, e para futuras gerações. A autora diz do potencial subjetivo do ambientalismo, inserido no processo social mais amplo:

*Com efeito, o ambientalismo se inscreve em um processo de ressignificação do mundo atual, propõe uma nova ética de comportamento humano e uma recuperação dos interesses coletivos, revelando seu potencial transformador e seu caráter essencialmente democrático.*¹⁰⁶

A experiência do movimento, em Fortaleza, tendo em vista elementos da cultura¹⁰⁷ e da realidade social, demonstrou que os ambientalistas elaboraram e apresentaram novos princípios de orientação social, além disso, elementos trazidos pelos atores que desencadearam ações ambientalistas, em referência a características do cenário político da cidade e de problemas, mostrando o significado do ambientalismo para Fortaleza, em sua contribuição, na direção da ampliação do exercício de cidadania.

A análise das entrevistas, de artigos de jornais da época e documentos dos militantes mostrou que, entre 1976 e início dos anos 1990, as transformações do movimento ambientalista, em Fortaleza, estavam ligadas a vários aspectos, no sentido de ampliação e aprofundamento de princípios, e de relação às entidades participantes. O movimento, no início era denominado de *movimento ecológico*, por restringir-se à perspectiva das Ciências Naturais, à questão do verde e da preservação das espécies. Nesse período inicial o movimento foi organizado e liderado por uma única instituição, SOCEMA. Ao inserir-se, porém, o componente social e cultural à preocupação com a sobrevivência do planeta, o tema ambiental passou se referir à visão abrangente dos problemas pela incorporação no debate político. Com essa ampliação, outras instituições da sociedade civil, associações comunitárias e

¹⁰⁶ SILVA-SÁNCHEZ, Solange. *Cidadania Ambiental: novos direitos no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2000. p. 62.

¹⁰⁷ Cultura aqui pensada no sentido definido por E. P. Thompson: um conceito não mais situado no ambiente dos “significados, atitudes e valores”, mas localizado dentro de um equilíbrio particular de relações sociais. THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 17.

entidades de classe ingressaram na militância ambientalista, pois, diante da perspectiva de análise integrada dos problemas socioambientais, as críticas e manifestações questionaram o modo de das sociedades modernas e contemporâneas.

Diante de incertezas, dos obstáculos sociais, políticos e humanísticos, nos anos 1980, os que aprenderam com os pioneiros do movimento ambientalista fizeram, das lutas, dos momentos de vitória, como a do Parque do Cocó, lembranças e memória, da perspectiva da história da luta ambientalista, em Fortaleza, para sociedade justa e equilibrada com o meio ambiente saudável.

Considerações Finais

Que o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência face à vida, por um compromisso firme de alcançar a sustentabilidade pela rápida luta por justiça social, pela paz e pela alegre celebração da vida.

A Carta da Terra

O estudo do movimento ambientalista de Fortaleza trouxe a compreensão das ações, no final dos anos 1970, do papel da SOCEMA e da importância da criação do Parque Ecológico do Cocó, símbolo do ambientalismo. Durante os anos de 1980, alargaram-se as ações locais, diversificaram-se os atores do movimento e deu-se o afastamento de líderes e fundadores do ambientalismo, no momento de retomada das manifestações em defesa do Parque do Cocó, em 1985, quando foi criado o Movimento SOS Cocó. No final da década de 1980 e início dos anos 1990, o movimento diluiu-se em consequência da criação do COEMA e da fundação de instituições ambientalistas não governamentais.

A continuidade do processo de degradação ambiental revela obstáculos não superados pelos ambientalistas, em Fortaleza, no sentido de elaboração e implementação de medidas efetivas de combate à destruição do meio ambiente. No entanto, as contribuições dos ambientalistas não podem ser reduzidas a realizações concretas, pois, como ressalta Hector Leis, o debate ambiental não pode ser reduzido às bandeiras como a busca por qualidade de vida ou por desenvolvimento sustentável. Sem negar a importância e validade dos objetivos, é importante lembrar que, além de refletir sobre soluções técnicas, *os problemas chamam a atenção mais para a condição natureza humana do que para um ou outro modelo de sociedade que eventualmente possa vir a existir*¹⁰⁸.

Vanda Claudino destacou que as ações cumpriram o papel de inserir a vertente ambiental no debate político, vitória importante do movimento. Pela narrativa, percebe-se que o significado atribuído à expressão cultura ecológica

¹⁰⁸ LEIS, Hector. In SVIRKYS, Enrique e CAPOBIANCO, João Paulo R. Orgs. *Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo. Instituto Socioambiental, 1997 p.36.

se refere ao fato de que, a partir dos embates provocados pelos ambientalistas em Fortaleza, e das manifestações públicas, a preocupação com os problemas ambientais fazem parte de debates da sociedade, e a população, de maneira geral, preocupa-se com a destruição da natureza e conseqüências sobre a vida.

As vitórias do Movimento Ecológico são poucas, não são tantas, embora algumas significativas. Mas acho que a coisa mais importante que aconteceu, que culminou com a Eco 92, foi a criação de uma cultura ecológica, das pessoas começarem a perceber e naturalmente começarem a respeitar o meio ambiente. Ainda que tenha sido, durante muito tempo só com a preocupação do verde, de preservar o que é bonitinho, uma plantinha, de não ter noção de que isso tinha relação com a saúde, com a falta de trabalho, com a qualidade de vida e tal... era muito mais o bonito, o emotivo... Mas ainda assim fomentou bastante essa consciência global.

Tanto é que da Eco 92 pra diante, não dá mais pra falar em apenas um Movimento Ecológico porque a cultura ambiental já está formada e cada local, ou grupo de pessoas se mobilizam, as comunidades de bairro, as entidades, as associações vão fazer suas mobilizações.

Você não precisa ter mais um Joãozinho, uma Vanda, ou uma AGB, ou um IAB e tal pra poder as questões ambientais estarem em pauta. Já tem grupos de pessoas capazes e capacitados em fazer essa defesa em qualquer lugar da cidade.

Rômulo Costa Lima, ressaltou que além de o movimento ter trazido, para debate público, a preocupação com o meio ambiente, foi importante por ter resultado na elaboração de instrumentos como leis, criação da APA do Cocó, relatórios de impacto ambiental – EIA-RIMA, para tentar a degradação do meio ambiente, incapaz, porém, de construir uma verdadeira consciência, pois para isso seria necessário que os princípios ecológicos fossem incorporados como prioridade pela sociedade a ponto de orientar mudança de comportamento.

Eu acho assim que a gente... na verdade o Movimento como um todo ele gerou um despertar... era uma coisa nova, tinha um preconceito de um lado, mas tinha a coisa da novidade do outro... e acho que ele despertou o interesse da sociedade, assim deu o start pra o foco da sociedade virar um pouco também pra questão ambiental. Acho que foi isso a grande contribuição, gerou um começo.

Teóricos do ambientalismo, como Solange Silva-Sánchez, consideram que as críticas da problemática ambiental apresentaram novas questões desafiadoras e relações políticas, ao propor nova forma de sociabilidade que pressupõe politização da relação sociedade e natureza¹⁰⁹. Para o sociólogo Bruno Latour, o desafio do ambientalismo é tentar religar as categorias de política e natureza ao propor a inserção da natureza nas relações sociais, pois *propõe modificar a vida pública para que ela leve em conta a natureza*¹¹⁰. Nessa perspectiva, o ambientalismo tem sido considerado movimento complexo, com potencial de transformação da sociedade, pela proposta de repensar processos de socialização, culturais e políticos, pois faz crítica à relação homem-natureza e, conseqüentemente, ao modelo de produção e consumo, baseado na visão utilitarista do mundo natural, ao considerar as riquezas naturais como “recursos” a serem explorados pelo ser humano.

A crítica ambiental, como hoje se entende, refere-se às demandas sociais, insere-se no debate político, e propõe profunda transformação do modelo de desenvolvimento tecnológico e industrial, de produção e consumo com origem em tempos modernos, por países socialistas e capitalistas, com hegemonia cultural, econômica e política, que impõem esse modelo aos países.

Além de questionar, de maneira objetiva, as conseqüências do modelo de desenvolvimento, as preocupações com desastres ecológicos, provocados pela ação humana, foram adquirindo dimensão ética, de responsabilidade de todos para a manutenção da vida sobre o planeta, no presente e no futuro.

¹⁰⁹ SILVA-SÁNCHEZ, Solange. *Cidadania Ambiental: novos direitos no Brasil*. São Paulo: USP/AnnaBlume, 2006. p.26.

¹¹⁰ LATOUR, Bruno. *Políticas da Natureza: como fazer ciência na democracia*. São Paulo: Edusc. Bauru, 2004. p.12.

Além da necessidade básica de sobrevivência na Terra, a diminuição das desigualdades sociais, entre as nações, foi inserida como objetivo da luta ambientalista. A proposta do ambientalismo de buscar integração dos diversos problemas sociais sugere unir os princípios da ecologia aos da política, o que se tem mostrado exercício difícil de execução, pois a ruptura entre sociedade e natureza, difundida desde a modernidade, impede que a análise de problemas da natureza inclua aspectos políticos e culturais em suas orientações básicas.

O diálogo teórico faz pensar que era de se esperar que muitos desafios postos ao movimento ambientalista, nos anos 1970, 1980 e 1990, não tenham sido superados, já que a bandeira de luta está focalizada no processo de desenvolvimento, que prioriza a produção em grande escala, baseado na exploração das riquezas naturais, não freado muito menos, revertido. Para que houvesse mudança, em direção de reversão da devastação do Planeta, seria necessária vontade política para mudar a lógica capitalista dos países avançados, que estimula a acumulação ilimitada do capital, do lucro e das mercadorias. Conforme ressaltou José Augusto Pádua, *permanece o desafio de conduzir o ambientalismo no coração da política, política esta entendida não como um jogo partidário, mas como orientação social de uma comunidade, como definição coletiva do destino de um país*¹¹¹.

Em outras palavras, o movimento ambientalista precisa continuar a missão de estimular a reflexão sobre o aumento crescente da degradação ambiental e da desigualdade social do país, denunciando problemas socioambientais, e, paralelamente, estimular proposição de outro modelo de desenvolvimento que possibilite sustentabilidade e justiça social.

A análise dos desdobramentos do movimento ambientalista, em Fortaleza, desde a sustação do método de capinação química, em 1976, até a criação do Conselho Estadual de Meio Ambiente, em 1988, mostra sua importância para a sociedade, de maneira geral, pois os debates, em consequência de suas manifestações, chamaram a atenção da população, pelos jornais e manifestações, para a degradação ambiental, incluindo patrimônio natural e construído, além de contribuir para inserção, em

¹¹¹ PÁDUA, José Augusto. Natureza e Projeto Nacional: nascimento do ambientalismo brasileiro (1820-1920). In SVIRSKY, Enrique e CAPOBIANCO, João Paulo. (Orgs.). *Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: Instituto Socioambiental/ Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1997. p. 13.

discussões políticas, da necessidade de implementação de instrumentos que pudessem impedir a forma agressiva de intervir no ambiente que vem gerando impactos sobre os recursos naturais. Os ambientalistas, atentos às transformações urbanas e seus reflexos na população, denunciaram os prejuízos de intervenções de obras públicas, empreendimentos imobiliários e comerciais, que destroem e poluem rios e manguezais, lagoas e praias.

Segundo Marília Brandão, os militantes foram responsáveis pelos debates sobre temas não discutidos na cidade:

Apesar das vitórias do movimento terem sido poucas, no sentido de que não foram capazes de reverter a visão sobre o modelo de desenvolvimento que pudesse garantir a construção de uma cidade sustentável, sem a intervenção dos ambientalistas a cidade não teria nem o Parque do Cocó, nem os coqueiros da Beira Mar preservados.

As ações do movimento, em diversos momentos, mostraram como os militantes foram se incorporando ao movimento e como o ambientalismo, iniciativa de pequeno grupo de professores universitários, em 1976, foi ampliando-se, nos anos 1980, conforme a composição do movimento SOS Cocó, por membros de associações profissionais (Geógrafos, Arquitetos, Biólogos, Agrônomos, Engenheiros), associações de moradores, militantes de diferentes partidos políticos, estudantes, de organizações não-governamentais. Entretanto, a partir de 1986, após a vitória da criação da APA do Cocó, o movimento ambientalista, marcado pelo o SOS Cocó, se diluiu, com os atores atuando em outras instituições, como ONGs, entidades de classe, partidos políticos e COEMA.

O estudo do movimento ambientalista, entre 1976 e 1992, permitiu a observação de detalhes importantes da prática, dos militantes e dinâmica das transformações do próprio movimento, que dizem respeito à maneira pela qual os atores inseriram questões ecológicas nas discussões políticas. Pela memória dos líderes-fundadores do movimento, surgiram elementos do potencial e alcance das ações, da importância de seu papel, obstáculos e dificuldades que se depararam. Os ambientalistas falaram da repercussão de conquistas significativas do movimento, dentre as quais, manifestação pela

criação do Parque do Cocó, o piquenique de 1978, ação marcante, a ponto de ter transformado o parque em referência e memória da trajetória da luta ambientalista da cidade.

O sonho do grupo de jovens professores da universidade de cobrir a cidade de verde espera ser vivido. A história do ambientalismo, em Fortaleza, mostrou não ser possível superar os obstáculos do modelo de desenvolvimento, que determina e prioriza interesses do grande capital e dos que ditam as normas do mercado. Por exemplo, a especulação imobiliária, que violenta o meio ambiente em nome da modernização e em concordância com concepção limitada do que seja desenvolvimento e do que seja o belo para a cidade.

É inegável a marca do movimento ambientalista na cidade, demonstrada pelas ações lembradas pelos ambientalistas. As conquistas dos anos 1980 tornaram-se referência de luta pelo direito ao meio ambiente saudável, para dignidade e satisfação humana, sem perder de vista o respeito à natureza e ao equilíbrio ecológico, pautado na relação igualitária entre os seres humanos e entre estes e a natureza, de acordo com a concepção da sociedade de que o verde seja mais do que símbolo: a realização do direito à cidadania.

Fontes

1. Entrevistados

Antônio Carlos Campelo costa, Arquiteto, 65 anos.

Francisco Flávio Torres de Araújo, Físico, 59 anos.

João Saraiva, Economista, 49 anos.

Joaquim Cartaxo Filho, Arquiteto, 51 anos.

Maria Clélia Lustosa, Geógrafa, 51 anos.

Maria Guimarães, moradora do Parque do Cocó, 52 anos.

Marília Lopes Brandão, Bióloga, 54 anos.

Marcus Raimundo Vale, Farmacêutico Bioquímico, 57 anos.

Rômulo de Castro Costa Lima, Engenheiro de Pesca, 45 anos.

Samuel Braga, Pedagogo, 49 anos.

Silvio Ricardo Lira Távora Gurjão, Arquiteto, 45 anos.

Vanda Claudino Sales, Geógrafa, 43 anos.

2. Fontes Documentais

2.1 Arquivo SOCEMA

2.1.1 Cartas da SOCEMA dirigidas às autoridades da Cidade.

2.1.2 Recortes de artigos e matérias dos jornais locais sobre as ações do movimento ambientalista em Fortaleza.

2.1.3 Panfletos, convites, cartazes de manifestações.

2.2 Arquivo particular de João Saraiva

2.2.1 Recortes sobre o Parque do Cocó.

2.2.2 Documentos do Partido Verde

2.2.3 Artigos de jornais escritos pelos membros do Partido Verde.

2.2.3 Cartas e manifestos do Movimento SOS Cocó.

3 Jornais

Jornal O Povo

Jornal O Movimento

Jornal *Folha do Meio Ambiente*. Uma publicação da Forest Cultura Viva e Promoções. Brasília, julho de 1992.

4. Documentos diversos

Anais do Fórum de Debates Adolfo Herbster. Prefeitura Municipal de Fortaleza. Fortaleza, 1981.

Fortaleza: a administração Lúcio Alcântara (março, 1979 – maio, 1982). Fortaleza, 1982.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Consolidando o Novo Ceará: Plano de Desenvolvimento Sustentável 1999-2002. Fortaleza, 2000.

Legislação do Meio Ambiente: atos internacionais e normas federais. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996. Edição atualizada de 1998.

Relatório do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. *Brasil 2002: a sustentabilidade que queremos*. Projeto Brasil Sustentável e Democrático /CUT/ FASE. Rio de Janeiro, 2002.

Revista SENAC e Educação Ambiental. Nº 1. Ano 12. Senac/DN. Rio de Janeiro: SENAC, 2003

MOVIMENTO AMBIENTALISTA DO CEARÁ. Operação 60 dias Fortaleza Bela: Plano emergencial de limpeza dos rios, riachos, lagoas, encostas dunares, praias, coleta de lixo e controle de áreas de risco. Fortaleza, novembro de 2004.

Bibliografia

ALIER, Martinez Joan. *Da Economia Ecológica ao Ecologismo Popular*. Blumenau: FURB, 1998.

ARANTES, Antônio Augusto. Repensando Aspectos Sociais da Sustentabilidade: a Conservação Integrada do Patrimônio Ambiental Urbano. *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC, nº 18. São Paulo: PUC, 1997. p.121-134.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmino. *O Reverso das Vitrines: conflitos urbanos e cultura política em construção*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.

BECKER, Bertha K. e MIRANDA, Mariana. (Org.) *A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. *Memória sobre a conservação das matas e arboricultura como meio de melhorar o clima da Província do Ceará*. Fortaleza: Ed. Fac-sim. Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

BRESCIANI, Maria Stella M. Cidades: espaço e memória. In: PEREIRA CUNHA, Maria Clementina (Org.). *O direito a memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.

BIROU, A. e Henry, P. *Um outro desenvolvimento*. São Paulo: Vértice, 1987.

BOFF, Leonardo. *Ecologia, Mundialização e Espiritualidade*. São Paulo: Ática, 1996.

BONETTI, Michel. A Reconstrução do Espaço Público: a problemática da gestão política e da gestão urbana. *Projeto História*. nº. 18. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC. São Paulo: PUC, 1999. p.31-49.

CAPRA, Fritjof. *O Ponto de Mutação*. São Paulo: Cultrix, 1996.

_____. *As Conexões Ocultas*. São Paulo: Cultrix, 2003.

CASTRO, José Liberal. *Fatores de Localização e de Expansão da Cidade da Fortaleza*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1977.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. v. 2 A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CAVENAGHI, Airton José. Uma História Ecologicamente Correta. In ARANTES, *Projeto História*. nº. 23. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC, São Paulo: PUC. p.471-475 ,2001.

CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 46.

COSTA, Sérgio. *Esfera Pública, Redescoberta da Sociedade Civil e Movimentos Sociais no Brasil: Uma abordagem tentativa*. Novos Estudos. São Paulo: CEBRAP, 1994.

Comissão Nacional de Meio Ambiente da Central Única dos Trabalhadores – CUT. *Eco 92: de que lado ficará o movimento sindical*. São Paulo: Mimeo, 1992.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CUNHA, Sandra Baptista; GUERRA, José Teixeira. Orgs. *A Questão Ambiental: diferentes abordagens*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DEAN, Warren. *A ferro e a fogo: a história da devastação da Mata Atlântica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIAS, Maria Odila Leite da. Hermenêutica do Cotidiano na Historiografia Brasileira. *Projeto História*. Nº 17. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC. São Paulo: PUC, 1998. p. 223-258.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O Mito da Natureza Intocada*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

DOSSE, François. *História e Ciências Sociais*. São Paulo: Edusc, 2004.

DRUMMOND, José Augusto. *A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*. v. 8. nº 8. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Cpdoc/FGV, 1991.

_____. Por que estudar a história ambiental do Brasil? – ensaio temático. *Varia História*. nº 26. Revista do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFMG. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

FENELLON, Déa Ribeiro. *Historiador e a Cultura Popular: história de classe ou história do povo?* In *História & Perspectiva*. nº 6. Uberlândia, 1992.

FRANCO, José Luiz de Andrade. A Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza e a questão da Identidade Nacional. *Varia História*. Revista do Departamento de História da UFMG. Nº 26. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

FOSTER, John Bellamy. *Ecologia de Marx: materialismo e natureza*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2005.

GABBER, W. Novos movimentos sociais na América Latina: algumas reflexões. In COSTA, Sérgio. *Esfera Pública, Redescoberta da Sociedade Civil e*

Movimentos Sociais no Brasil: Uma abordagem tentativa. Novos Estudos. São Paulo: CEBRAP, 1994.

GALAFASSI, Guido P. e ZARRILLI, Adrián G. *Ambiente, Sociedad y Naturaleza: entre la teoría social y la historia*. Colección Documentos. Universidad Nacional de Quilmes. Bernal / Província de Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2002.

GIACOIA, Oswaldo Júnior. Hans Jonas: o Princípio Responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. In: OLIVEIRA, Manfredo. (Org.) *Correntes Fundamentais da Ética Contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUATTARI, Félix. *As Três Ecologias*. Campinas: Papyrus, 1993.

GUTIÉRREZ, Francisco; PRADO, Cruz. *Ecopedagogia e Cidadania Planetária*. Tradução Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 1999.

HERRERA, Guillermo Castro. História Ambiental (feita) na América Latina. In *Varia Historia*, n° 26. Revista do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFMG. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p 38-39.

HOBBSBAUN, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XXI (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

JACOBI, Pedro. Movimentos Reivindicatórios Urbanos, Estado e Cultura Política: reflexão em torno da ação coletiva e dos seus efeitos político-institucionais no Brasil. In: LARANJEIRA, Sônia. Org. *Classes e Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo: Hucitec, 1990.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *Verso e Reverso do Perfil Urbano de Fortaleza (1945-1960)*. São Paulo: Annablume, 2003.

KHOURÍ, Yara Aun e SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. Biodiversidade, Sociodiversidade e Exclusão. Entrevista com Laymert Garcia dos Santos. In *Projeto História*, nº 18. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC. São Paulo: PUC, 1999.

LALANDE, André. *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

_____. A ecologia política sem a natureza? Tradução Maria Thereza Sampaio. In *Projeto História*. Nº 23. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC, São Paulo: PUC, p.31-44, 2001.

_____. *Políticas da Natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru/São Paulo: Edusc, 2004.

LEFEBVRE, Henry. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

LEIS, Hector. Confronto e Legitimação (1970-1990). In: SVIRKYS, Enrique e CAPOBIANCO, João Paulo R. (Orgs.). *Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo. Instituto Socioambiental, 1997.

LEONARD, Maria Lúcia Azevedo. A educação ambiental como um dos instrumentos de superação da insustentabilidade da sociedade atual. In: CAVALCANTI, Clóvis. Org. *Meio Ambiente, Desenvolvimento sustentável e Políticas Públicas*. São Paulo: Cotez, 1997.

LEONARDI, Victor Paes de Barros. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia Brasileira*. Brasília: Paralelo 15, 1999.

LENOBLE, Robert. *História da Idéia de Natureza*. Lisboa: Edições 70, 1990.

LIMA, Maria do Céu. *Comunidades Pesqueiras Marítimas no Ceará: território, costumes e conflitos*. Dissertação (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo: USP, 2002.

LOWY, Michael. *Tédio Mortal da Modernidade*. Especial para o Jornal Folha de São Paulo. 28 de novembro de 1999.

_____. *Ecologia e Socialismo*. São Paulo: Cortez, 2005.

MORIN, Edgar. *Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro*. Tradução Catarina Eleonora F. Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. São Paulo: Hucitec, 1994.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In *Projeto História*, nº 10. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: PUC, 1993.

PÁDUA, José Augusto. *Um Sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf, 1993.

PONTE, Sebastião Rogério e SOUZA, Simone. Orgs. *Fortaleza: a gestão da cidade (uma história político-administrativa)*. Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Núcleo de Documentação Cultural. Fortaleza: Fundação Cultural de Fortaleza, 1994.

PORTELLI, Alessandro. Forma e Significado na História Oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. *Projeto História*, nº 14. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: PUC, 1981.

RIGOTTO, Raquel. (Org.). *As Tramas da (In)sustentabilidade: trabalho, meio ambiente e saúde no Ceará*. Fortaleza: Inesp, 2001.

RIOS, Kênia Sousa. *Campo de Concentração no Ceará: Isolamento e poder na seca de 1932*. Fortaleza: Museu do Ceará/ SECULT, 2001.

SACHS, Ignacy. *Estratégias de Transição para o Século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel/FUNDAP, 1993.

SADER, Eder. *Quando Novos Personagens entraram em Cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAGAN, Carl. *Bilhões e Bilhões: reflexões sobre vida e morte na virada do milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. Entre a Pele e a Paisagem. In *Projeto História*, nº 23. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC. São Paulo: PUC, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, Laymert Garcia dos. Biodiversidade, Sociodiversidade e Exclusão. Tradução Denise Bernuzzi de Sant'Anna e Yara Aun Khouri. In *Projeto História*, nº 18. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC. São Paulo: PUC, 1999. p.261-268.

SAMPAIO, Inês Vitoriano. *Participação, Autonomia e Representação: os dilemas da ação da esquerda no Movimento de bairros de Fortaleza.* - Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: UFC, 1987. Monografia em Ciências Sociais.

SCHERER-WARRREN, ILSE. *Redes de Movimentos Sociais.* São Paulo: Edições Loyola, 1993.

SILVA FILHO, Antônio Luiz Macedo. *Paisagens do Consumo.* Fortaleza: Museu do Ceará/SECULT, 2003.

SILVA-SÁNCHEZ, Solange S. *Cidadania Ambiental: novos direitos no Brasil.* Humanitas: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas, USP. São Paulo: AnnaBlume, 2000.

SVIRSKY, Henrique e CAPOBIANCO, João Paulo. (Orgs.). *Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro.* São Paulo: Instituto Socioambiental / Secretaria do Meio Ambiente de Estado de São Paulo, 1997.

TAVOLARO, Sérgio Barreira de Faria. *Movimento Ambientalista e Modernidade: sociabilidade, risco e moral.* São Paulo: AnnaBlume/FAPESP, 2001.

TAYLOR, C. O Exorcismo da Sociedade Civil. In COSTA, Sérgio. *Esfera Pública, Redescoberta da Sociedade Civil e Movimentos Sociais no Brasil: Uma abordagem tentativa.* Novos Estudos. São Paulo: CEBRAP, 1994.

TEIXEIRA, Zaneir Gonçalves. *Direito e Crise Ambiental: condições para a efetivação do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.* Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: UFC, 2002. Dissertação de Mestrado em Direito.

THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VIANA, Gilney; SILVA, Marina e DINIZ, Nilo. (Orgs.). *O Desafio da Sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

VIOLA, Eduardo J. *A Degradação sócio-ambiental e a emergência dos movimentos ecológicos na América Latina*. In LARANJEIRA, Sônia. Orgs. *Classes e Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo: Hucitec, 1990.

_____. O Movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In PÁDUA, José Augusto. (Org.). *Ecologia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/ IUPERJ, 1987.

_____. VIOLA, Eduardo. A multidimensionalidade da globalização, as novas forças sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental do Brasil (1989-1995). In: VIOLA, Eduardo (Org.) *Incertezas da sustentabilidade na Globalização*. Campinas: Unicamp, 1996.

_____. Confronto e Legitimação. In: SVIRSKY, Enrique e CAPOBIANCO, João Paulo. (Orgs.). *Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: Instituto Socioambiental/ Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1997.

VIOLA, Eduardo. (Org.). *A problemática ambiental no Brasil: uma abordagem conceitual*. Brasília: Sena, 1988.

WALDMAN, Maurício. *Ecologia e Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1998.

WILHELM, Richard. *I Ching: o livro das mutações*. Tradução do chinês para o alemão. Trad. para o português MUTZENBECHER, Alayde e PINTO, Gustavo Alberto Corrêa. São Paulo: Pensamento, 1998.